

Na fronteira entre cidade e mar

Reabilitação de um edifício na Foz do Douro

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
2017/2018

Orientada pelo Prof. Doutor Carlos Prata
Maria Inês Freitas de Sousa

O corpo de texto da presente dissertação encontra-se escrito em português, obedecendo ao novo Acordo Ortográfico.

Todas as citações presentes na dissertação mantêm a sua língua original.

Algumas das imagens utilizadas foram editadas.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que me apoiaram incondicionalmente ao longo da minha vida, dando-me sempre a possibilidade de me afirmar e seguir os meus sonhos, mesmo que eles próprios não os conseguissem visualizar.

Ao meu irmão, que me mostrou sempre que somos mais felizes quando fazemos o que gostamos.

Aos meus avós, que com o seu amor incondicional me acompanharam em todas as minhas escolhas.

À Mariana, que se tornou muito mais do que uma amiga ao longo dos últimos anos, acreditando em mim e nas minhas capacidades mesmo quando eu não o conseguia.

À Matilde, pela amizade e apoio indispensável.

Aos meus amigos, que quando tive de mudar um sonho, se mostraram sempre presentes.

Ao professor Carlos Prata, pela paciência e disponibilidade que ao longo deste último ano sempre demonstrou.

Resumo

A dissertação ***Na fronteira entre cidade e mar. Reabilitação de um edifício na Foz do Douro*** consiste no desenvolvimento de uma proposta de intervenção numa habitação do século XIX na Foz do Douro e ambiciona ser um registo no qual se pode observar as influências da história da freguesia na forma como a arquitectura se materializou. O objeto de estudo encontra-se bastante descaracterizado, tendo sofrido alterações ao longo do tempo, tanto no seu interior, como nas duas fachadas, sendo estas alterações mais evidentes na fachada de tardoz. Assim, propõe-se uma reabilitação do estabelecimento comercial do piso térreo, tentando recuperar parte da linguagem original da fachada principal. Contudo, também se propõe repensar e reorganizar o seu interior, de forma a que possa responder de uma forma mais positiva ao novo programa.

Resultado de um conjunto de circunstâncias que levaram a Foz a desenvolver-se como um ponto importante no comércio da cidade, inicialmente, a dissertação analisa o contexto histórico em que o objeto se insere, mais concretamente a história da Foz e a dicotomia entre esta e o Porto, mas também a forma como o comércio se tornou tão importante nesta zona da cidade, a ponto de influenciar o tipo de arquitectura praticado.

Palavras-chave: História da Foz, Casa Burguesa, Reabilitação, Habitação.

Abstract

The dissertation ***On the border between city and sea. Rehabilitation of a building in Foz do Douro*** consists in the development of a proposal of intervention in a nineteenth century building in Foz do Douro and aims to be a record in which one can observe the influences of the history of the parish in the way the architecture materialized. The object of study is quite uncharacterized, having undergone changes over time, both inside and on both facades, being that these changes are more evident in the back facade. Thus, it is proposed a rehabilitation of the commercial establishment of the ground floor, in an attempt to recover part of the original language of the main facade. However, it also proposes to rethink and reorganize its interior, so that it can respond in a more positive way to the new program.

As a result of a set of circumstances that led Foz to develop as an important point in the commerce of the city, initially, the dissertation analyses the historical context in which the object is inserted, more concretely the history of Foz and the dichotomy between this and Oporto, but also the way commerce has become so important in this area of the city, to the point of influencing the type of architecture practiced.

Keywords: Foz History, Bourgeois House, Rehabilitation, Housing.

Índice

Introdução	15
1. Contextualização	
1.1 Porto – Da Antiguidade ao século XX	21
As origens de Portucale	23
A Cidade Medieval	27
O Porto Manuelino	31
A expansão Almadina	35
1.2 A Foz	39
D. Miguel da Silva	47
A Inovação da Marginal	53
A Moda dos Banhos	59
2. A Casa Burguesa no Porto	
2.1 A evolução	65
2.1.1 O Porto Mercantilista	69
2.1.2 O Porto Iluminista	77
2.1.3 O Porto Liberal	83
2.2 O Sistema Construtivo	91
Paredes de Meação e Coberturas	95
Estrutura dos pisos	97
Paredes da Fachada	99
Paredes Interiores	101

Paredes da Caixa de Escadas	103
Estrutura das Escadas	105
Clarabóias	107
3. O Edifício	
3.1 Implantação	111
3.2 Narrativas temporais	115
3.3 Texto explicativo	121
4. Proposta de intervenção	131
Considerações Finais	143
Anexos	147
Bibliografia	165
Índice das imagens	169

Introdução

“Uma linha líquida. Um rio. O encontro das águas ao fim da mancha espraída de areia, sob uma estrela, um reflexo, um fogo, sobre um naufrágio, uma sineta plangente, um grito, um clamor, a chama vacilante das velas reclamando do mar os corpos sem regresso.

Degraus de velha pedra. Veredas. Chamas dourando lanceoladas folhas de palmeiras centenárias.

Espaço um tanto louro, um tanto verde, azul algumas vezes, entre as manhãs, o sol, a neblina, os flutuantes, amarelos eléctricos.

Um perfil evocando o voo de uma asa de gaivota, de uma vela de nau, da forma em gomo de um caíque.

Um lugar com o seu tempo peculiar, uma voz própria, clara e característica, como um nome suave de mulher.”¹

A Foz do Douro, uma freguesia da cidade do Porto, terra de pescadores e gente humilde, carrega uma história própria, anterior à história de Portugal. Localizada num ponto de referência da zona norte, tem como pano de fundo o encontro entre o oceano e um dos mais importantes rios do país. Com uma vivência tão diferenciadora, onde o comércio acabou por ganhar especial relevância, surge a rua da Senhora da Luz. Aqui, um conjunto indistinto de fachadas vão contando a história do lugar. É assim que se manifesta um pequeno conjunto. Este conta mais do que à primeira vista transparece. Um conjunto de Casas Burguesas inseridas numa malha de edifícios modernos, sendo que muitas delas já se encontram descaracterizadas da sua aparência original.

O objeto de estudo encontra-se inserido neste conjunto, no número 351/353 da rua da Senhora da Luz. A presente dissertação surge da vontade de querer reabilitar esta Casa, por esta contar uma parte da minha história própria. Sendo uma edificação anterior ao século XIX, o contexto em que se ergue torna-se determinante para que se possa compreender todas as ações que a levaram a desenhar parte da história da freguesia.

Tendo como premissa os diferentes levantamentos do edifício, foi-nos possível determinar os elementos originais e todas as alterações efetuadas ao longo dos anos, quer a nível de organização interior, como em expressão das fachadas e

¹ NAVARRO, António Rebordão, *Foz do Douro, A Letra e o Lugar*, O Progresso da Foz (Grupo Cultural), 1ª Ed, Porto, 1993, p. 17

de materiais utilizados. A proposta de reabilitação tem por base um trabalho de investigação, tendo em consideração quer os elementos desenhados recolhidos, como a visita ao edifício, as conversas com quem ocupa os diferentes espaços, uma ideia inicial para um novo programa e a discussão do mesmo com colegas, professor e cliente.

Assim, pareceu-nos necessário que, num primeiro momento, se comesçasse por compreender parte da história da cidade do Porto e os diferentes acontecimentos que nela se puderam observar que levassem tanto ao aparecimento deste tipo de edificação como à integração da Foz na cidade.

Rapidamente se tornou indispensável que a Foz do Douro fosse também analisada como um elemento independente, pois apesar de esta pertencer ao concelho do Porto desde meados do século XIX, a sua narrativa é muito mais do que a da cidade. Era necessário compreendermos o espaço, o lugar no qual se insere o nosso objeto de estudo, as influências que sofreu e que levaram a que este tipo de edificação fosse repetido tão longe da sua origem.

Após este momento, focamo-nos no tipo de habitação do nosso edifício, as Casas Burguesas do Porto. Analisamos como surgem na cidade e as suas condicionantes, assim como a sua evolução e os diferentes tipos, de forma a que sejamos capazes de identificar em que época o objeto de estudo se insere. Juntamente com esta análise, apreendemos o seu sistema construtivo e os materiais associados à sua edificação, de forma a que sejamos capazes de propor uma reabilitação que respeite a história do edificado.

Posteriormente, com recurso aos levantamentos recolhidos e a fotografias atuais, efetuamos uma descrição espacial do edifício, que nos permite ter uma perceção do seu espaço atual. Mas, não sem antes referirmos a sua história, através de relatos de antigos moradores, das diferentes plantas a que tivemos acesso e à sua vivência que foi sendo alterada ao longo do tempo.

Numa fase final, apresentamos uma proposta de reabilitação ao mesmo, tendo como elemento central a Ourivesaria do piso térreo. Esta fase surge como uma síntese de toda a informação recolhida e analisada, aliada ao processo criativo, que se irá consolidar numa proposta para uma reorganização dos espaços interiores, para que estes consigam responder de forma mais eficaz à função que lhes é associada e, ao mesmo tempo, consigam recuperar parte da linguagem original do edifício.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 PORTO – DA ANTIGUIDADE AO SÉCULO XX



1. Mosaicos romanos na Casa do Infante.



2. Maqueta do Morro da Sé rodeado pela Cerca Velha.

As origens de *Portucale*

Graças às inúmeras investigações arqueológicas realizadas na zona circundante à Sé do Porto, sabemos hoje que aqui foram encontrados vestígios que datam desde o século VIII a.C. até ao século I d.C.² Estes indícios demonstram a enorme diversidade da ocupação nesta zona. Há vestígios de contacto com povoações distantes da Europa, provas da presença de uma povoação castreja e também de um povoado romano. Os rios e as zonas ribeirinhas eram locais atrativos, pois proporcionavam recursos naturais imprescindíveis à vida, mas também funcionavam como um “*veículo de comunicação entre povos e cultura e ainda de intensas relações comerciais*”³. Os romanos, quando iniciam a conquista da Península Ibérica, promoveram muitas mudanças nesta região. A zona da Sé, que funcionava como o seu centro de atividade, era o ponto estratégico mais importante, dada a sua elevada cota na cidade. Entre o século IV e V, o povoado junto à Sé começou a expandir-se, chegando até à foz do rio de Vila, na zona que agora conhecemos como a Ribeira. Aqui, criou-se um porto, pois as condições de desembarque eram mais favoráveis quando comparadas com outros locais.

Esta região Noroeste da Península Ibérica era designada de Cale (pedra) e acredita-se que estivesse intimamente relacionado com o nome de “*um étnico menor da margem direita do rio Douro, junto à foz, certamente derivado do nome do castelo (castellum) implantado no Morro da Sé do Porto identificável com o toponímio Cale transmitido pelas fontes clássicas*”⁴. Aliás, o nome que acabou por ser usado para designar toda a região e mais tarde, deu o nome a Portugal, foi o primeiro nome da cidade do Porto, *Portucale*. Segundo Luís Ramos, *Portucale* não incluía nenhuma zona a sul do rio, pois “*o facto de a primeira referência documentada (...) Portucale estar situado as extremas sedes Gallaeciae, na extremidade da Galécia, que, estando, como se sabe, separada da Lusitânia pelo rio Douro, exclui inequivocamente qualquer hipótese de localização desse sítio na margem esquerda do rio.*”⁵

A primeira muralha construída no morro da Pena Ventosa da qual se encontram vestígios é de origem romana e data do século III. Dois séculos depois, os suevos invadiram a região e destruíram tudo. Todavia, decidiram utilizar o cinturão

2 RAMOS, Luís, *História do Porto*, 2ª Edição, Porto Editora, Porto, 1994, p. 56 e 68

3 RAMOS, Luís, 1994, Op. Cit., p. 53

4 RAMOS, Luís, 1994, Op. Cit., p. 82

5 RAMOS, Luís, 1994, Op. Cit., p. 84



3. Gravura do Condado Portucalense.

romano, reconstruindo-o. Hoje, acredita-se que esta cintura de muralhas, que acabou por ficar conhecida por Muralha Sueva⁶ e que foi reconstruída no século XII, manteve o mesmo traçado que a construção original romana.

Mais invasões e reconquistas se seguiram, mas em 1123, o bispo D. Hugo, a quem tinha sido concedido o Couto de Portucale, dá a carta de foral⁷ aos moradores da cidade. O foral, que era muito generoso, proporcionou que o território se viesse a desenvolver rapidamente.⁸

Nesta época, a cidade contava apenas com uma só paróquia, a Sé. Era então um burgo episcopal que se organizava em função da catedral, que começou a ser edificada no século XII.

Toda a cidade se desenvolveu em redor deste local, com um pequeno conjunto de ruas a surgirem, assim como vielas, largos e os edifícios que os desenhavam. Estes adaptavam-se à topografia, utilizando um traçado semelhante aos das curvas de nível, ou então, posicionavam-se perpendicularmente a estas.

Com a cidade a expandir-se para fora da muralha, estabilizaram-se dois polos de povoação: um na zona mais alta, junto à Sé (no Morro da Pena Ventosa) e um outro na zona baixa, junto ao rio e ao porto (Ribeira). Um dos eixos que fazia a ligação entre ambos e, provavelmente, um dos mais antigos, era a “*Rua Detrás da Sé*”, atualmente conhecida como Rua de D. Hugo.

6 Nome dado à Muralha Primitiva ou Cerca Velha

7 Carta de foral era um documento real utilizado em Portugal, que estabelecia uma região e regulava a sua administração, deveres e privilégios

8 RAMOS, Luís, 1994, Op. Cit., p. 191



4. Aguarela representativa da Muralha fernandina (zona da muralha dos guindais: postigo da areia).



5. Entrada de D. João I no Porto a celebrar o seu casamento com Filipa de Lencastre. Mosaico na Estação de São Bento, no Porto.

A Cidade Medieval

Com o passar dos anos, a cidade progrediu bastante e, no século XIV, era já um importante ponto da atividade mercantil. Com a crescente expansão da população para fora de muros, construir uma nova muralha tornou-se imperativo, especialmente para os burgueses que, na sua maioria, habitavam e tinham negócios nas zonas extramuros e, conseqüentemente, mais desprotegida.⁹ O pedido foi feito a D. Afonso IV, que iniciou esta obra ainda no mesmo século. Apesar de este ter sido o autor desta nova muralha, as obras duraram cerca de 40 anos, e só terminaram no reinado de D. Fernando (aproximadamente em 1370), sendo que a obra acabou por ficar conhecida por Muralha Fernandina. Esta estendia-se desde a margem ribeirinha do Douro até Miragaia, onde subia pelo Caminho Novo e São João Novo até ao Morro do Olival. Aqui, dirigia-se para leste, junto às hortas do bispo até Cimo de Vila. Contornava os morros da Cidade e da Sé, acabando por descer pela escarpa dos Guindais até à Ribeira, junto de onde hoje está a zona do tabuleiro inferior da Ponte Luís I. Contava ainda com muitas portas no total (dezassete), todas elas em posições estratégicas, das quais podemos destacar algumas: Porta Nova (nobre, em frente ao convento de S. Francisco; Porta do Olival (na Cordoaria); Porta dos Carros (junto a onde hoje está a Estação de S. Bento; Porta de Santo Elói (junto ao Largo dos Lóios); Porta Cimo de Vila (na zona da Batalha) e a Porta do Sol (que estava junto à saída para Entre-os-Rios). Apesar dos limites da cidade estarem definidos, intramuros esta era labiríntica.

O comércio continuou a ganhar cada vez mais relevo, muito graças às relações com outros países europeus. De forma a cimentar a relação com Inglaterra, D. João I casou-se com D. Filipa de Lencastre, sendo que este enlace foi celebrado na cidade do Porto¹⁰, em 1387 e, sete anos volvidos, nasce na cidade o Infante D. Henrique.

A cidade, que até meados do século tinha ficado “confinada” à zona intramuros, por ser o local mais seguro, desenvolveu construções que se implantavam em lotes estreitos e compridos, perpendiculares ao declive, sendo que a casa ocupava a totalidade do lote disponível. Este desenho da habitação, junto com o excesso populacional dentro de muralhas, fez com que a cidade dentro de

9 RAMOS, Luís, 1994, Op. Cit., p. 136

10 Aquando a crise de 1383-1385, o Porto esteve incondicionalmente ao lado do Mestre de Avis.



6. Rua Nova dos Ingleses.

muralhas se tornasse muito suja.

No entanto, este planeamento foi estimulador para que os edifícios, que partilhavam as paredes de meação, criassem quarteirões retangulares e compactos, sendo que a relação com o espaço público era direto, pois a fachada dava diretamente para a rua.

Esta forma de construir, em muito influenciada pela envolvente e pelo espaço disponível para cada construção, é o antecedente primitivo da tipologia que hoje conhecemos como Casa Burguesa.

Em 1386, D. João I decidiu criar uma zona apenas destinada aos judeus que habitavam na cidade, invocando que o implementava por razões de segurança. Situada numa zona aplanada no topo do Morro do Olival, acabou por ficar conhecida por Judiaria do Olival. A malha que aqui existe acabou por ser condicionada pela própria urbanização, que diferia da circundante.

É ainda durante o reinado de D. João I, que uma das intervenções urbanas mais importantes se verificou na cidade. Num gesto revolucionário para a época, em 1395 D. João ordena que se “abra” a Rua Nova¹¹ (hoje conhecida como Rua do Infante), com um traçado bem definido, dimensões elevadas para o habitual e com os edifícios de habitação para a sociedade burguesa e do clero. A rua demorou cerca de cem anos a ser construída e pode ter sido o primeiro caso de planeamento urbano do país.

11 RAMOS, Luís, 1994, Op. Cit., p. 657



7. O Porto em 1669.



8. O Porto em 1669.



9. Gravura do Porto de 1736.

O Porto Manuelino

A cidade continuou a evoluir com o passar do tempo, sendo que no final do século XV tinha uma configuração radioconcêntrica. As principais portas da muralha evidenciavam as principais ligações e acessos a outras áreas, sendo uma delas a Porta de Miragaia, que servia de acesso à Foz do Douro.

A cidade desenvolve as estruturas comerciais nesta época, e na zona mais ocidental da foz do rio, importantes construções são concretizadas, com vista a que a navegabilidade do rio fosse melhorada. Começa também a ampliação da cidade para esta zona, e apesar da topografia não ser semelhante à do centro, a tipologia primitiva da casa burguesa foi repetida nestes locais.

Um novo foral é concedido à cidade, em 1517, atribuindo-lhe novos privilégios, através do Rei D. Manuel I.

Foi também iniciativa deste começar, em 1521, a abertura da Rua de Santa Catarina das Flores (hoje apenas Rua das Flores), localizada em terrenos do Bispo e do Cabido e da Misericórdia. Tinha como objetivo enobrecer a cidade e tornou-se um importante local para a atividade comercial, pois fazia a ligação entre dois polos de grande fluxo, a Ribeira e a Porta dos Carros. A margem direita do rio Vila acaba por se valorizar e foi, progressivamente, urbanizada. Ligar as duas margens do rio em diferentes locais é importante e, graças à construção de uma ponte de pedra, que veio substituir uma antiga de madeira que se encontrava no mesmo sítio, surgiu também a Rua da Ponte Nova (já existia uma ponte mais antiga, a de São Domingos).

Entre o século XV e XVI, várias construções religiosas aparecem, sendo que, em 1583, a cidade vê a sua única paróquia, a Sé, ser dividida em quatro: Sé, São Nicolau, Nossa Senhora da Vitória e São João Baptista de Belmonte.

Mas, no século XVII, com o país em plena crise, com a perda da independência para Espanha, a cidade do Porto encontra-se num período mais conturbado. Apesar disso, a cidade beneficiou de reformas implementadas pela Dinastia Filipina, que promoveu obras que visavam melhorar o acesso pelo rio à cidade, assim como reformas administrativas e melhorias às condições de vida das classes superiores. Devido à sua configuração radiocêntrica, a cidade começa então a expandir-se radialmente¹², através de intervenções urbanísticas que

12 FERNANDES, Francisco Barata, *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na*



10. Igreja e Torre dos Clérigos.

tinham como objetivo resolver o aumento substancial da população da cidade, tais como a construção de conventos e edifícios auxiliares junto às Portas da Muralha, tanto no seu interior como no exterior e uma nova distribuição dos espaços públicos que se relacionavam diretamente com estas novas construções.

Após a Restauração da Independência em 1640, a política aplicada visava um investimento na agricultura e no comércio internacional. Observamos aqui a adoção de uma visão mercantilista.

Com o país a prosperar novamente, o aumento do número de habitantes na cidade é proporcional ao desenvolvimento da mesma. Neste período, verificamos um aumento para o dobro da população, muito graças aos comerciantes estrangeiros que aqui se fixaram, mas também de habitantes de zonas rurais, que procuravam a cidade de forma a melhorar as condições de vida e onde viam melhores oportunidades de negócios¹³.

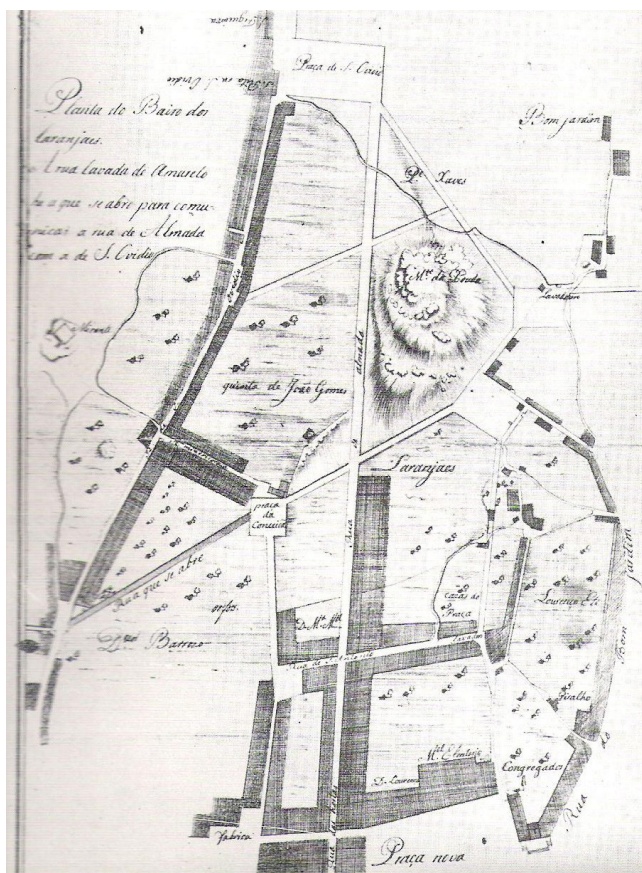
Ao contrário do que seria expectável, estes novos habitantes não procuraram novas zonas para se instalarem, mas sim zonas já densamente habitadas, tais como o interior da muralha e os dois polos habitacionais mais próximos no exterior desta, Miragaia e Santo Ildefonso.

Podemos atribuir o facto de o Porto se ter tornado muito atrativo para os estrangeiros, em especial para os ingleses, à assinatura, em 1703, do Tratado de Methuen¹⁴. Estes preferiam ter casas na zona mais ocidental da cidade, apesar de muitas delas não serem propriedade sua, mas sim alugadas a portugueses. É durante o século XVII que se observa uma crescente preocupação com o espaço urbano caracterizado por edifícios barrocos, assim como a crescente necessidade de os monumentalizar. Aqui observamos claramente uma influência dos modelos italianos, importados por Nicolau Nazoni, como por exemplo, a Igreja e Torre dos Clérigos.

forma da cidade, FAUP Publicações, 2ª edição, Porto, 1999, p. 141

13 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; *Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica: descrição do sistema construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séc. XVII e XIX*; Porto, 2004, p.18

14 RAMOS, Luís, 1994, Op. Cit., p. 336



11. Planta do Bairro das Laranjeiras e rompimento da Rua do Almada.

A expansão Almadina

Após o terramoto de Lisboa de 1755, o Marquês de Pombal teve um papel fulcral no planeamento e reconstrução da baixa da cidade de Lisboa. Iniciou com esta atitude uma época de modernização da sociedade, sendo que o seu estimulador foi, sem dúvida, o planeamento urbano. Uma das novas atitudes adotadas no Norte do país foi a criação da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro, em 1756, que gerou um motim na cidade do Porto. Por ordem do próprio Marquês, um contingente militar foi criado com o intuito de o controlar, sendo que era comandado pelo seu primo João de Almada.

Através de nomeação, João de Almada torna-se presidente da Junta de Obras Públicas¹⁵, em 1763. Aqui, podemos observar *“um conjunto de intervenções urbanísticas, que procuram responder à conjuntura de desenvolvimento económico e de crescimento rápido da população.”*¹⁶ Com a cidade a estender-se para fora da muralha, importantes intervenções urbanísticas são efetuadas, tais como *“a definição de um novo eixo viário de articulação norte – sul, unindo a Praça da Ribeira com a Praça de Santo Ovídio, aproveitando parcialmente o traçado existente da Rua das Flores e complementando-o com a abertura das ruas de S. João e do Almada.”*¹⁷ Esta expansão Almadina¹⁸, como ficou conhecida, que desenhou ruas com traçado mais definido e regular, com fachadas uniformes (que respeitavam um desenho modular mas que se adaptava ao parcelamento dos lotes característico da cidade), foi uma nova forma de pensar espacialmente. Com o peso que a comunidade inglesa tinha na sociedade da época, compreende-se o porquê de o estilo neoclássico inglês ter servido de modelo para este pensamento e desenho de fachadas. Nesta fase, *“a diferenciação social não se espelha ainda numa diferenciação dos espaços urbanos. Lado a lado, coexistem casas ricas e habitações populares.”*¹⁹

No início do século XIX, é possível observar uma estagnação do método implementado pelos Almadadas devido a uma situação instável no meio político-económico, por causa das invasões francesas e espanholas, mas também devido a uma crise comercial, graças à tentativa de se instituir o liberalismo.

15 Criada por D. José I, era responsável pela promoção e controlo da urbanização do Porto

16 RAMOS, Luís, 1994, Op. Cit., p. 378

17 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes, 2004, Op. Cit., p.17

18 Também o filho de João de Almada, Francisco de Almada e Mendonça, participou nesta expansão.

19 RAMOS, Luís, 1994, Op. Cit., p. 383

Em 1820, a Revolução Liberal, teve o seu início na cidade do Porto e acabou por desencadear uma guerra civil entre os liberalistas e os absolutistas, que resultou no retorno da corte a Portugal e a restauração da exclusividade do comércio com o Brasil (Pacto Colonial). Um grande cerco à cidade efetuado pelos absolutistas, de mais de um ano de duração, marcou este período, e grandes bombardeamentos destruíram a zona ribeirinha e importantes construções. A Junta de Obras Públicas é extinta em 1833, e, já no ano de 1834, as Ordens Religiosas são extintas e os foros eclesiásticos abolidos. É motivado o aparecimento de instituições que refletiam o poder da burguesia mercantil e financeira. Em 1833, a burguesia portuense cria a Associação Comercial, de forma a poder administrar a economia da cidade. Em 1840 constroem o Palácio da Bolsa (que acaba por se tornar a sua sede).

Uma necessidade de uma nova ponte que conectasse a zona ribeirinha à margem sul do rio torna-se iminente. A ponte pênsil²⁰ é iniciada em 1841 e inaugurada em 1843. Mas outras importantes e distintas construções também são executadas nesta época, tais como o Mercado do Bolhão (1837), Mercado Ferreira Borges (1888), o Jardim de S. Lázaro (1834) e o Jardim da Cordoaria (1866).

A problemática da circulação ganha destaque a partir de meados do século XIX, com a abertura de novas vias de comunicação, tanto na cidade, com a Rua de Mouzinho da Silveira (fortalecendo a relação com a zona ribeirinha), como também na zona ocidental, com a Avenida da Boavista (proporcionando um novo eixo de comunicação da cidade até Matosinhos).

Também a possibilidade de comunicar mais facilmente com áreas mais distantes da cidade se tornou imprescindível nesta fase. É então que se inicia a construção da Ponte D. Maria (1877), a primeira a conter um caminho de ferro. Nesta mesma altura surgem estudos para uma ligação à cota alta entre Porto e Gaia, neste caso junto às zonas mais altas de ambas as margens, a Sé e a Serra do Pilar.

20 Projeto de Stanislas Bigot.

1.2 A FOZ



14. Vista aérea da foz do rio Douro.



15. Gravura do padre Juan de Pineda.

A Foz do Douro, geralmente designada de Foz, é uma freguesia do concelho do Porto, que se encontra no local onde o rio Douro encontra o Oceano Atlântico. Foi necessário um conjunto de acontecimentos muito específicos para a Foz se ter desenvolvido e evoluído para a zona que hoje podemos observar e, apesar de ser uma freguesia da cidade do Porto, a sua história vai muito além da história da cidade. Raul Brandão²¹, ao descrever a Foz, referia-se a esta como uma “*vila adormecida [que] estava a cem léguas do Porto e da vida*”²². Com esta afirmação podemos constatar duas coisas: que a realidade se alterou – pelo uso de termos no passado; que, noutros tempos, a distância à cidade era tanta que eram polos independentes. Hoje, ainda podemos ter uma ideia desta sensação, talvez porque a paisagem característica da cidade do Porto não é a mesma que se vive nesta localidade. Hélder Pacheco²³ afirmou que “(...)os naturais da Foz, os mais velhos, dizem sempre – quando se deslocam ao centro – ‘vou ao Porto’”²⁴, mas atualmente ainda se pode observar isto. Não só os mais velhos, mas também os jovens que nasceram e cresceram nesta zona, têm esta forma característica de se expressar.²⁵

Mas desengane-se quem pensa que este local é apenas mais um, igual a tantos outros. A Foz é “*um espaço com ‘personalidade’ própria dentro da cidade*”²⁶, e isso só é possível graças a todos os acontecimentos e particularidades que fazem parte da história desta localidade à beira mar, história essa que remonta a tempos primitivos. Além dos vestígios da presença castreja na zona,²⁷ que foram confirmados através da toponímia do local, também existem registos da Foz desde os tempos da Antiguidade²⁸. O Padre Mestre Juan de Pineda²⁹,

21 Raul Germano Brandão (Porto, Foz do Douro, 12 de Março de 1867 — Lisboa, Lapa, 5 de Dezembro de 1930). “(...)Foz do Douro, localidade que marcou de forma indelével a sua vida e obra, pelo mar e pelos seus homens.” In Antigos Estudantes Ilustres U.Porto: Raul Brandão, SIGARRA U. Porto.

22 BRANDÃO, Raul, *Os Pescadores*, Paisagem Editora, Porto, 1982, p. 27

23 “Natural da Vitória, Porto. Professor de História Social e cultural do Porto, Quadro Técnico do Ministério da Educação (1960/1993). Investigador das culturas populares e escritor. Cronista do Jornal de Notícias e da Revista “Sítios e Memórias”. Autor de ensaios e estudos sobre Património Cultural editados em jornais e revistas de todo o país.” In Wook.

24 PACHECO, Hélder, *Porto*, Editorial Presença Lisboa, 1984, p. 26

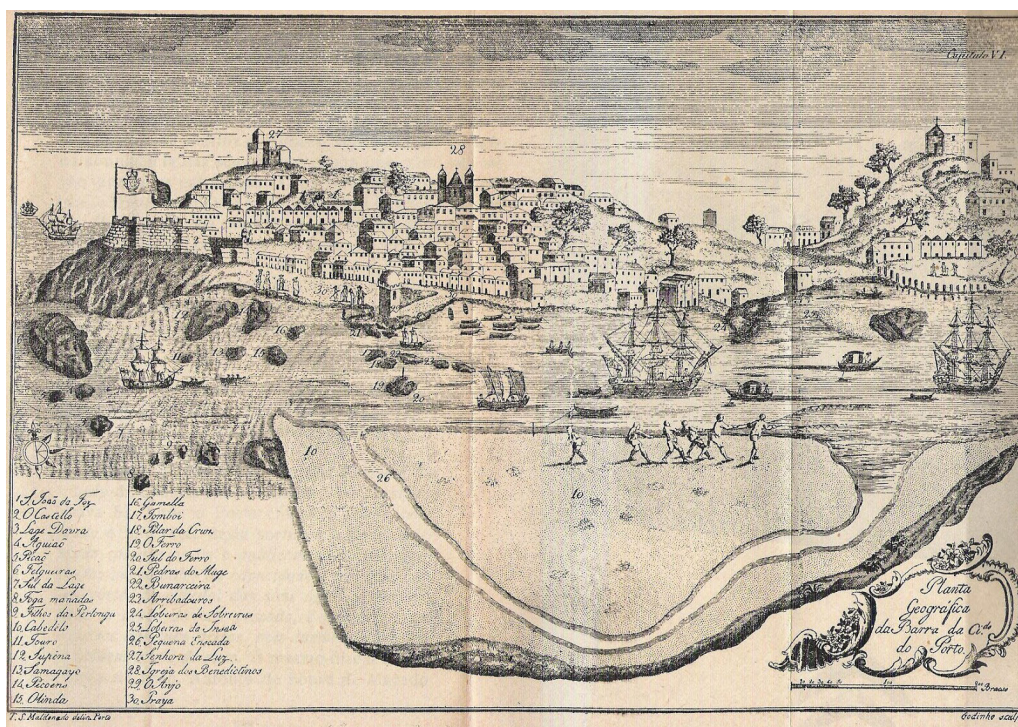
25 O Padre Rui Osório (e também historiador), em entrevista para a TVI em 2013, a propósito da Foz Velha ter sido classificada como Conjunto de Interesse Público, referiu a mesma situação: “[A Foz] era tão longe do Porto, que ainda hoje, os fozeiros ou fozenses, quando vão à baixa ao Porto, ao centro histórico, dizem ‘nós vamos ao Porto’ e quando estão na baixa ou no centro histórico do Porto dizem ‘nós vamos à Foz.’”

26 FERNANDES, José Alberto, *A Foz*, Revista da Faculdade de Letras-Geografia, I Série, Vol. III, Porto, 1987 (p. 13 a 56), p. 13

27 FERNANDES, José Alberto, 1987, Op. Cit., p. 14

28 MAIA, Sebastião Oliveira, *Onde o rio acaba e a Foz do Douro começa*, O Progresso da Foz (Grupo Cultural), 1ª Edição, Porto, 1988, p. 13

29 Juan de Pineda (Sevilla, 1558-1637) foi um teólogo e jesuíta espanhol.



16. Couto de São João da Foz do Douro.

no seu manuscrito “*Monarchia Ecclesiastica*”³⁰ descreve como um filho do Rei de Atenas, Cecrope³¹, depois de se casar no Egito com a filha do Rei Achoris, parte com uma comitiva pelo Mediterrâneo com o propósito de expandir o seu território. Acabam por desembarcar junto do que hoje se acredita ser o rio Douro³². Diz que “*meia légua acima da entrada desse rio, fundou um povoado, do lado setentrional, seguindo em direcção à sua nascente, ao qual deu o nome de GATÉLIA, por ser o seu próprio nome.*”³³ A ser verdade, na Foz já habitaram gregos e egípcios. Não há muitos registos sobre a evolução da Foz neste período, mas Frei Manuel Pereira de Novaes³⁴ no “*Anacrisis Historial*” fala sobre a Vila de São João da Foz e de como, no ano de 559, se mandou construir um mosteiro na Foz³⁵. Todavia, esta é uma época com poucos registos históricos e com poucas fontes distintas e não podemos, por isso, confirmar a veracidade destes relatos.

Posteriormente, em meados do século XII, mais concretamente a 1 de outubro de 1145, D. Afonso Henriques, através de carta de doação, doa à Ordem Premonstratense a “*heremita de Sancto Ioanne de foz de Dorio*”³⁶. Esta doação acabou por atribuir uma certa relevância ao templo da Foz do Douro, no que ao estudo das Ordens Religiosas diz respeito, pois este é o primeiro registo da presença desta Ordem em Portugal. Porém, há registo de mais doações posteriores a esta. Talvez a mais significativa seja a de D. Mafalda ao Mosteiro de Santo Tirso de Riba d’Ave. Foi uma doação algo singular e polémica (o seu irmão, D. Afonso II recusava o cumprimento do testamento do pai, D. Sancho I), e por isso mesmo levantou algumas dúvidas aos inquiridores³⁷. No final, e após ordem destes, um vassalo de D. Rodrigo Furjaz (a quem D. Mendo, abade do Mosteiro, doou, apenas durante a sua vida, tudo o que o mosteiro tinha em São João da Foz do Douro e Nevogilde³⁸) foi ao Mosteiro recolher os títulos.

Os limites do Couto de São João da Foz do Douro podem definir-se da seguinte forma: “*Da ponta da praia, junto ao mato, que fica por baixo do Castelo,*

30 “*Los Treyn ta Libros de la Monarchia Ecclesiastica, o historia universal del Mundo, diluídos en Cinco Tomos*”.

31 Fundador e o primeiro rei de Atenas.

32 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 15

33 Excerto de *Monarchia Ecclesiastica* in MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 14

34 Reitor da Universidade Eclesiástica de Santiago de Compostela e do Mosteiro de San Martin El Real, onde hoje é o seminário.

35 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 15

36 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 19

37 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 22

38 FERNANDES, José Alberto, 1987, Op. Cit., p. 14



17. Mapa do Porto e arredores.

*continuando, sempre à beira-mar até um lugar chamado Gondarem e daí pelo rio de Portuzelo acima até às lagoas e daí pela comporta do Viso, donde se vê o Porto e daí parte com Lordelo, e daí vai ao douro onde chamam as Pedras Ruivas, que é entre as sobreiras e a cantareira e daí pela beira do rio Douro abaixo, direito à barra que fica no poente.”*³⁹ Para que estes limites ficassem bem definidos e para que não restassem quaisquer dúvidas de onde começava e acabava a Foz, colocaram-se marcos em diversos locais. É possível observar que a atual freguesia conserva estes mesmos limites até ao presente momento, sendo que alguns dos marcos ainda são visíveis.

Nevogilde, que também fazia parte do Couto, não tinha a mesma importância que São João da Foz. Na verdade, nas inquirições que D. Afonso III ordenou, a Foz tem uma enorme importância na zona ocidental do Porto, com o número mais elevado de casais e cabanas (em relação a Aldoar e Lordelo)⁴⁰. Com o passar dos anos, podemos constatar esta zona era um dos locais mais atrativos fora de muralhas, pois em 1527, após um *“numeramento ordenado por D. João III revela a existência de 286 fogos em S. João da Foz e apenas 12 em Nevogilde. Lordelo tinha 42, Ramalde 36 e Aldoar 7.”*⁴¹ Contudo, a separação entre a Foz e o Porto fica evidente quando, em 1590, D. Beatriz ordena a construção de uma fortaleza fora da cidade e escolhe a Foz como local de eleição para a sua concretização⁴², estando aqui enfatizando o facto de serem dois espaços distintos na zona norte do território português.

39 Descrição do século XVIII in MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 24

40 FERNANDES, José Alberto, 1987, Op. Cit., p. 14

41 FERNANDES, José Alberto, 1987, Op. Cit., p. 15

42 FERNANDES, José Alberto, 1987, Op. Cit., p. 15



18. D. Miguel da Silva, o bispo de Viseu.



19. Capela-Farol de S. Miguel-o-Anjo.

D. Miguel da Silva

Por ter uma paisagem e um clima distinto do centro da cidade do Porto, em muito graças à sua proximidade com o mar, a Foz sempre foi um local atrativo para algumas figuras ilustres da nossa história, quer nos estejamos a referir à mais antiga ou à mais recente. Porém, talvez nenhuma figura tenha feito tanto por esta pequena Vila como D. Miguel da Silva⁴³ fez. Juntamente com o Mestre Francisco Cremonês, o seu arquiteto privativo, levou a cabo diversas obras de melhoramento e de construção, tanto em Viseu como no Couto de São João da Foz do Douro⁴⁴. Quando, em 1526, visitou pela primeira vez um mosteiro que existia nesta região, há quem diga que percebeu que os ares junto ao mar deveriam ser benéficos para a sua saúde e que mostrou vontade de se mudar para a Foz. Contudo, também há quem defenda que essa mudança foi motivada por outras razões, como o facto de este se opor à Inquisição⁴⁵. De qualquer forma, assim que soube desta sua vontade, D. João III tornou-o senhor do Couto e Vila de São João da Foz do Douro⁴⁶.

Pouco tempo depois desta mudança, D. Miguel percebeu que a barra do rio Douro era muito perigosa. Consequentemente, e com o objetivo de melhorar a sua navegação, irrompeu a ideia de mandar construir na Cantareira⁴⁷ uma Torre-Farol⁴⁸, que tivesse o mesmo tipo de desenho de uma Torre-Farol existente em Alexandria, no Egipto⁴⁹. Apenas um ano depois, em 1527, foi dada como construída. Deu-se-lhe o nome de Capela-Farol de S. Miguel-o-Anjo, uma das obras mais significativas deste género em Portugal, talvez por ser um exemplar único⁵⁰. Como o Farol mais antigo de Portugal (e talvez da Europa)⁵¹, a sua arquitectura merece alguma atenção: “...apresentava exteriormente uma torre quadrangular, com um pequeno pátio do lado da terra, rodeado de um pequeno muro de granito, com dois assentos de pedra do lado interior e um varandim junto à porta, do lado poente. A servir de ligação com a terra, tinha uma espécie

43 Miguel da Silva (Évora 1480; Roma 5 de Junho de 1556), foi um nobre português, embaixador em Roma, Bispo de Viseu e Cardeal da Igreja Católica Romana. Ficou mas conhecido como “Cardeal de Viseu”, mas também como “Bispo Construtor”.

44 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 65

45 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 69

46 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 58

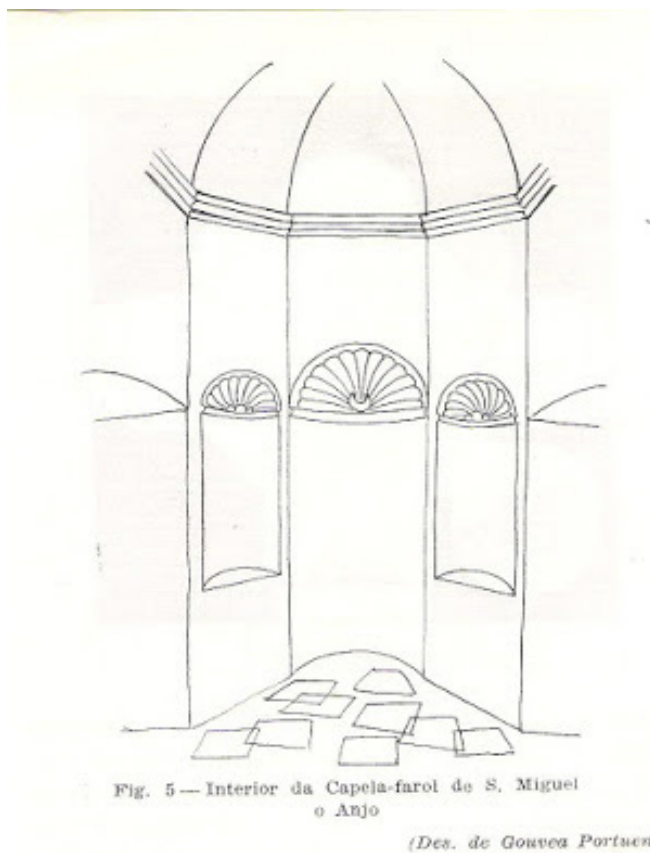
47 Enseada junto à foz do rio.

48 Na época, esta encontrava-se praticamente a meio do rio (a zona da Cantareira e do Passeio Alegre nada mais eram que zonas de areia, enseadas onde os barcos podiam atracar e abastecer em segurança).

49 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 70

50 Acredita-se ser a única que existe na Península Ibérica atualmente.

51 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 78



20. Capela-Farol de S. Miguel-o-Anjo no interior.



21. Capela-Farol de S. Miguel-o-Anjo.

de passarela, também construída em granito. O seu interior apresentava a forma octogonal, com três nichos do formato de conchas, incrustadas na parede do lado do rio. Em cada nicho uma imagem. O central, mais alto que os outros dois, tinha um pequeno altar na sua base. (...) Dois pequenos bancos de pedra estão junto das janelas, ficando uma na parede do lado nascente e a outra no lado poente, pelas quais entra a luz do dia no interior da Capelinha, que é sobrepujada por uma abóboda octogonal, assente numa elegante balaustrada. Uma escadinha em caracol, incrustada na parede, junto à porta, facilita o acesso ao tecto, onde funciona o farol-fogo (ou facho), dispondo de uma grimpá no topo da abóboda, que servia, também, de respiradouro ao farol. Nas fachadas exteriores foram colocadas algumas inscrições em latim.”⁵²

Seria de pensar que, por ser uma construção única, isso fosse o suficiente para preservar a sua forma original. Mas, em 1836, quando se criam postos fiscais para que a cobrança do imposto “Real de Água” fosse possível, alguns locais estratégicos são definidos para a sua construção. Anos mais tarde, depois de se constatar que o contrabando ainda se mantinha muito elevado, é ordenada a construção de mais alguns postos, sendo que um deles se iria localizar na Cantareira. O edifício dos Pilotos da Barra do Douro foi construído junto ao lado poente da Capela, acabando mesmo por tapar uma parte desta. Além deste posto, ainda foi ordenado que se construísse na zona do pátio original da Capela uma Torre Semafórica⁵³. Mais algumas alterações foram sendo efetuadas a esta construção ao longo dos anos, mas em 1950 é declarada imóvel de interesse público. Contudo, só em 2017, é que foi noticiado que uma intervenção de conservação e restauro do Farol-Capela de São Miguel-o-Anjo deveria acontecer em pouco tempo⁵⁴.

52 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 70 e 71

53 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 77

54 In webook.pt a 29 Março de 2017



22. A Torre da Marca.



23. O farol da Senhora da Luz.

Em consequência da edificação desta Capela-Farol, que se encontrava alinhada com a Torre da Marca⁵⁵, as embarcações que se dirigiam ao rio Douro passavam a ter uma luz a guiá-las, mas também passaram a ter o penhasco Felgueira iluminado. D. Miguel, preocupado com a entrada das embarcações no rio e ambicionando tornar este caudal o mais navegável possível, mandou contruir, em 1536, quatro colunas no enfiamento da barra, as quais, juntamente com a Torre da Marca e a Capela-Farol, passaram a ser designadas de balizas do rio Douro⁵⁶.

D. Miguel da Silva foi também o responsável pela construção da capela da Senhora da Luz, em 1536. Esta capela, situada no Monte da Luz, serviria como guia para as embarcações, pois na sua torre deveria ter três candeias de azeite com as cores do Sagrado Símbolo Trinatário⁵⁷. Não há registos se alguma vez cumpriu o seu objetivo e se chegou ou não a funcionar, mas há quem diga que mais ninguém além de D. Miguel se interessou por esta ermida. Acabou por ficar arruinada relativamente pouco tempo depois⁵⁸. Anos mais tarde, mais concretamente, a 1 de fevereiro de 1758, o Marquês de Pombal assina um diploma no qual reconhece a urgência que se impunha na construção de um farol próximo do Porto (este é um dos motivos pelo qual se acredita que a luz na torre da ermida nunca deve ter chegado a funcionar – caso funcionasse, não seria necessário um novo farol). Esta nova construção surgiu “(...) *a paredes-meias com a dita ermida* (...)”⁵⁹, e funcionou durante 165 anos (1761-1926), guiando “(...) *os pescadores e os marinheiros que seguiam a sua rota com a perigosa costa à vista, ou demandavam a não menos perigosa e traiçoeira barra.*”⁶⁰

55 “(...)existiu no local onde esteve o também já desaparecido Palácio de Cristal, uma estrutura alta fazendo lembrar uma torre que balizava a entrada da barra do Douro, arrasada durante o cerco do Porto. Esta estrutura foi erigida em 1542 em substituição de um pinheiro colossal que se encontrava no mesmo local e que servia de guia para a entrada dos navios na difícil barra duriense; árvore essa que fora «estonado per o pee» em 1533. E se num primeiro momento se deliberou fazer em roda dele «hua boa parede e se enchesse dentro de terra ... que se seguraria»; a verdade é que essa solução se revelou de vida curta pois em 1535 o pinheiro havia estalado. A cidade recorre ao rei para resolução da situação tendo este respondido no ano seguinte. Contudo só em 1537 foi o caso tratado pela direção camarária (entretanto o pinheiro já havia secado). Depois de algumas diligências junto da corte a nova baliza de pedra que ficou conhecida como Torre da Marca foi erigida, no ano já referido.” <https://aportanobre.blogs.sapo.pt/a-torre-da-marca-2023>

56 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 81

57 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 82

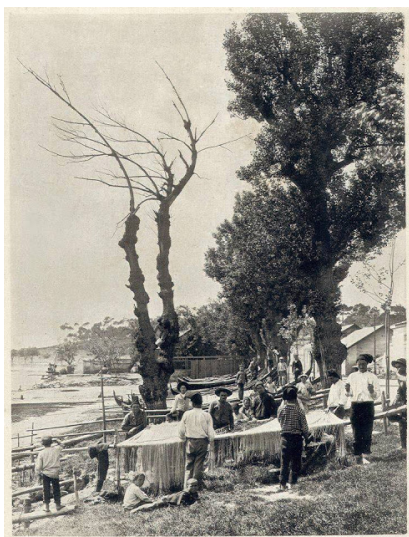
58 Depois de D. Miguel partir para Roma, há quem diga que apenas os devotos se interessaram pela ermida e que esta, por volta de 1680, estava completamente arruinada. Por ser muito visitada, quer por devotos da zona, quer por pessoas de terras mais distantes (como se encontrava num monte, era vista a uma grande distância e muitas vezes “invocada nos momentos de perigo”) foram autorizadas obras, sendo que a 22 de agosto de 1680 se colocou uma lápide numa das paredes de forma a assinalar este facto.

59 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 84

60 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 88



24. A Cantareira no século XIX.



25. Os pescadores na Cantareira em 1900.



26. O Molhe de Felgueiras.

A Inovação da Marginal

Sendo esta antiga vila uma terra junto ao mar e ao rio, uma das atividades que mais se praticou, desde os seus tempos mais primitivos até aos dias de hoje, foi a pesca, que nesta zona estava dependente de duas enseadas⁶¹ para as embarcações poderem abastecer-se e atracar⁶². Uma destas enseadas ficou conhecida por Cantareira⁶³, graças a “*uma fonte existente junto a uma das referidas ‘linguetas’ onde os pescadores enchiam os barris com água quando iam para o alto mar*”⁶⁴, apesar de, em lugar algum do Porto (e Foz inclusive), existir um local, ou rua, ou largo com este nome. No decorrer do tempo, há obras que foram realizadas nesta zona que se tornaram essenciais para que a Foz se pudesse desenvolver de uma forma significativa, mas também que permitissem que o Porto se viesse a tornar a cidade que hoje conhecemos. Uma dessas obras é, sem dúvida, a da Barra do Douro.

O primeiro passo foi o de extrair pedra do monte da Arrábida, criando a escarpa que ainda hoje em dia se pode observar. Esta pedra tinha como destino a margem direita da barra, junto à Foz, com o propósito de criar um caminho que ligasse o Porto (Massarelos) a esta zona ocidental da cidade. Em 1792, esse caminho já existia e já havia quem previsse que iria ter uma enorme importância por facilitar em muito a comunicação entre os dois locais⁶⁵. Contudo, a Barra do Douro continuava a ser extremamente perigosa para a navegação. Só quase um século depois é que se conseguiu chegar a um consenso em relação ao que era necessário fazer para melhorar as condições de navegabilidade. Uma das medidas tomadas foi a construção do Molhe de Felgueiras (1882 – hoje conhecido como Farol de Felgueiras), que se apoiava nas rochas da Felgueira⁶⁶. Porém, estas intervenções não foram suficientes para melhorar significativamente a navegação. Muitos rumores diziam que havia algum interesse por parte de Lisboa para a não realização de mais obras de melhoria, de forma a não perder valor em relação ao Porto⁶⁷. A verdade é que não foram realizadas mais obras significativas nesta zona até ao início deste século, quando em 2004 se iniciaram

61 Recôncavo na costa do mar; pequeno porto de abrigo; pequena baía; calheta; angra.

62 MAIA, Sebastião Oliveira, *Foz do Douro: Espaços, tradições e memórias*, Orfeão da Foz do Douro, 1ª Ed, Porto, 2005, p. 21

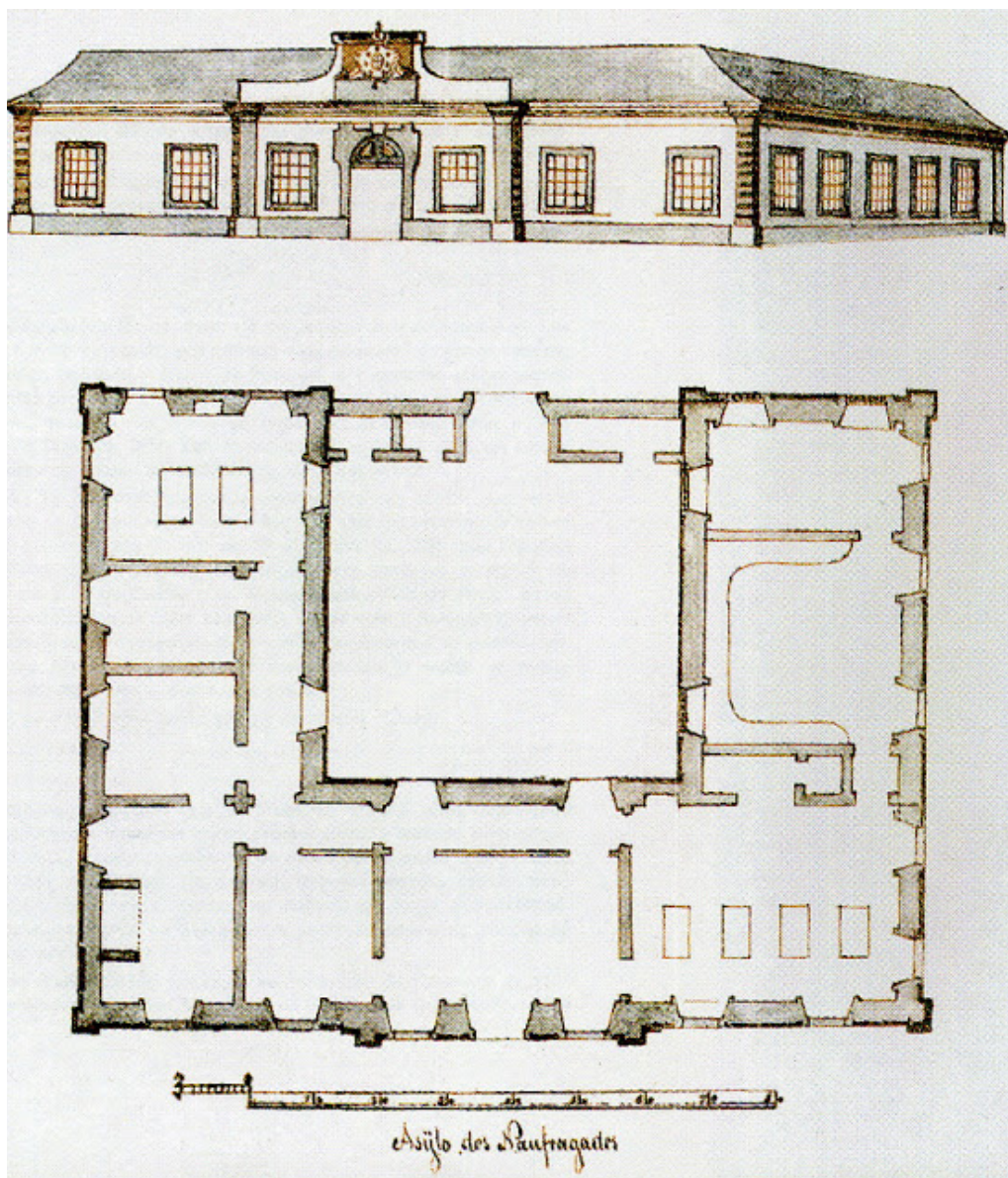
63 Poial para pôr os cântaros.

64 MAIA, Sebastião Oliveira, 2005, Op. Cit., p. 21

65 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 177

66 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 184

67 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 184



27. Planta e perspectiva da Real Casa de Asilo dos Náufragos.

as obras dos Molhes da Barra do Douro⁶⁸.

Em simultâneo com as obras iniciais de melhoramento da Barra, também havia interesse em se recuperar e desenvolver toda a área costeira. D. Miguel I, em 1828, através de um Decreto, ordenou que se construísse na Foz do Douro a Real Casa de Asilo dos Náufragos⁶⁹. Este foi “*o primeiro estabelecimento no género existente na Europa Continental!*”⁷⁰.

Alguns anos mais tarde, a 21 de setembro de 1834, a Vila de São João da Foz torna-se um concelho independente⁷¹. Organizou-se uma Câmara e elegeu-se os vereadores e presidente. A casa da Câmara estava situada na Rua Direita (já foi Rua Central e nos dias de hoje é a Rua Padre Luís Cabral), numa casa que hoje em dia já não existe⁷². No entanto, a sua duração foi muito curta, apenas 26 meses, sendo que a 26 de novembro de 1836, um Decreto-Régio determinou o fim da autonomia da vila de São João da Foz do Douro, sendo que esta passou a integrar o conjunto das freguesias da cidade do Porto⁷³.

68 O projeto, da co-autoria do arquiteto Carlos Prata e do engenheiro Fernando Silveira Ramos “venceu o prémio Secil de Engenharia Civil 2009, reconhecido como o prémio de referência da engenharia portuguesa. O Molhe Norte da Barra do Douro integra-se num conjunto de obras na embocadura do estuário tendo como objectivos melhorar as condições de segurança das embarcações no canal, proteger as zonas marginais da Cantareira e do Passeio Alegre da acção destrutiva das ondas e correntes e facilitar a auto-limpeza do canal, diminuindo o esforço das dragagens de manutenção.” Jornal de Notícias, 3 de Maio de 2010

69 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 227

70 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 230

71 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 43

72 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 47

73 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 48



28. O Jardim do Passeio Alegre.



29. O Jardim do Passeio Alegre.

Posteriormente, em 1869, dá-se início à construção do molhe norte. Com isto, começam a criar-se alguns aterros nesta zona, que anteriormente era descrita como *“um descampado poeirento e soalheiro, exclusivamente usufruído por pescadores que desde tempos imemoriais o utilizavam para o conserto das suas redes...”*⁷⁴. Este local, que pela descrição era muito pouco atrativo, veio a tornar-se no que hoje conhecemos como Jardim do Passeio Alegre, *“a sala de visitas da Foz”*⁷⁵. O seu desenho, de 1888, é da autoria do arquiteto paisagista Emilio David⁷⁶. Contudo, o desenho final do Jardim tal como ainda hoje podemos observar, não pôde ser logo iniciado, pois os aterros desta zona ainda não se encontravam concluídos.

O Chafariz⁷⁷ foi colocado no ano da construção do molhe. No ano seguinte, começam a plantar-se as primeiras árvores e em 1874, o Chalet Suíço⁷⁸ é construído. O ajardinamento (do Jardim) é apenas feito em 1888 (quando todos os aterros ficam concluídos). Neste ano também se constrói o Coreto e em 1906 é a vez da construção da Fonte Luminosa.

Mas só em 1937 é que este jardim fica com o aspeto mais semelhante àquele que vemos atualmente, pois foi quando trouxeram os Obeliscos da Quinta da Prelada, estes da autoria de Nicolau Nasoni.

Mais algumas alterações foram feitas ao longo dos anos, mas o Jardim do Passeio Alegre manteve a sua característica inicial, continuando hoje a servir como *“sala de visitas da Foz”*.

74 D. Magalhães Basto in MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 227

75 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 227

76 O mesmo autor do Jardim do Palácio de Cristal, em 1865.

77 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 232

Antes de estar no Jardim do Passeio Alegre, o chafariz pertencia ao Convento de S. Francisco e estava no claustro deste.

78 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 232

Várias personalidades como Camilo Castelo Branco, Arnaldo Gama, Ramalho Ortigão e Alberto Pimentel frequentavam este Chalet.



30. O "americano" na Foz do Douro.



31. A Praia dos Ingleses no início do século XX.



32. A Praia dos Ingleses em 1890.

A Moda dos Banhos

Ao mesmo tempo que estas obras eram efetuadas na marginal do rio Douro, surgiu uma nova moda que iria ser fundamental para a valorização da Foz e para a alteração da relação desta freguesia com o centro do Porto: a moda dos banhos. Esta moda apenas ganhou relevância graças ao desenvolvimento verificado no sector dos transportes. Por volta de 1870, é aprovado um “*caminho de ferro para transporte de passageiros e mercadorias, servido por cavalos (rail road)*”⁷⁹. O conhecido “americano” fez com que a distância entre o Porto e Foz se tornasse bastante menor, o que acabou, de certa forma, por aproximar os dois locais, tornando esta localidade mais acessível a quem vivia na zona do centro. Depois da criação da Companhia dos Caminhos de Ferro do Porto, a Foz passou a contar com dois acessos distintos desde o Porto: um pela marginal⁸⁰ e um outro “por cima”, sendo que este ligava a Praça Carlos Alberto ao Largo de Cadouços (passando pela Boavista).⁸¹

Foi graças a este enorme desenvolvimento que mais pessoas se puderam dirigir a esta zona de forma mais rápida, sendo que esta freguesia progrediu para se tornar o destino de eleição nos meses de verão para quem habitava, tanto a cidade como as localidades mais afastadas (como por exemplo o Marco de Canaveses). Os ingleses, que já há algum tempo tinham descoberto a Foz como destino de verão, pois “(...) *já em meados do século passado, muitas famílias da colónia britânica do Porto costumava fechar as suas casas da cidade (...) e vinham passar uns meses à beira mar, à Foz ou a Leça.*”⁸², não viam com muito bons olhos esta “invasão” de novos banhistas. Acabaram por passar a frequentar todos a mesma praia, de forma a evitar “misturas” com os portugueses. Este fenómeno fez com que essa praia ficasse conhecida (e ainda hoje o é) por Praia dos Ingleses.⁸³ Com o enorme afluxo de pessoas, a Foz começa a “crescer além fronteiras”, com novas construções a surgir em locais que, anteriormente, não eram mais que descampados. Os novos veraneantes que aqui se dirigiam começaram a construir as suas casas numa zona mais alta da freguesia. Mas as localidades mais próximas também beneficiaram com esta nova moda. Com a

79 FIEL, Jorge, *Um Século da Atribulada História dos Transportes Públicos do Porto*, O Tripeiro, série nova, nº 7-8, Porto, 1983, p. 196

80 Através da *Companhia Carril de Ferro de Americano do Porto à Foz e Matosinhos*.

81 FERNANDES, José Alberto, 1987, Op. Cit., p. 17

82 BASTO, Artur Magalhães, *A Foz há 70 anos*, Edição Colégio Brotero, Porto, 1939, p.33

83 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 237



33. A Foz do Douro em 1892.

expansão da construção de novas habitações, sem saberem, os novos habitantes já não construíam na Foz, mas sim em freguesias adjacentes. Ainda hoje se observa uma rivalidade entre os fozeiros e os habitantes de freguesias vizinhas, pois estes acreditam que a Foz se encontra apenas dentro dos limites desde sempre definidos pelos antigos, recusando chamar a Nevogilde “Foz Nova”. Raul Brandão dizia que a Foz era “ (...) *a Corguinha, o Castelo e o Monte, com o rio da Vila a atravessá-la, e a rua da Cerca até ao Farol. O que está para lá não existe.*”⁸⁴

É graças a este aumento significativo de afluência de pessoas, que novos negócios surgem na Foz do Douro, pois era necessário responder às necessidades que a nova população impunha. Não era concebível terem de se dirigir ao centro, tanto por necessidade de compras, como para divertimento. Foram então criados “(...) *cafés, hotéis, pensões e restaurantes, além de vários divertimentos, tais como um circo de cavalinhos, um casino, uma praça de touros e um cinema* (...)”⁸⁵. Mas também surgiram estabelecimentos apenas direcionados para os banhos, tanto para os de mar, como para os banhos quentes.⁸⁶ Ramalho Ortigão, em diferentes livros, descreveu como funcionavam os banhos nesta época. Em 1902, um almanaque⁸⁷ dava uma noção de como seria a Foz no início do século e da quantidade de negócios que iam surgindo. Mas, para percebermos a sua evolução (ou não), comparamos com um novo levantamento da freguesia, este efetuado em 1938 (36 anos de distância entre os dois).

84 BRANDÃO, Raul, Op. Cit., 1982, p. 27

85 MAIA, Sebastião Oliveira, 1988, Op. Cit., p. 237

86 Artigo da revista “*O Tripeiro*” in MAIA, Sebastião Oliveira, 2005, Op. Cit., p. 91

87 “1. *Publicação anual com calendário, informações científicas, tabelas, registo de aniversários e textos humorísticos ou recreativos; folhinha; repertório; 2. Publicação atualizada anualmente com informação sobre uma determinada área de atividade.*” Significado in infopedia.pt

2. A CASA BURGUESA NO PORTO

2.1 A EVOLUÇÃO



34. Casas burguesas na Rbeira.



35. Casas burguesas sobre arcos na Rbeira.



36. Casas burguesas na Rua das Flores.



37. Casas burguesas na Rua Alvares Cabral.

A tipologia da Casa Burguesa, assim como o seu sistema construtivo, advém das circunstâncias do espaço na cidade, dos materiais disponíveis, mas também de *“acontecimentos de ordem social, política, económica e cultural”*⁸⁸ da cidade portuense nos séculos XVII, XVIII e XIX.

Apesar deste tipo de habitação apresentar uma certa continuidade, podemos identificar três tipos distintos de habitação burguesa presentes na cidade: o Porto Mercantilista, o Porto Iluminista e o Porto Liberal⁸⁹, pois *“a história urbana do Porto poderia ser narrada em função da acção da Junta das Obras Públicas (c. 1763-1804): a cidade anterior ao período almadino; a cidade durante o período almadino; a cidade posterior ao período almadino.”*⁹⁰

O primeiro tipo é característico do período compreendido entre o século XVI a meados do século XVII, e podemos observar exemplares desta tipologia na zona da Ribeira, Miragaia e na Sé e na Vitória. Já o segundo abrange o período compreendido entre a segunda metade do século XVII e todo o século XVIII. É observável nas zonas correspondentes à expansão Almadina, tais como a Rua do Almada, a Rua de Cedofeita e Rua de Santa Catarina. O terceiro tipo é característico do século XIX e apesar de ainda surgir nas mesmas zonas que o anterior, também o podemos observar nas zonas de expansão da cidade das quais fazem parte a Rua da Boavista, a Rua da Constituição e a Rua de Costa Cabral.

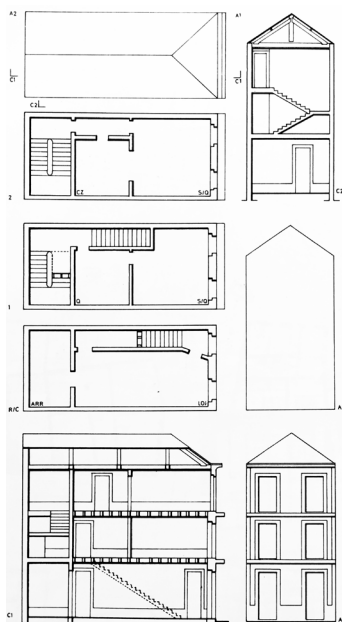
Entre cada tipo de habitação podemos observar variações tanto na sua profundidade, na largura do lote, na ocupação total do mesmo (ou na existência de logradouros) e ainda no uso dado ao lote.

88 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes, 2004, Op. Cit., p. 14

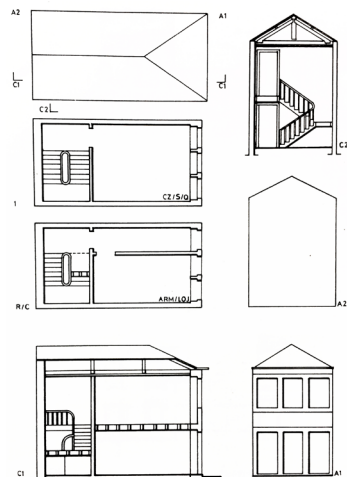
89 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 69

90 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 77

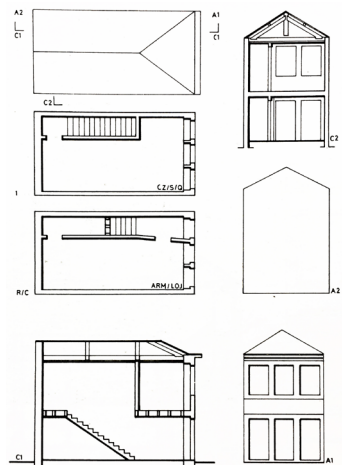
2.1.1 O PORTO MERCANTILISTA



38. Casa Burguesa Mercantil de uma só frente, sem logradouro, com caixa de escadas nas traseiras e fachada de dois vãos.



39. Casa Burguesa Mercantil de uma só frente, sem logradouro, com caixa de escadas nas traseiras e fachada de três vãos.



40. Casa Burguesa Mercantil de uma só frente, sem logradouro, com escada de tiro e fachada de três vãos.

No século XVII, muito por serem “*herdeiros da formação urbana da cidade medieval*”⁹¹, era possível observar duas formas de ocupação do lote: “*lotes de frentes estreitas ou muito estreitas, variando entre os 3 e 6 metros, com uma profundidade que oscila entre os 20 e 30 metros; e lotes de frentes igualmente estreitas mas com profundidades entre 10 e 15 metros.*”⁹² O seu perímetro era retangular mas irregular.

O edifício, de uma só frente, que ocupa a totalidade do lote, sem logradouro, que pode ter dois ou três pisos e que na sua fachada conte apenas com duas aberturas por piso (tornando o eixo central do mesmo um elemento fechado) “*é considerada a mais antiga [composição] em edifícios de habitação corrente no Porto.*”⁹³ Também podemos observar a mesma tipologia acima mencionada, mas com três vãos espaçados de igual forma entre si, o que vai alterar apenas a composição da fachada do edifício. Este tipo de construção é passível de se adaptar a qualquer tipo de terreno, adequando a sua implantação ao declive do mesmo. Nesta tipologia, a escada adapta-se: tanto pode ser encontrada na traseira e de forma transversal (quando o número de pisos é superior a dois), como pode ser de tiro e estar encostada a uma das paredes de meação, apenas fazendo a ligação entre o piso térreo e o primeiro andar.

Os materiais utilizados para a construção deste tipo de habitações eram essencialmente três: granito, madeira e argila. Neste período da história, “*os tratados de arquitectura e construção não são ainda capazes de incorporar as novas descobertas científicas.*”⁹⁴ O processo construtivo, nesta época, é alvo de algumas indagações, que só mais tarde virão a ser aplicadas na prática da construção.

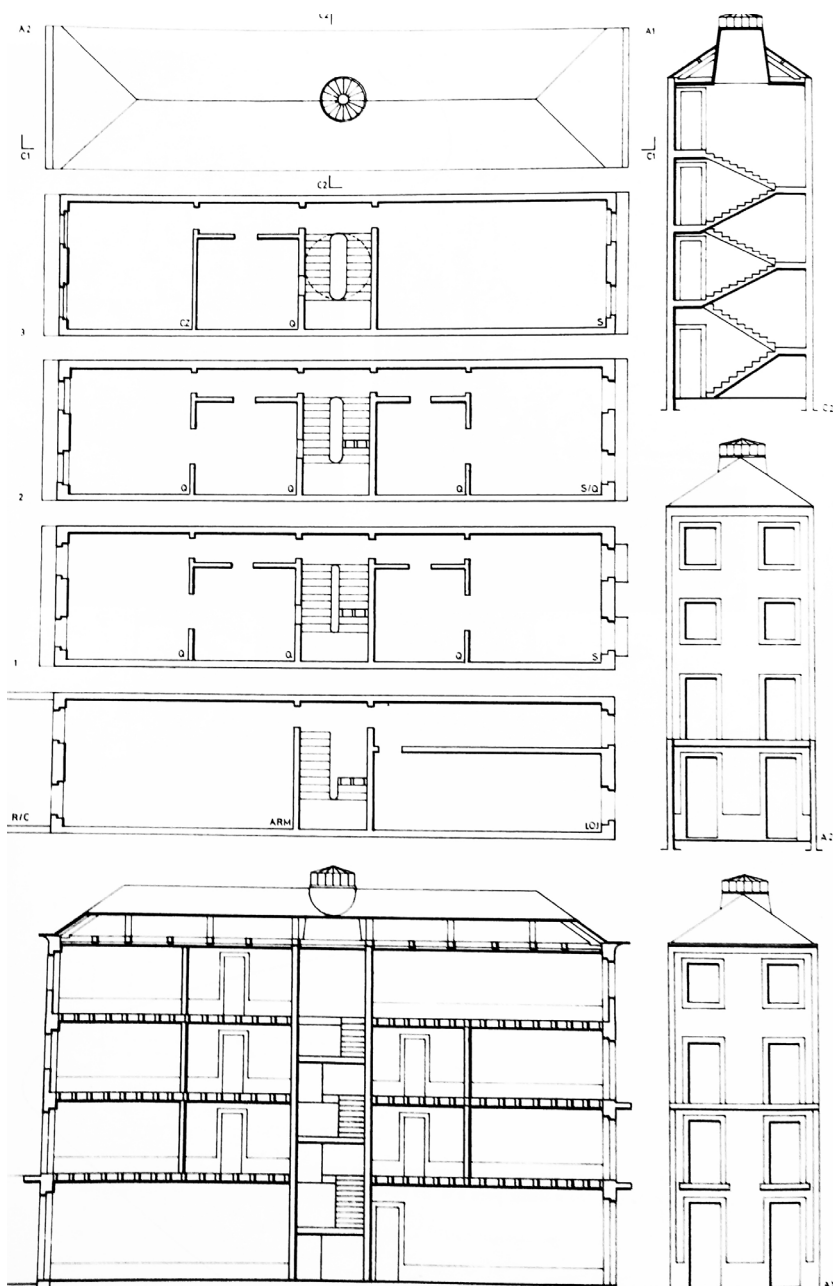
Muito graças aos enormes incêndios que ocorriam pela Europa, que destruíam grande parte das construções, pois estas usavam sistemas construtivos como o *fachwerk* (além de as coberturas também serem em madeira), é possível observar-se uma modificação dos materiais utilizados.

91 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes, 2004, Op. Cit., p. 24

92 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 120

93 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 123

94 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes, 2004, Op. Cit., p. 35



41. Casa Burguesa Mercantil de duas frentes para duas ruas, com caixa de escadas central e fachada de dois vãos.

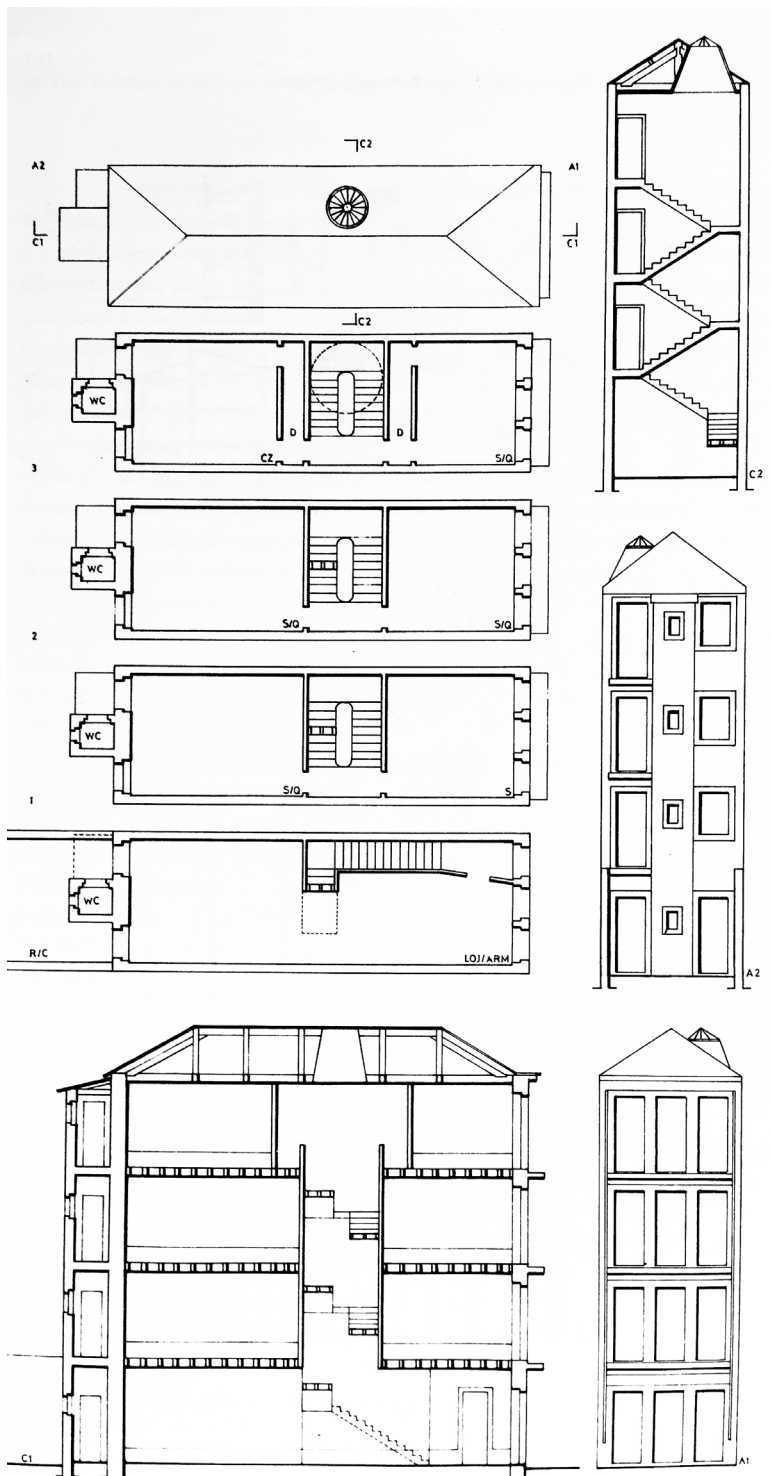
O granito, que existe em abundância na cidade, surgiu como o material mais óbvio e adequado para as paredes de meação e para as fachadas. O manuseamento da pólvora como método para extrair a pedra ajudou a que esta alteração se concretizasse. A estrutura da cobertura e dos pavimentos mantém-se de madeira, mas o colmo é substituído pela telha (ou ardósia). As paredes interiores de todos os pisos que não o térreo (estas são muitas vezes de granito) são de taipa (e tabique), e a argila é utilizada para preencher a estrutura destas mesmas paredes.

Simultaneamente, começam a surgir tipologias com duas frentes. A alteração evidenciada para a descrita anteriormente é a sua duplicação. A escada, que estava nas traseiras e de forma transversal, passa a ser central e o edifício passa a contar com duas fachadas. Esta alteração na posição da escada *“introduz uma nova concepção de casa.”*⁹⁵ Como passa a estar numa posição central da composição, ganha destaque arquitetónico no espaço interior. Passa a ser possível aceder-se ao interior da habitação por duas frentes (podendo estes acessos não estar à mesma cota) e um logradouro passa a integrar o lote. A largura deste mantém-se, apenas a sua profundidade é que se duplica (com a criação do logradouro).

Com estas alterações, o conceito do público-privado muda, passando a haver intenção de haver privacidade dentro da habitação. O piso térreo mantém-se independente dos restantes, ficando agora mais direcionado para um pequeno negócio, e o resto da casa destina-se apenas para habitação, sem haver, no entanto, qualquer tipo de *“especialização na divisão dos espaços”*.⁹⁶ Uma mesma divisão está destinada para diferentes usos, e são os móveis que distinguem as diferentes funções (o mobiliário nesta época é literalmente *móvel* – pode montar-se, desmontar-se, mover). A casa é constituída por variadas divisões que se assemelham ao que hoje conhecemos como T0, sem que cada uma tenha uma função atribuída. Nem a divisória para o quarto de banho está pensada: quando surgia essa necessidade um móvel era deslocado para o local onde a pessoa se encontrava durante o tempo necessário à sua utilização. No Porto, os problemas de esgoto eram tratados da mesma forma que em Inglaterra:

95 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 124

96 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 126



42. Casa Burguesa Mercantil de duas frentes, com logradouro, com caixa de escadas central e fachada de três vãos.

*“(...) pela noite, surgiam lavradores que recolhiam detritos para adubar os campos.”*⁹⁷ A única divisão mais ou menos pensada, por razões de segurança, é a cozinha, que normalmente podemos observar nos últimos pisos ou ainda, em casas nobres, fora do próprio edifício, no logradouro.

Os materiais construtivos não sofrem alterações com esta nova tipologia, mas com o aparecimento da fachada de tardoz, que não tem o relevo da principal, surge a necessidade de se criar uma nova forma de pensar este elemento.

Durante o período mercantilista, há essencialmente duas tipologias, que diferem no número de frentes, na localização da caixa de escadas, na profundidade do lote e na existência (ou não) do logradouro, mas que partilham algumas características, tais como a dimensão da frente do lote, o tipo de composição da fachada principal, a forma de acesso ao interior do mesmo (duas entradas independentes – uma para o piso térreo e outra para acesso aos restantes pisos), a relação com o espaço público e a localização da divisória destinada à cozinha.⁹⁸

Apesar de Francisco Ribeiro ter referido que *“(...) o tipo de casa mais vulgar dentro da cidade seria então a casa sobrada de um sobrado, erguida sobre uma loja e/ou sobreloja”*⁹⁹, Francisco Barata atribui este contraste de informação à *“falta sistemática de informação histórica segura sobre a arquitectura urbana corrente (...)”*¹⁰⁰.

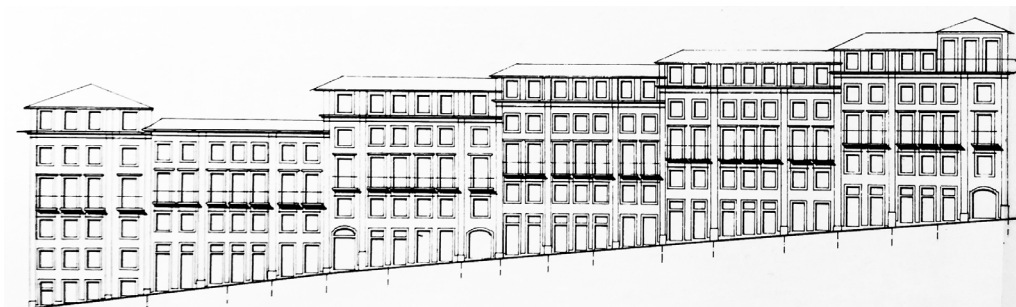
97 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 127

98 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 127

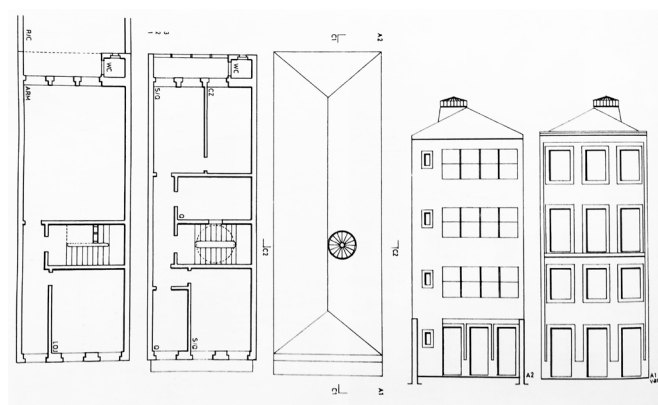
99 RIBEIRO DA SILVA, Francisco, *Tempos Modernos* in RAMOS, Luís, 1994, Op. Cit.

100 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 126

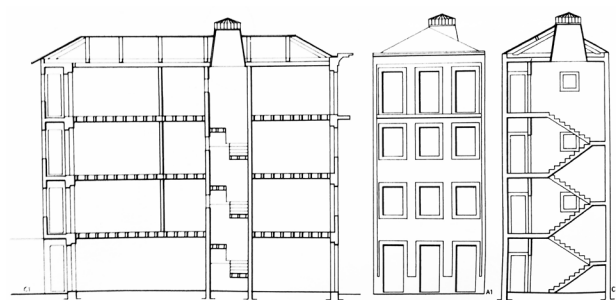
2.1.2 O PORTO ILUMINISTA



43. Fachada Sul da Rua dos Clérigos.



44. Casa Burguesa Iluminista, de duas frentes com logradouro, caixa de escadas central e fachada de três vãos.



45. Casa Burguesa Iluminista, de duas frentes com logradouro, caixa de escadas central e fachada de três vãos.

O poder político teve uma enorme importância na forma como se interveio urbanisticamente. No século XVIII, depois do terramoto de Lisboa, o Marquês de Pombal foi decisivo para a forma como se investiu numa nova forma de pensar cidade. Esta foi *“uma época em que se realizou a grande mudança qualitativa no pensamento urbanístico e territorial”*.¹⁰¹ Os Almadás intervencionaram no território portuense de tal forma que acabou por demonstrar *“um entendimento da cidade e da sua gestão igualmente globalizador e racionalista.”*¹⁰²

No Porto, que se encontrava sobejamente povoado intramuralhas, tornou-se necessário efetuar algumas ações urbanísticas que resolvessem tanto a questão do excesso de habitantes, como o da comunicação dentro da sua malha.

A Junta das Obras Públicas passou a estar responsável por este planeamento urbanístico, fazendo-o acompanhar com desenhos de alçados dos conjuntos. Esta nova forma de pensar a arquitectura urbana *“reside numa mudança qualitativa no modo de se fazer cidade.”*¹⁰³ Estes desenhos foram pensados para algumas ruas estratégicas, que tinham como objetivo efetuar novas ligações dentro da cidade, facilitando os acessos entre pontos estratégicos importantes. A rua de Santo António, de Santa Catarina, de Cedofeita e a do Almada, são alguns exemplos desta ação.

O tipo de habitação proposto tinha como objetivo ser para habitação plurifamiliar. Contudo, *“o burguês portuense sempre preferiu manter a tradicional habitação unifamiliar”*¹⁰⁴.

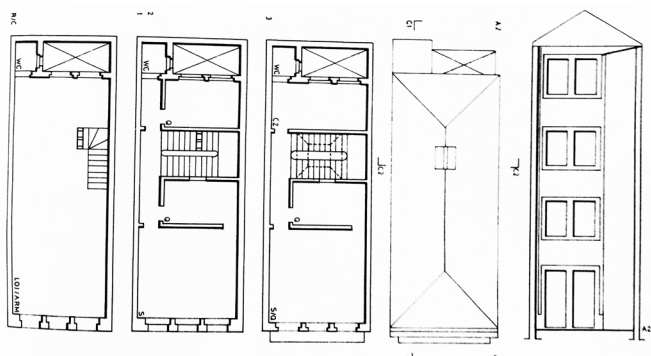
A frente do lote parece estabilizar-se nos seis metros de largura e o desenho das suas fachadas inspirou-se nos desenhos dos palácios da nobreza dos países do Norte, apesar de adequados à escala urbana na qual se inserem. Os princípios de relação edifício/rua mantêm-se semelhantes aos que pudemos observar no período anterior, com uma relação direta, apesar de as suas frentes de lote e, consequentemente, de fachada da casa, serem de maiores dimensões. São tendencialmente mais profundas, uma vez que agora a área para um logradouro está sempre disponível e mantém a sua flexibilidade no que à implantação se refere (adequa-se tanto a um terreno com um declive acentuado, como a terrenos nos quais o declive não seja significativo).

101 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 128

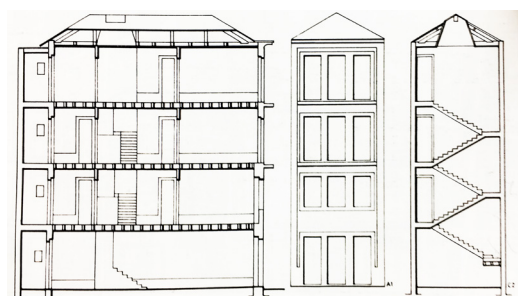
102 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 141

103 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 142

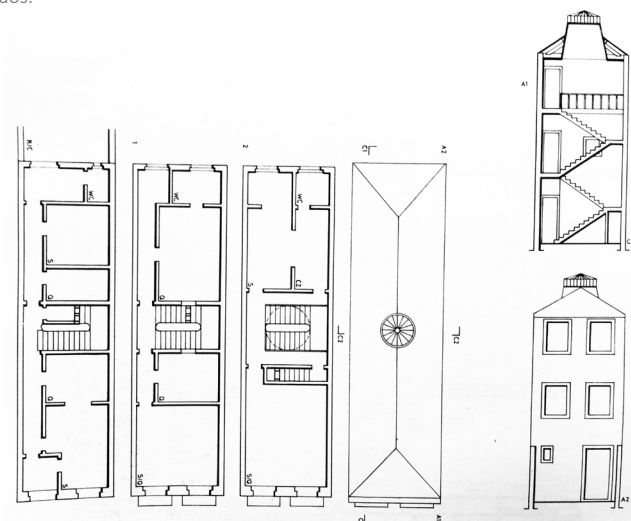
104 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 143



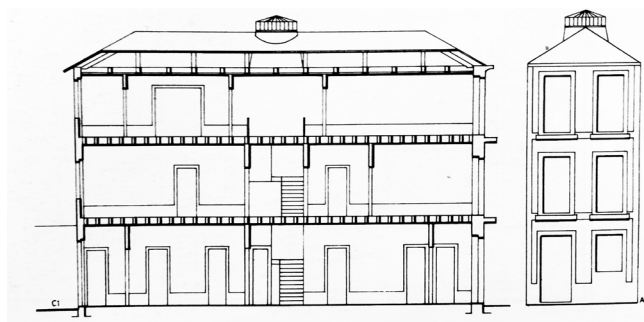
46. Casa Burguesa Iluminista, de duas frentes com logradouro estilo saguão, caixa de escadas central e fachada de três vãos.



47. Casa Burguesa Iluminista, de duas frentes com logradouro estilo saguão, caixa de escadas central e fachada de três vãos.



48. Casa Burguesa Iluminista, de duas frentes com logradouro, com duas alcovas, uma de cada lado da caixa de escadas central, e fachada de dois vãos.



49. Casa Burguesa Iluminista, de duas frentes com logradouro, com duas alcovas, uma de cada lado da caixa de escadas central, e fachada de dois vãos.

Porém, nesta fase, existe uma preocupação maior no que ao desenho de conjunto diz respeito, em detrimento do desenho individual do lote. Ao invés de se pensar apenas na frente de lote como um objeto isolado, o desenho do conjunto assume um papel de destaque “(...) *no tratamento especial dos edifícios de gaveto e dos edifícios centrais do arruamento, na regularização das cérceas e na sistematização dos principais elementos arquitectónicos de composição*”¹⁰⁵.

Neste período, as frentes do edificado estabilizam a sua dimensão, que variavam entre os 5 e os 7 metros, mas a profundidade varia, sendo que há conjuntos com aproximadamente 12 metros de comprimento e outros com cerca de 22 metros. Já a dimensão do logradouro é variável, e adequa-se ao espaço disponível no lote após a construção da Casa. Os vãos das fachadas também estabilizam em três por piso, apesar de estes serem, em relação aos do período anterior, mais altos. Uma outra alteração é a existência de varandas corridas, que se estendem de uma parede de meiação à outra mas também uma maior atenção ao pormenor, sendo que neste caso se refletem nas cornijas e beirais destas novas construções, que são substancialmente mais complexas.

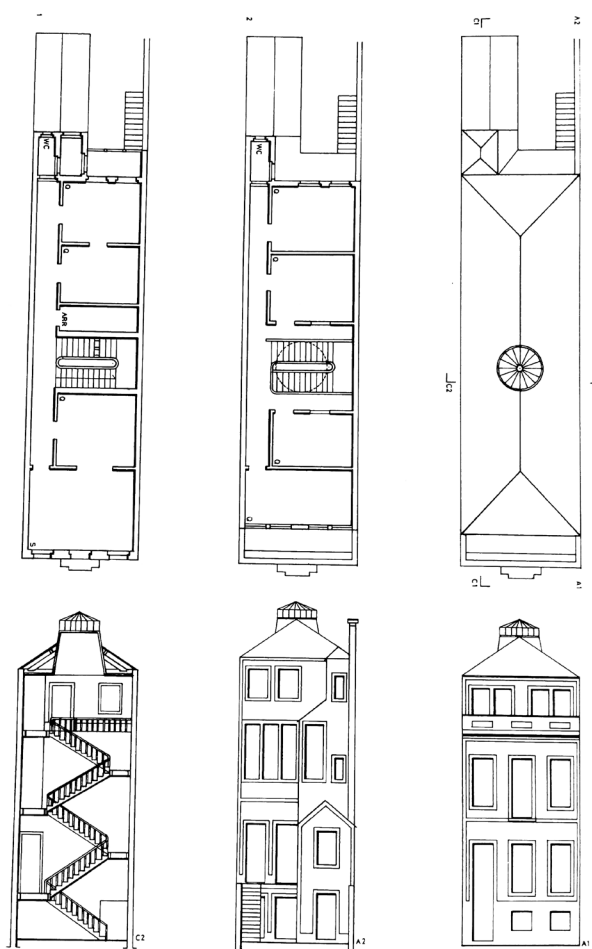
Em relação à organização interior, esta mantém-se igual à do período anterior: “*duas frentes; caixa de escadas central; piso térreo com acesso independente e destinado a comércio, oficina, armazém ou arrumos complementares da habitação*”¹⁰⁶, apenas se podendo observar alterações em relação à complexidade da mesma, com a incorporação de uma claraboia na zona da caixa de escadas, de alcovas no caso de construções de maior profundidade (que através de pequenas aberturas nas paredes da caixa de escadas passavam a receber luz natural da claraboia) e a um aumento ao número de pisos, sendo que agora variavam entre os três e os cinco pisos (à medida que se sobe de piso, o conceito de privacidade aumenta, observável através de elementos compositivos exteriores, tais como varandas, sacadas, entre outros).

Esta nova solução para as Casas Burguesas vai caracterizar toda esta época e influenciar em muito a que se segue (apesar de partilhar muitas das características com o período transato), os seus exemplares podem ser observados tanto no interior da cidade como nas áreas de expansão, graças à sua enorme adaptabilidade a diferentes usos e a intervenções (construtivas) necessárias a terem de ser efetuadas.

105 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 144

106 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 144

2.1.3 O PORTO LIBERAL



50. Casa Burguesa Liberal, unifamiliar e monofuncional, rés-do-chão sobrelevado e cave iluminada.

A forma de pensar a casa e a cidade herdada pelos Almadás e pela Junta das Obras Públicas manteve-se, pelo menos, durante a primeira metade do século XIX.

Graças à expansão urbana que ocorreu, em grande parte, na segunda metade desse século, surgiram novos tipos de habitação burguesa. A economia do Porto ainda estava muito assente na base mercantil que, associada a uma componente mais industrial (influenciada pela Revolução Industrial), como o trabalho fabril em contexto doméstico, está na base do surgimento de novas tipologias da Casa Burguesa.

Manifestam-se, assim, dois grupos distintos de novas habitações: um primeiro que mantém uma perpetuação dos anteriores, com a tipologia Almadina polifuncional, mantendo muitas das suas características – apenas introduz instalações sanitárias nas traseiras da construção, novas organizações dos logradouros, assim como uma ampliação das áreas de arrecadação e dos pés direitos de cada piso; um segundo que representa um corte completo com a tipologia abordada e explorada na época dos Almadás – pretende ser monofuncional, servindo apenas para habitação.

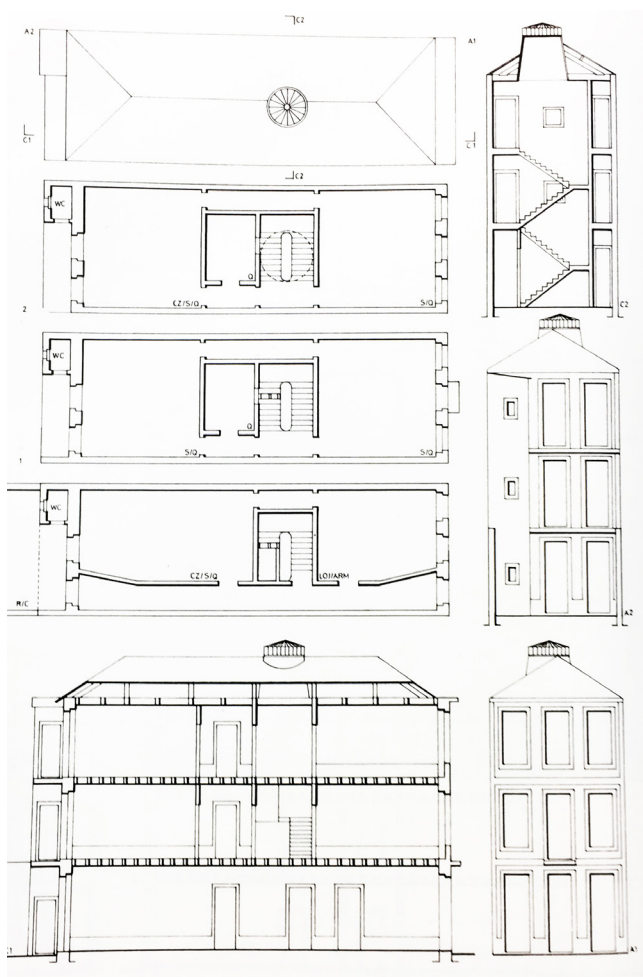
No segundo grupo, esta nova forma de habitação vai caracterizar as casas portuenses do fim do século XIX às primeiras do século XX e podemos afirmar que *“a casa burguesa do Porto liberal é (...) aquela que apresenta um programa de habitação inequívoca e exclusivamente unifamiliar”*¹⁰⁷. Surge, sobretudo, de um desejo da classe burguesa de ascensão, que começou a trabalhar fora do contexto da casa, em cargos públicos ou até privados, mantendo contudo a ligação ao sector comercial e industrial.¹⁰⁸

A forma como o lote se relaciona com a rua e com o declive mantém-se das tipologias abordadas anteriormente, estando presente a sua flexibilidade de adaptação a terrenos distintos, assim como a dimensão das suas frentes (aproximadamente 6 metros) e a versatilidade da profundidade, alterando-se apenas os valores de referência para 15 e 20 metros¹⁰⁹. Este novo modelo presumia uma associação em banda (sem ser, contudo, obrigatório).

107 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 177

108 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 175

109 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 171



51. Casa Burguesa que cruza características da época Iluminista e Liberal. O piso térreo pode ter outras funções.

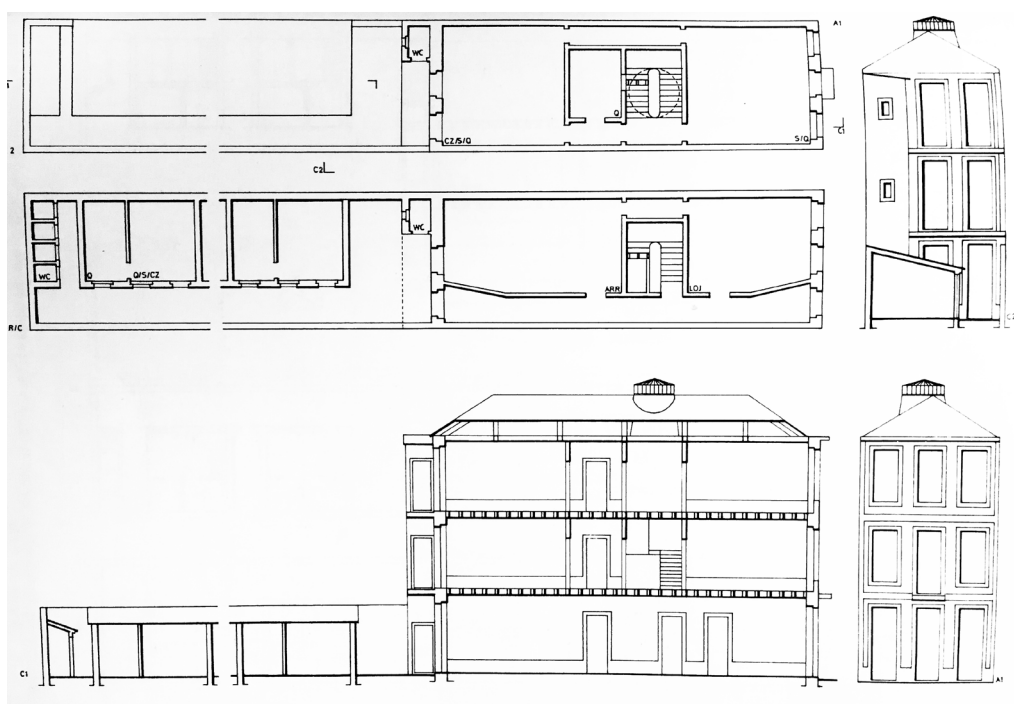
As grandes diferenças observáveis em relação às tipologias precedentes surgem na organização interna, com a então especialização dos espaços. No geral, a sua organização consistia na distribuição de serviços: arrumos, salas, cozinha e quartos.

Uma das grandes diferenças surge na relação do piso térreo com a rua, com o surgimento de uma cave sobrelevada para propósitos de habitação, com pequenas aberturas para a rua, onde seriam introduzidos os arrumos ou zonas de serviço. O facto de este novo espaço não ser subterrâneo na sua totalidade provoca uma quebra drástica em relação a todas as tipologias que a precederam, o que irá “condicionar a capacidade de adaptação do novo modelo de habitação a eventuais programas mistos de utilização.”¹¹⁰ A caixa de escadas mantinha a mesma posição, central e transversal à construção sendo que, o acesso à cave tanto podia ser feito por este acesso (separado do resto do elemento por uma porta incorporada no patamar), como por uma escada de tiro que se podia encontrar atrás de uma porta localizada junto à entrada da habitação. Uma nova escada surge na entrada da habitação, pois a cota do piso térreo sofre uma alteração com a incorporação da cave. O vão da porta de entrada ganha uma nova dimensão, pois com a inclusão da cave, a distância entre a soleira e a padieira passa a incluir o desnível deste novo piso. Assim, a padieira da porta passa a corresponder à altura das padieiras das janelas do primeiro piso, de forma a que a continuidade do desenho do alçado se mantenha.¹¹¹

Os pisos são planificados de forma simétrica, tendo a caixa de escadas como elemento de charneira. Neste novo desenho a sala de alcova surge de ambos os lados. Também os sanitários, que se consolidam como uma divisão própria, se apresentam nas traseiras, junto às paredes de meiação e associados às varandas sem que, no entanto, alberguem todos os equipamentos numa só divisão. A cozinha, que nas fases anteriores estava localizada no último piso, passa para o primeiro piso, mantendo-se, contudo, na zona das traseiras. Novos programas surgem, assim como uma maior especialização de espaços comparativamente aos da fase anterior – espaços destinados à sala de jantar e quartos passam agora a estar definidos, em contraponto com o que acontecia, onde todos os espaços serviam para uma pluralidade de funções. Ou seja, é observável agora

110 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 172

111 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 174



52. Casa Burguesa com tipologia semelhante à anterior, na qual o logradouro está ocupado por uma “ilha”.

uma conceção distinta do programa do habitar.

Os materiais construtivos e a forma de construir também permanecem, apesar do avanço tecnológico e de, nas novas áreas de expansão urbana, os lotes não apresentarem restrições que incentivassem este tipo de construção. A tradição manteve-se, sendo que é observável a subdivisão de muitas propriedades em lotes, tendo como valor de referência para essa divisão os 6 metros de frente. Ou seja, já não se construíam este tipo de habitações por uma restrição construtiva e técnica, mas sim porque a classe burguesa portuense tinha como estratégia a construção de pequenas casas, pois estas proporcionavam uma maior rentabilidade económica e uma *“maior capacidade negocial, do que com um único prédio de habitação plurifamiliar”*.¹¹²

Neste contexto, surge ainda uma variante desta tipologia, com condições muito diferentes desta, que serão mais facilmente adaptáveis a outros usos e programas. A cave é eliminada, recuperando o contacto direto do piso térreo com a rua, possibilitando a abertura não de uma, mas de duas portas de acesso, ou em alguns casos três portas – *“à tipologia de matriz burguesa associa-se uma outra destinada à classe operária denominada ‘ilha’*”.¹¹³ O elemento que permite esta associação é o logradouro das Casas Burguesas, que sofre uma transformação e abandona o ideal de espaço amplo e vazio. Passam a implantar-se aqui pequenas construções de cariz económico com um corredor de acesso comum, que se localiza junto a uma das laterais.

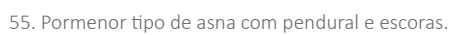
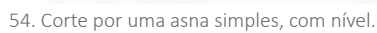
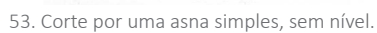
112 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 181

113 FERNANDES, Francisco Barata, 1999, Op. Cit., p. 178

2.2 O SISTEMA CONSTRUTIVO

O sistema construtivo característico da Casa Burguesa do Porto está diretamente relacionado com os materiais disponíveis para a sua construção. Vários fatores influenciaram a sua evolução, mas o económico teve um papel fundamental na forma final da casa. Era importante utilizar materiais que fossem, de certa forma, abundantes na região da cidade. O granito é um deles, tanto na zona mais central da cidade, como nas zonas circundantes. Este, devido às dimensões passivas de atingir aquando do dimensionamento das peças, veio condicionar a forma e dimensão dos vãos, tornando, assim, os vãos retangulares os característicos das fachadas de alvenaria destas casas portuenses. Mas também a madeira e a argila, por existirem em quantidade considerável, se tornaram, juntamente com o granito, os materiais mais utilizados.

A estrutura destas casas pode ser dividida em duas: a principal, constituída por todos os elementos estruturais que caracterizam a construção, e a secundária, que engloba todos os restantes elementos que compõem a composição final da casa.



Paredes de Meação e Coberturas

Estas paredes, muitas vezes comuns a duas habitações, apresentam-se, na sua maioria em alvenaria de pedra (nos casos mais antigos, estas também podiam ser em tabique misto)¹¹⁴. Assentadas nas paredes das fundações, que se apresentavam mais espessas de forma a assegurar uma melhor distribuição das cargas, estas estruturas têm espessuras que variam entre os 30 e os 60 centímetros¹¹⁵. Apresentam-se como um “*elemento vertical contínuo que, pela sua constituição, apresenta capacidade para desempenhar funções estruturais, isto é, resistir às ações aplicadas.*”¹¹⁶ Pelo interior, estas paredes eram revestidas com argamassa de cal, saibro e areia. Por cima desta argamassa, era aplicado um acabamento em estuque (juntamente com uma pasta de cal), e para finalizar eram pintadas. Já pelo exterior, apenas era necessário revestimento nos locais onde esta divisória estivesse à vista (caso contrário, poderia ser comum a outra casa ou então estar justaposta à parede da casa do lado). Algumas das soluções para o acabamento exterior variam entre ardósia, telha caleira, ou ainda barramento de asfalto associado a uma chapa de zinco ou reboco de saibro¹¹⁷.

No início destas Casas, as suas coberturas apresentavam-se em telhados de quatro águas, através de uma estrutura simples, em paus rolados, apoiada numa viga transversal que unia as duas paredes de meação. Esta podia, ou não, ser travada por uma outra viga, mais curta, inscrita nas pernas, que se encontravam dispostas em forma de tesoura, neste caso unidas por uma meia madeira. Tanto o pau de fileira como as madres faziam o travamento horizontal, e os dois rincões, apoiados no pau de fileira e nos contra-frechais, ajudavam a que a passagem das águas se efetuasse das paredes de meação para a tacaniça. Neste sistema, era utilizada a telha vã, que se encontrava suportada por um ripado. Depois do surgimento da Telha Marselha, as pendentes utilizadas nas coberturas puderam aumentar, o que levou a que surgissem coberturas em telhados de duas águas, sendo que a sua estrutura consistia em paus rolados, que se apoiavam nas paredes de meação, espaçados entre si 1,5 metros e sobre os quais se pregava uma esquadria de varedo, no qual era fixado as telhas.¹¹⁸ Esta nova forma possibilitou que a área junto à cobertura aumentasse o seu pé direito, proporcionando o surgimento de novos programas para esse local.

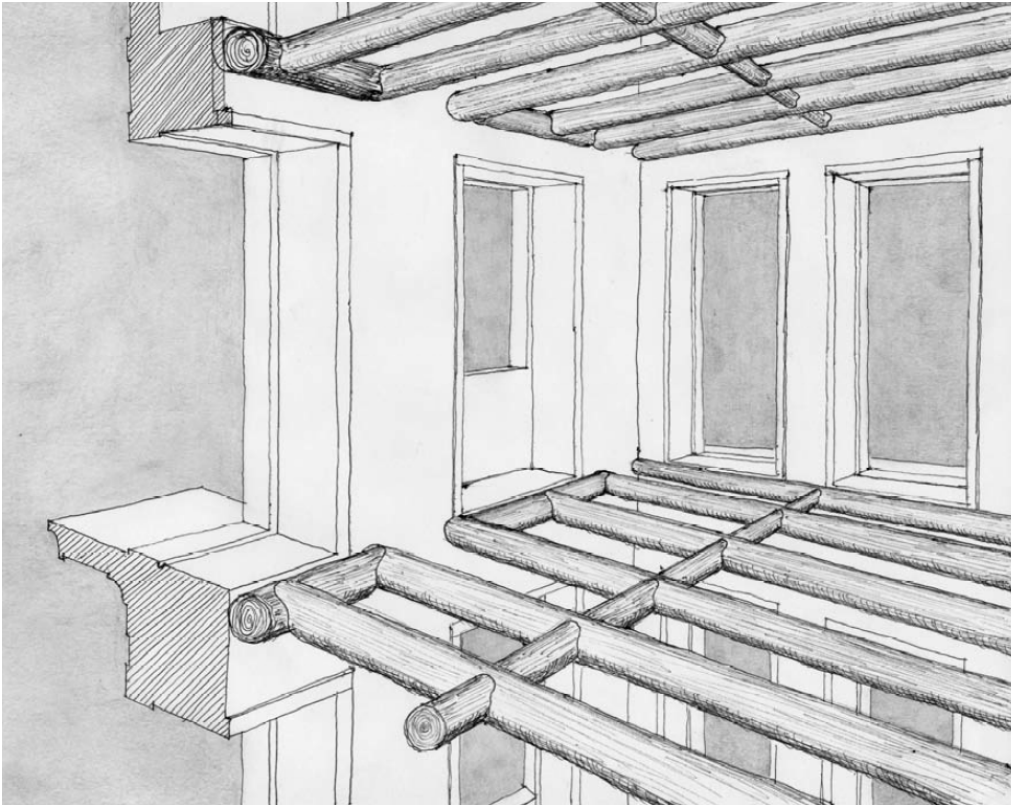
114 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes, 2004, Op. Cit., p. 84

115 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes, 2004, Op. Cit., p. 84

116 COSTA, Aníbal; FARIA, José Amorim; GUEDES, João Miranda; PAUPÉRIO, Esmeralda in FREITAS, Vasco Manuel Araújo Peixoto de; *Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos*; Porto, Ordem dos Engenheiros da Região Norte, 2012, p. 63

117 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes, 2004, Op. Cit., p. 85

118 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes, 2004, Op. Cit., p. 97



56. Estrutura tipo dos pisos.



57. Pormenor do teto.

Estrutura dos pisos

A estrutura de cada piso das Casas Burguesas é formada por um vigamento em madeira, que se apresenta através da forma de paus rolados, normalmente falqueados em duas faces, na superior e na inferior, de forma a permitir uma aplicação mais fácil do soalho e do teto. O seu diâmetro varia entre os 20 e os 30 centímetros, afastados entre si com distâncias que variam entre os 50 e os 70 centímetros, atingindo um comprimento máximo de 7 metros. Este vigamento apoia-se nas paredes de meação, até 2/3 da sua espessura (em alguns casos podem mesmo utilizar a espessura total das paredes) e os seus topos eram pintados com zarcão, alcatrão ou óleo, para fins de proteção e conservação. Esta estrutura encontra-se travada por tarugos, afastados entre si 150 centímetros. Numa fase mais tardia destas construções, o vigamento passa a ser falqueado em quatro faces, as suas dimensões diminuem, mas o seu espaçamento não ultrapassa os 50 centímetros.

Pela face superior, esta estrutura é revestida por soalho, do qual cada tábuia apresenta um comprimento variável, até um máximo de 10 metros, com larguras compreendidas entre 12 e 30 centímetros e com espessuras que variam entre os 2,5 e os 5 centímetros. Estas tábuas, unidas através de um encaixe macho-fêmea ou meia madeira, eram afagadas de forma manual, pregadas ao vigamento e enceradas¹¹⁹.

Pela face inferior, há duas formas de acabamento: ou em madeira, através de um tabuado, simples ou duplo, preso diretamente à estrutura, que pode ou não conter ornamentos em talha; ou em gesso que, por intermédio de uma estrutura de suporte (barrotes com dimensões de 7 por 5 centímetros, espaçados entre si 50 centímetros, com fasquios pregados), que proporciona a regularização e arejamento da superfície do teto e que permite a colocação de argamassa (que normaliza a superfície onde assenta) sobre a qual é aplicada o acabamento em estuque através da pasta de gesso. Os acabamentos decorativos aplicados a esta superfície tanto são manuais, realizados com uma espátula, como também são utilizados moldes em barro ou gelatina, que depois são transferidos em cera. Devido ao peso que apresentam, muitas vezes há a necessidade do próprio gesso ser “*trabalhado à volta de pregos de aço*”.¹²⁰

119 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes, 2004, Op. Cit., p. 93

120 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes, 2004, Op. Cit., p. 94



58. Fachada em alvenaria de granito.

Paredes da Fachada

Estas paredes, executadas em blocos de alvenaria de pedra e granito, apesar de servirem, em parte, para suportar a estrutura da cobertura e como auxiliar ao travamento das paredes de meação, não são consideradas um elemento estrutural destas Casas. As suas espessuras são consideráveis, variando entre os 30 e os 70 centímetros, e são autoportantes¹²¹. O número de vãos que contêm influencia a sua espessura (quantos mais vãos, mais espessa), sendo que *“nas casas datadas do século XIX, a espessura das suas paredes relaciona-se directamente com as dimensões dos vãos e elementos que lhes servem de protecção, como portas, janelas e portadas interiores.”*¹²²

No interior, o seu acabamento, tal como nas paredes de meação, era através de uma argamassa de cal, areia e saibro, e de seguida estucadas e pintadas. Isto garantia uma continuidade visual no interior das habitações, não sendo perceptível as diferenças entre cada uma das estruturas.

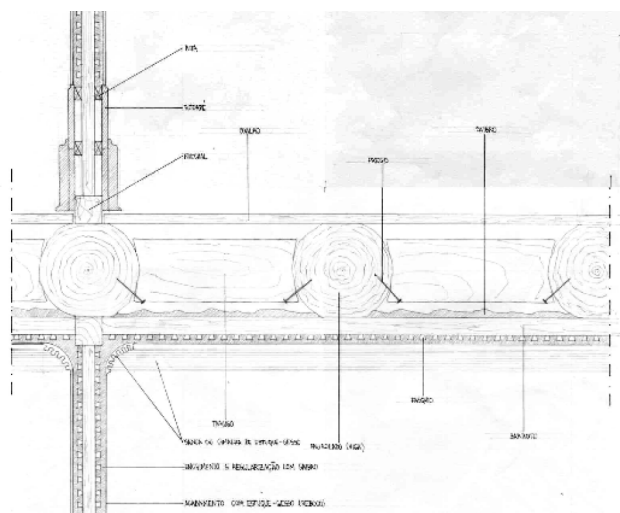
Já no seu exterior, há diferentes tipos de acabamentos. Um dos mais antigos era uma simples regularização também com argamassa de cal, areia e saibro, pintada. No entanto, mais tarde, começou por se optar por um acabamento mais refinado. Aplicava-se uma fina camada de argamassa de cal, areia fina e pigmentos ou apenas se estucava através de pasta de cal. Posteriormente, o azulejo passou a ser o elemento de revestimento mais adotado, graças à melhoria nas condições de fabricação e pelo facto de não exigir tanta manutenção, pois além de impermeabilizar por si só (apesar de uma camada continuar a ser aplicada de forma a garantir as melhores condições de impermeabilização), o seu valor estético tinha um peso considerável. Todas estas razões *“elevam-no à condição de revestimento típico das fachadas das casas do Porto, a partir de meados do século XIX.”*¹²³

Porém, as paredes de fachada podem apresentar-se também em tabique (simples ou reforçado), mas para efeitos da presente dissertação, não as vamos elaborar.

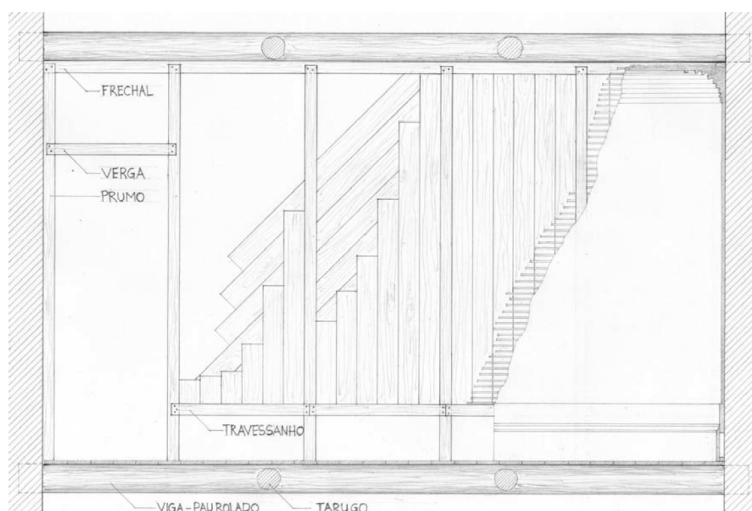
121 PÓVOAS, Rui Fernandes; TEIXEIRA, Joaquim in FREITAS, Vasco Manuel Araújo Peixoto de, 2012, Op. Cit., p. 36

122 PÓVOAS, Rui Fernandes; TEIXEIRA, Joaquim in FREITAS, Vasco Manuel Araújo Peixoto de, 2012, Op. Cit., p. 37

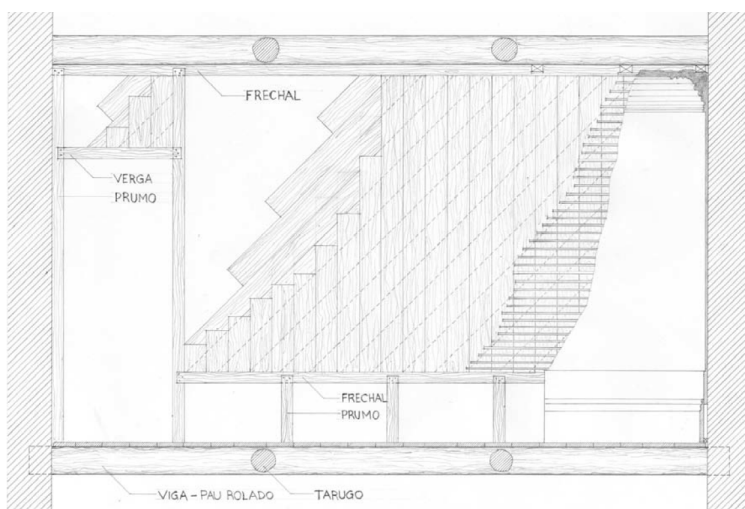
123 PÓVOAS, Rui Fernandes; TEIXEIRA, Joaquim in FREITAS, Vasco Manuel Araújo Peixoto de, 2012, Op. Cit., p. 38



59. Pormenor do encontro entre estrutura dos pisos e paredes interiores.



60. Parede de tabique interior, com duplo tabuado, sem frechal inferior, com prumos espaçados cerca de 1 metro e travessanhos pregados ao rodapé.



61. Parede de tabique interior, com duplo tabuado e frechal inferior elevado, apoiado em prumos espaçados cerca de 1 metro.

Paredes Interiores

Estas paredes divisórias, executadas em tabique (simples ou), são efetivadas depois da estrutura do pavimento já estar em fase de acabamentos.

As mais antigas datam do século XVII, e a sua estrutura consiste em barrotes de 7 centímetros de largura, dispostos em diferentes formas (frechais, prumos, vergas), preenchidos por um tabuado de espessura variável entre os 4 e 5 centímetros, espaçados entre si por 1 centímetro e colocados na vertical e pregados aos frechais. Em ambos os lados do tabuado, um fasquiado é aplicado (até à altura do rodapé), de forma a receber o revestimento em reboco e acabamento em estuque.¹²⁴ Mais tarde, a estrutura de barrotes mantém-se, apesar de se encontrar disposta de uma forma díspar: ou *“os prumos, afastados cerca de 1 m, encontram-se apoiados directamente no vigamento do pavimento, pregados a um frechal superior e travados por travessanhos pregados à altura do rodapé”*¹²⁵ ou então *“a estrutura é apenas constituída por prumos toda a altura junto das paredes de meação e na conformação dos vãos, um frechal superior e outro inferior, sendo este sobrelevado à altura do rodapé e apoiado em pequenos prumo.”*¹²⁶

Estas estruturas são depois preenchidas por um duplo tabuado, sendo que cada tábuia tem cerca de 2 centímetros de espessura, dispostas tanto na diagonal como na vertical. Sobre este é pregado o fasquiado, espaçado entre si de 3 a 5 centímetros, que irá receber as argamassas de reboco e acabamento, da mesma forma que as paredes abordadas anteriormente recebiam no seu interior, visto que, desta forma, garantem a continuidade dos espaços. Os rodapés, que têm a função de proteção do acabamento de reboco, mas também de remate, funcionam como o elemento que resolve a transição entre diferentes elementos. Inicialmente, tinham cerca de 15 centímetros de altura, mas alguns dos mais elaborados chegam a atingir os 50 centímetros.

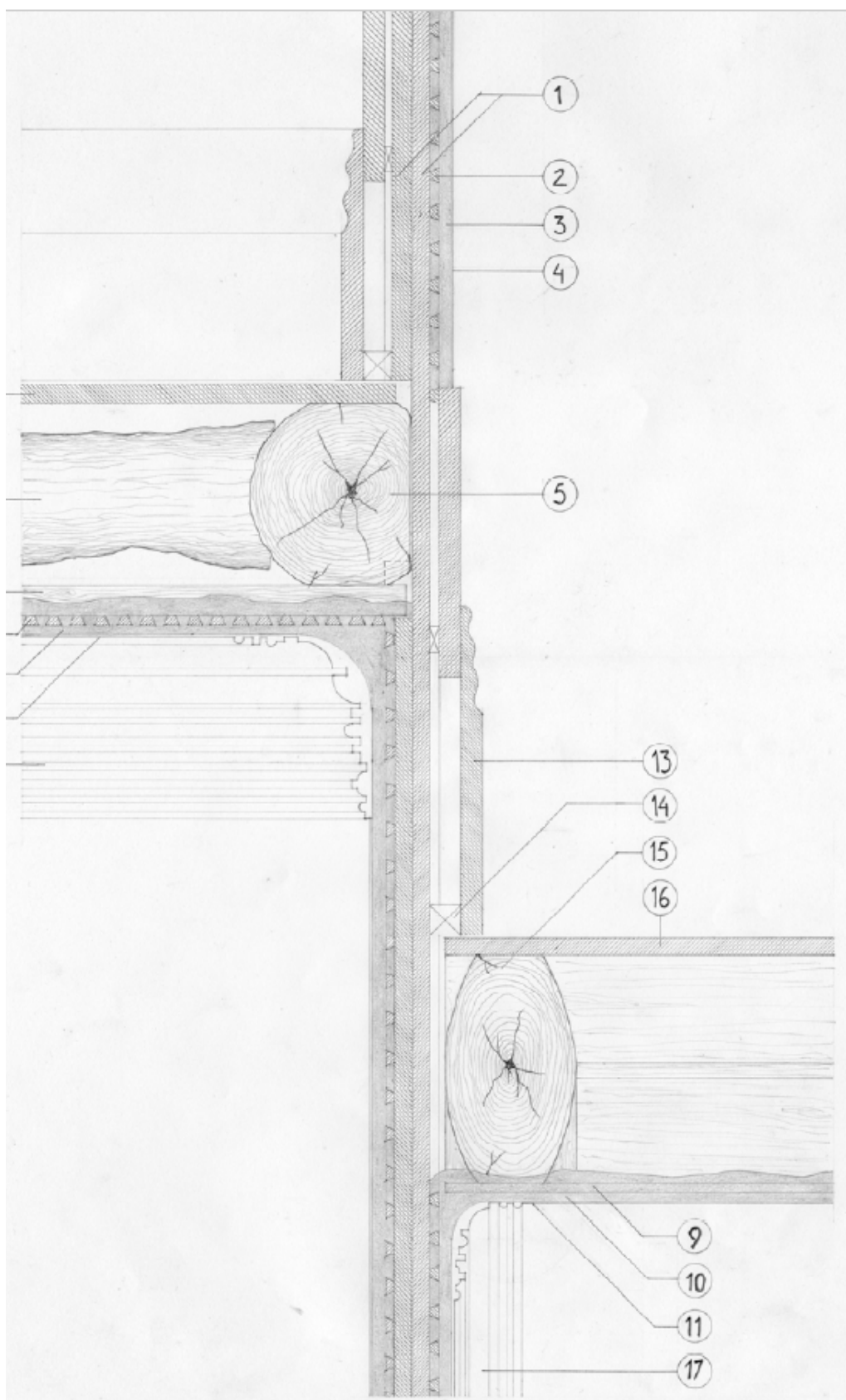
Os locais onde as paredes interiores se encontram está directamente relacionada com o local onde ao vigamento se encontra, pois estas apoiam-se directamente nesta estrutura¹²⁷.

124 PÓVOAS, Rui Fernandes; TEIXEIRA, Joaquim in FREITAS, Vasco Manuel Araújo Peixoto de, 2012, Op. Cit., p. 50

125 PÓVOAS, Rui Fernandes; TEIXEIRA, Joaquim in FREITAS, Vasco Manuel Araújo Peixoto de, 2012, Op. Cit., p. 51

126 PÓVOAS, Rui Fernandes; TEIXEIRA, Joaquim in FREITAS, Vasco Manuel Araújo Peixoto de, 2012, Op. Cit., p. 51

127 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes, 2004, Op. Cit., p. 120



62. Pormenor tipo de uma parede de tabique da caixa de escadas.

Paredes da Caixa de Escadas

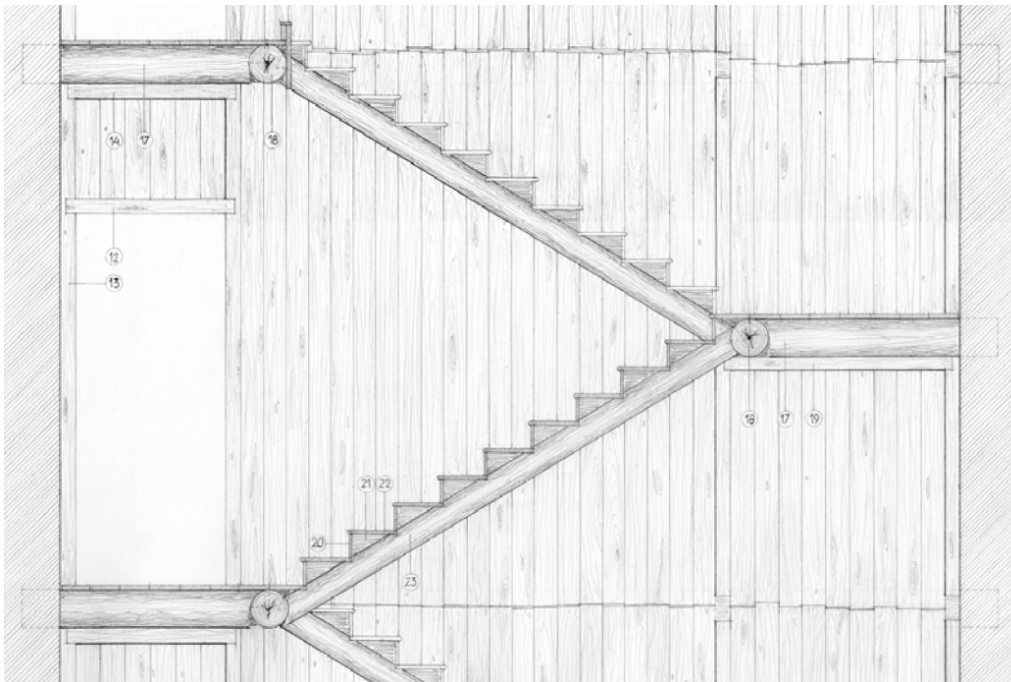
Estas estruturas são semelhantes às paredes anteriormente descritas, também em tabique (simples, reforçado ou com duplo tabuado).

Aqui identificamos dois tipos, um mais antigo que consiste numa estrutura em gaiola, que se apoia nas vigas que definem o vão das escadas. Travessanhos apoiam-se nas cadeias dos patins intermédios e, em ambas as faces desta estrutura é aplicado um tabuado sobre o qual se aplicava um fasquiado, que receberia as argamassas. Já o segundo, mais recente, apresenta-se como uma variação das paredes interiores em tabique que descrevemos primeiramente. A sua estrutura é formada *“por prumos, apoiados directamente sobre os paus rolados, situados apenas junto das paredes de meação, a definir os vãos e na largura dos patamares intermédios; vergas a definir os vãos e travessanhos a servir de apoio aos patamares intermédios. O duplo tabuado, disposto na vertical e na diagonal, era contínuo pelo interior da caixa de escadas.”*¹²⁸

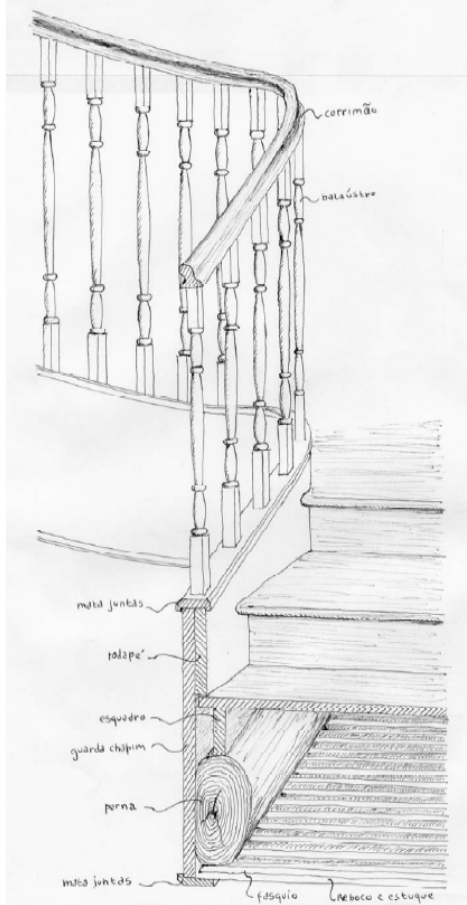
O revestimento e acabamento é realizado de igual forma ao das paredes interiores de tabique, mas os rodapés que aqui são aplicados na sua maioria distinguem-se dos anteriormente descritos, apesar de alguns se poderem apresentar da mesma forma. São de menores dimensões e normalmente são constituídos por apenas uma peça de madeira¹²⁹.

128 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes, 2004, Op. Cit., p. 126

129 PÓVOAS, Rui Fernandes; TEIXEIRA, Joaquim in FREITAS, Vasco Manuel Araújo Peixoto de, 2012, Op. Cit., p. 53



63. Parede da caixa de escadas em tabique simples, escadas e claraboia.



64. Pormenor de lanço de escadas interiores.

Estrutura das Escadas

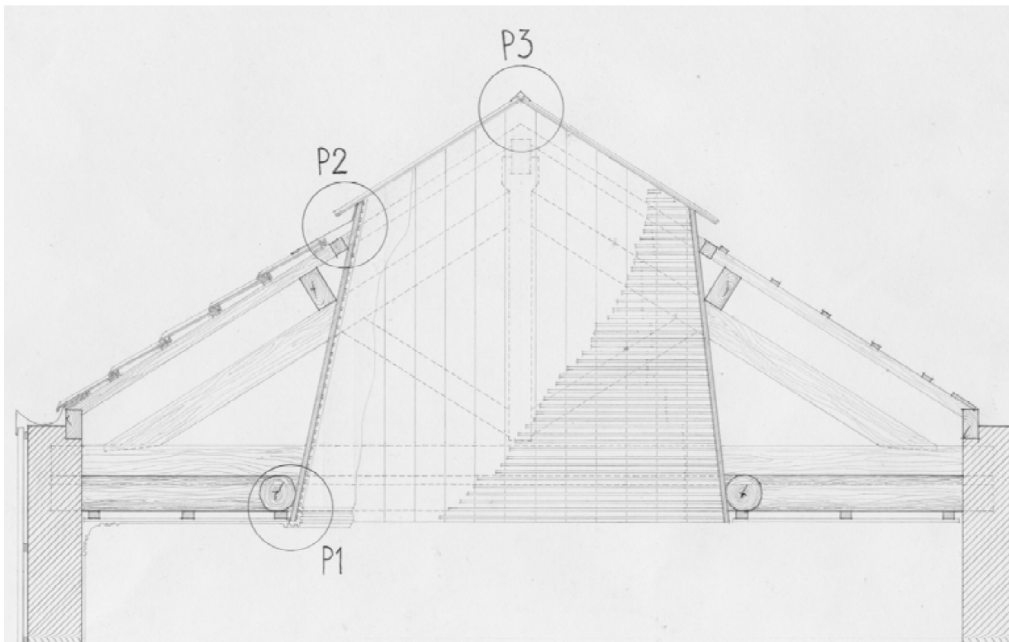
Na tipologia das Casas Burguesas, o acesso entre pisos é efetuado por escadas, que podem ter dois ou três lanços (a exceção, quando observável, normalmente apresenta-se no acesso do piso térreo ao primeiro piso, onde a escada se apresenta longitudinalmente, com apenas um lanço ou por meio lanço no corredor de acesso).

Para que se efetive a sua construção, o vigamento dos pisos é interrompido no local onde se pretende a sua implantação, valendo-se de cadeias, apoiadas no próprio vigamento do piso ou na estrutura da caixa de escadas e chincharéis, que tanto se podem apoiar nas cadeias como nas paredes de meação. Estes dois elementos constituem os patamares, quer de piso, quer os intermédios.¹³⁰

Os lanços são formados por duas ou três pernas, dependendo isso apenas da largura que se pretende obter. Estas pernas apoiam-se nas cadeias dos patamares dos pisos e nos patamares intermédios.

Acima das pernas, de forma a atribuir-lhe a forma de escada, são aplicadas tábuas, previamente dimensionadas, que vão receber os cobertores e espelhos. A sua espessura varia entre os 2 e os 4 centímetros. O acabamento de lanços e patamares, pela face inferior, respeita o mesmo dado aos tetos, apenas sem os elementos decorativos. A zona central das escadas, a bomba, é rematada por uma tábua (guarda-chapim) que, junto aos degraus é ainda reforçada pelo rodapé. Ambas são rematadas, quer pela zona inferior como pela superior, por um mata juntas, que além de servir se encaixe aos balaustres, serve também como remate. Junto à parede, um rodapé recortado com a forma das escadas aprimora o encontro entre estas e o reboco.

130 TEIXEIRA, Joaquim José Lopes, 2004, Op. Cit., p. 129



65. Corte por uma claraboia quadrangular com a pendente da cobertura.



66. Pormenor de uma claraboia circular.

Clarabóias

As claraboias encontradas nas Casas Burguesas dispõem de uma variedade de formas, sendo algumas mais simples, tanto a nível de sistema construtivo como a nível de forma (quadrangulares), ou então podem apresentar-se circulares e mais complexas. O elemento comum às duas é o lanternim.

Esta estrutura pode apresentar-se de duas maneiras: na forma rasante, normalmente quadrangulares ou retangulares, mais simples, nas quais os lanternins seguem a direção das águas – nesta situação, a estrutura é constituída por vigas e cadeias que se encontram no plano da cobertura, à qual é pregado, um tabuado que conforma as paredes correspondentes ao seu limite e define os seus vãos, superior e inferior; na forma saliente, aqui na sua maioria circulares ou elípticas, adotando uma forma de cúpula, de estrutura mais complexa – também é definido o seu local através da colocação de duas cadeias, ao mesmo nível que as vigas que definem a cobertura, com sub-cadeias que ajudam a definir a sua forma, sendo que as paredes do cone apoiam-se tanto no teto como na cobertura, utilizando para isso barrotes em forma de aduelas quadradas com 7 centímetros de lado e espaçados entre si 50 centímetros, travados por travessanhos no ponto médio do cone e rematados por um frechal curvo, ao qual se apoia o lanternim¹³¹.

Estas estruturas, pelo interior, recebem o mesmo acabamento que as paredes interiores da habitação, podendo ainda ter elementos decorativos semelhantes aos do teto. Esta opção é tomada, tal como nas restantes paredes, para que a continuidade visual prevaleça. Nas claraboias curvas, numa tentativa de diminuir a sua curvatura para evitar que a estrutura possa partir, o fasquiado pode ser colocado na diagonal. Já no exterior, a chapa zincada ajuda na impermeabilização da cobertura. Os lanternins são construídos em estruturas metálicas com cantoneiras e perfis T, os quais fixam os vidros¹³².

131 PÓVOAS, Rui Fernandes; TEIXEIRA, Joaquim in FREITAS, Vasco Manuel Araújo Peixoto de, 2012, Op. Cit., p. 47
132 PÓVOAS, Rui Fernandes; TEIXEIRA, Joaquim in FREITAS, Vasco Manuel Araújo Peixoto de, 2012, Op. Cit., p. 48

3. O EDIFÍCIO

3.1 IMPLANTAÇÃO



67. Implantação do edifício em estudo.

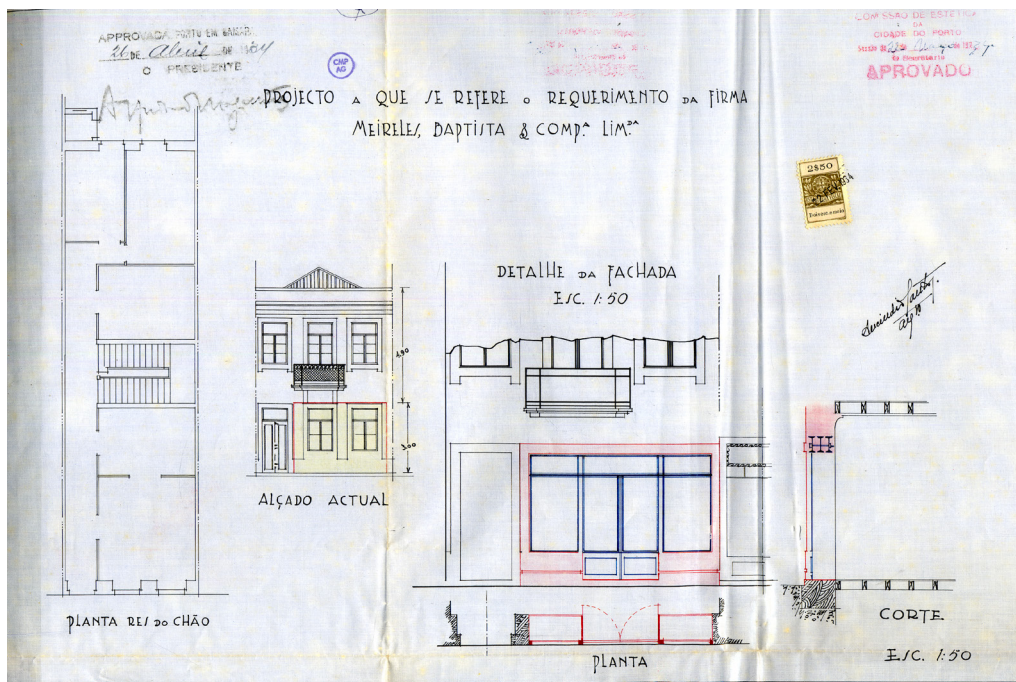
O objeto de estudo da presente dissertação é uma casa que se situa na Rua da Senhora da Luz¹³³, na Foz do Douro. Como já foi referido anteriormente, esta é uma zona de transição entre a “Foz Velha” e a “Foz Nova”, um local onde se encontram os diferentes traçados urbanos, tanto o mais antigo e irregular, como aquele que resultou da nova urbanização.

O lote em que esta se insere é retangular, com cerca de 30,5 metros de comprimento e 6 metros de largura. Relativamente às cotas do lote, há uma diferença significativa em relação às duas ruas que desenham os limites nordeste e sudoeste – cerca de 3 metros. Devido a isto, o piso inferior da casa apenas é acessível através da rua Coronel Raúl Peres, não tendo qualquer expressão na fachada principal.

A casa está inserida num conjunto de outras quatro casas de fachadas semelhantes, cada uma destas com alterações efetuadas ao longo dos anos, principalmente ao nível do piso térreo – em muito incentivadas por um pequeno negócio e pelas necessidades de este comunicar através de vãos diferenciadores.

¹³³ Tendo em conta a importância das ruas, os materiais utilizados para a sua construção assim como a localização do logradouro, designamos de fachada principal aquela que se encontra virada para a rua da Senhora da Luz.

3.2 NARRATIVAS TEMPORAIS



68. Desenho de 1934.

Atente V.^a Ex.^{cia} nestas palavras:

Uma jóia ou um objecto de ouro representa
sempre dinheiro em qualquer ocasião

Semanalmente, por uma pequena importância, pode V. Ex.^a
ir adquirindo uma pedra preciosa, um relógio, uma corrente,
uma pulseira, uns brincos, uma volta—e tudo o mais
que represente valor.

Ter ouro, prata ou jóias é ter dinheiro!

A Ourivesaria

“FLOR DA FOZ”

DE _____

Eduardo de Sousa

RUA SENHORA DA LUZ, 198

Vende a-pronto pagamento e a prestações com bónus,
tudo o que V. Ex.^a desejar.

Transforma, conserta, fabrica e troca — todos os
objectos do seu mister.

Trabalhos em esmalte. Execução dos mais interessantes
presentes para: aniversários, batizados, casamentos, etc.

ORÇAMENTOS GRÁTIS!

Entre o fabricante e o comprador não há intermediários,
porque a Ourivesaria “Flôr da Foz” possui oficinas
próprias, vendendo directamente ao público, razão de
ser dos seus baixos preços.

Não é pelas grandes fachadas que se conhecem as boas casas!

As essências raras e caras estão, quasi sempre, nos
frascos mais pequeninos!...

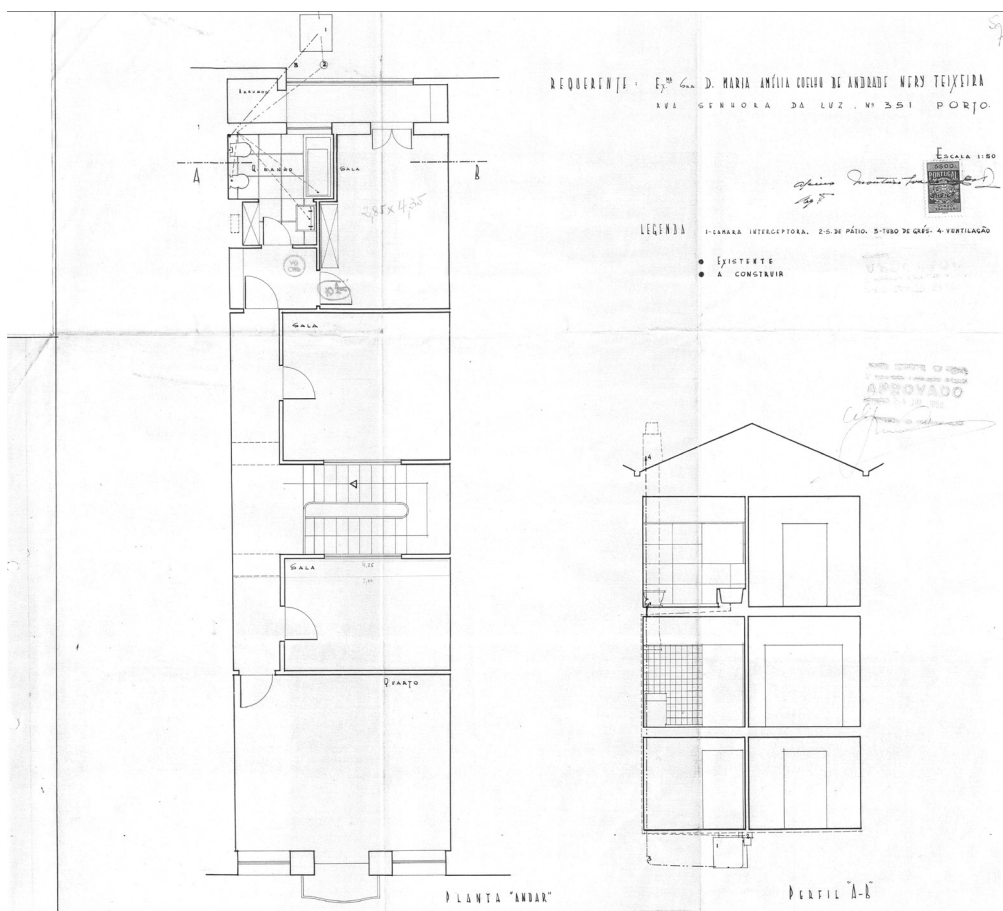
69. Panfleto da Ourivesaria “Flôr da Foz”.

O primeiro registo no Arquivo Municipal do edifício em estudo data de 22 de fevereiro de 1934, quando o então proprietário solicita que lhe seja concedida uma licença para efetuar obras, neste caso para alterar a fachada principal. Acreditamos, por isso, que a casa seja anterior a esta data e que tenha sido edificada durante a segunda metade do século XIX. Tendo em conta as características das casas burguesas que analisamos nos capítulos transatos, entendemos que esta contém características pertencentes a duas épocas, a do Porto Iluminista e a do Porto Liberal.

Aquando do pedido efetuado para efetuar alterações na fachada, alguns desenhos foram anexados ao mesmo, o que nos permite ter uma perceção de como era parte do edifício antes e depois da intervenção, e até mesmo algumas alterações que o interior sofreu ao longo do tempo (em comparação com os desenhos do levantamento atual). A fachada original era composta por 3 vãos em ambos os pisos, sendo que se encontravam todos enquadrados por cantaria de granito. Com esta intervenção, tencionavam demolir na fachada dois dos vãos no piso térreo (as janelas) e colocar vigas (em ferro), tanto para suportar a fachada do piso superior, como para permitir a abertura de uma “montra” para a criação de uma loja. No interior apenas pretendiam demolir uma parede existente, de forma a que o espaço destinado à loja tivesse uma área um pouco superior ao que estava disponível. A primeira porta, que dava acesso à primeira divisão foi tapada, mantendo apenas a segunda, pois o futuro arrendatário, tanto do espaço comercial como do espaço da habitação, iria ser o mesmo, neste caso o meu bisavô Eduardo de Sousa¹³⁴.

No desenho enviado, mais especificamente no detalhe da fachada, também é possível observar que na casa adjacente, já tinham procedido à abertura de uma montra, provavelmente com o mesmo propósito que esta.

134 Antes de ocupar o espaço comercial no número 353 da Rua da Senhora da Luz e o transformar na Ourivesaria Sousa, Eduardo de Sousa já tinha um espaço nesta mesma rua, com o nome “Flôr da Foz”.



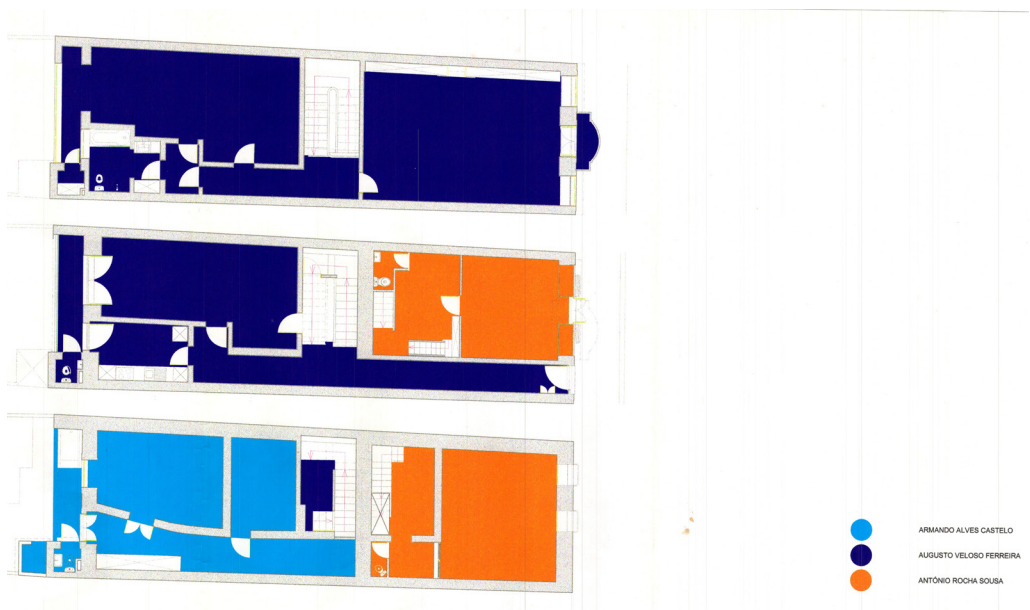
70. Desenho de 1962.

Num segundo registo a que tivemos acesso, datado de 1962, um novo pedido de alteração foi efetuado à Câmara, mas agora destinava-se a uma das divisões interiores, o quarto de banho do primeiro piso. Acreditamos que não existia nenhuma divisão especializada dentro da habitação com esta função, pois através de relatos de antigos moradores, sabemos que o banho era efetuado numa bacia na divisão destinada à sala de estar. Nesta época, com a evolução das condições de habitabilidade, tornou-se imperativa esta construção.

Através dos desenhos disponibilizados, compreendemos que todo o sistema de canalização foi repensado de forma a conseguir responder a este novo programa, desde o local de onde partiriam os novos canos, à sua inclinação e ao local onde se iriam localizar os tubos de queda.

Apesar de esta ter sido a única alteração comunicada, graças a este pedido temos acesso a uma planta completa do primeiro piso. Aqui, e através de comparação com desenhos atuais, constatamos que o interior da habitação sofreu alterações em relação à sua divisão interna. À época desta intervenção, a organização interna deste piso seguia a linha de pensamento das casas burguesas do Porto Liberal, tendo a caixa de escadas como elemento de charneira e duas salas de alcova em ambos os seus lados, sendo que ambas tinham uma janela voltada para as escadas. O corredor de acesso estava claramente marcado, assim como os espaços interiores e as suas divisões. Também nos é possível observar no corte que a divisão destinada à cozinha estava revestida a azulejo até à altura dos vãos, e que a nova divisão do quarto de banho seguiria a mesma linha de pensamento.

3.3 TEXTO EXPLICATIVO



71. Planta de frações.



72. Desenhos de 2005.

Através de mais um elemento que conseguimos recolher, desta vez datado de 2005, temos uma ideia atual das dimensões e verdadeiras medidas desta casa, até aqui sempre representada ortogonalmente e agora, em consequência de medições executadas com instrumentos de medição precisos, compreendemos que tem ligeiras variações da forma. Verificamos que, desde este levantamento até à atualidade, nenhuma alteração significativa foi realizada e, por isso mesmo, baseamo-nos nas suas plantas e em levantamento próprio para a descrição do objeto de estudo no presente.

Hoje, a fachada principal mantém um desenho aproximado ao da sua alteração em 1934. É composta por 2 vãos no piso térreo – a porta de acesso à casa e a montra da loja – e por 3 vãos no piso superior – duas janelas e uma porta com acesso a uma pequena varanda no centro. Os vãos do piso superior têm todos cerca de 1,08 metros de largura. Os dois que se encontram junto às paredes de meiação têm 1,78 metros de altura e o central mede 2,67 metros. No entanto, a altura da montra acabou por ser alterada, deixando de estar alinhada com a cantaria de granito que delimita a porta.

No momento presente, a casa encontra-se arrendada a 3 inquilinos distintos: um no piso inferior (que utiliza o espaço como habitação), um para a loja do piso térreo e outro no restante da casa, utilizando-a como escritório.

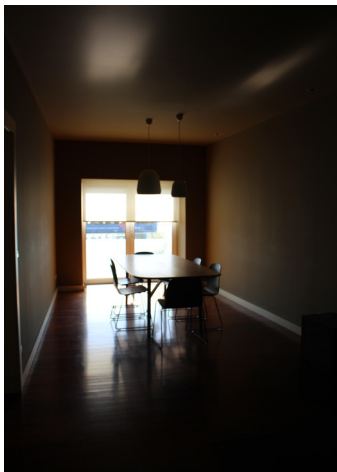
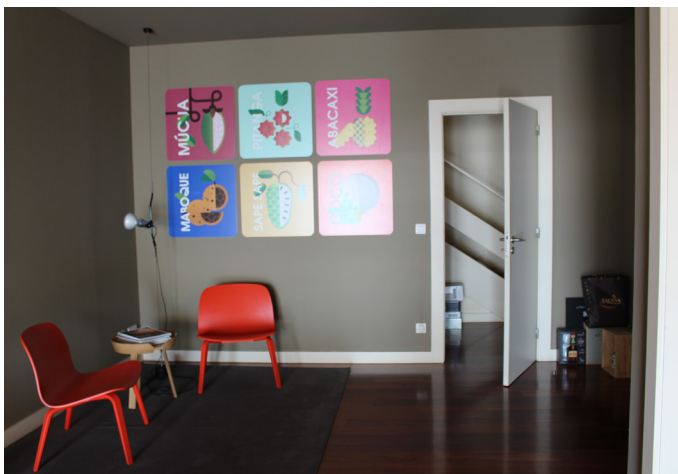
No piso inferior da casa, em que o acesso se faz pela fachada de tardoz, através de uma pequena porta, deparamo-nos com um corredor de acesso, paralelo à parede de meiação, que faz a distribuição longitudinalmente pelas duas divisões que constituem esta habitação. Devido ao facto de quem habita este local não permitir a sua visita, não nos foi possível verificar se este local se mantém tal como o levantamento efetuado em 2005 nem recolher fotografias do seu estado atual de conservação, assim como também não conseguimos verificar a organização das divisões consoante as suas funções.



73. As fachadas do edifício e do estabelecimento comercial.

O piso térreo da casa permite o acesso aos outros dois espaços – a loja e escritório – diretamente através da rua. A porta da montra funciona como o único acesso ao espaço comercial, que tem cerca de 30,25 m² de área a esta cota. No primeiro espaço do estabelecimento, as suas paredes estão rebocadas e pintadas a branco, mas contam com expositores em quase toda a sua extensão. A caixilharia destes é em madeira, sendo que as prateleiras e as portas são em vidro. Um balcão em L delimita o espaço para vendedores e clientes, sendo que este também conta com expositores em vidro na zona do tampo.

Alinhada com a porta de acesso da montra, está uma porta que dá acesso a um espaço destinado a trabalho de escritório, e que conta com um pequeno quarto de banho de serviço, que se encontra por baixo de uma mezzanine. Esta surgiu para colmatar a escassez de espaço de trabalho para o número de trabalhadores da ourivesaria e a escada de acesso a esta cota encontra-se lateralmente, do lado esquerdo. Por baixo desta zona mais elevada, encontra-se uma escada de acesso ao piso inferior, o qual está destinado a armazenamento de materiais, caixas e produtos necessários ao funcionamento do espaço, assim como a um pequeno espaço de trabalho.



74. A fachada principal e o interior do escritório.

Já o acesso ao escritório é feito através da porta que se encontra na fachada principal. Num primeiro momento, seguimos por um corredor paralelo à parede de meiação, que faz a distribuição para todas as divisões a esta cota, mas também nos permite o acesso à zona da caixa de escadas, que fazem a conexão com o piso superior. Na parede voltada para as escadas, temos uma porta que nos permite a entrada na primeira sala de reuniões, neste caso na zona destinada à espera. No alinhamento do corredor, a poente, uma porta dá acesso à cozinha. Ainda neste espaço, antes de se chegar à cozinha, através de uma porta de acesso à direita, podemos aceder à mesma sala de reuniões, mas agora para a zona que alberga a mesa destinada às reuniões.

Ambas as divisões descritas anteriormente têm acesso à varanda da fachada de tardo, onde se encontra uma pequena divisão que funciona como quarto de banho. É característico nas habitações desta época que esta divisão se encontre neste local, apesar de atualmente já não desempenhar essa função – é utilizada como zona de arrumos.

Se subirmos as escadas, que se implantam aproximadamente a meio da habitação, até ao piso superior, deparamo-nos com uma organização simples, mas que já não corresponde a uma divisão característica de nenhuma época abordada. Se virarmos à esquerda, deparamo-nos com uma divisão que cobre toda a dimensão da habitação até à fachada principal. Esta é talvez a zona principal de trabalho do escritório, onde se encontram o maior número de trabalhadores. Se voltarmos à direita, através de um pequeno espaço de distribuição, podemos aceder ao quarto de banho ou então a uma outra sala de trabalho (esta destinada ao chefe). Em relação ao piso inferior, observamos uma alteração nestes espaços: a fachada já não se encontra recuada – possibilitando um espaço para a varanda – mas sim alinhada com o limite do piso inferior. Apesar desta atitude, é observável no espaço que, este local, apesar de interior, mantém o mesmo desenho e o mesmo espaço, com a zona que era destinada ao quarto de banho primitivo também materializada, para arrumos.

Uma alteração efetuada há poucos anos na habitação foi o acrescento de dois lanços de escadas que permitem o acesso a um piso mais junto à cobertura. Este local alberga um outro quarto de banho e também uma outra zona destinada a trabalho.



75. O interior do escritório.

No que diz respeito aos materiais utilizados, tanto a parede da fachada principal como as de meação são em alvenaria de granito, a estrutura dos pisos é feita em paus facetados em 4 faces¹³⁵, travados por tarugos e cobertos por soalho, sendo que na face inferior, nos parece ser uma estrutura pregada que uniformiza o teto. As paredes interiores da habitação parecem-nos ser tanto de tabique simples como de gesso cartonado (através da estrutura própria). A cobertura é de 4 águas, sendo que os telhados são feitos sobre paus facetados, que se irão apoiar nas vigas da própria estrutura do piso. Pelo interior, as paredes são pintadas de diferentes cores, sendo que cada espaço parece ter uma cor distinta. A exceção é encontrada no quarto de banho do primeiro piso, onde um lambril em mármore desenha todo o revestimento interior até à altura dos vãos (janela e porta). O chão do escritório e de todas as suas divisões é integralmente revestido a madeira de pinho.

135 No corte efetuado em 1934 enviado à Câmara, o desenho da estrutura dos pisos surge desta forma, o que nos leva a crer que será assim ainda hoje, apesar de nos faltar uma fonte atual.

4. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO



76. Proposta de alçados.

Numa fase inicial, foi necessário definir o tipo de abordagem que se iria assumir perante o pré-existente, coordenando isso com os regulamentos sobre recuperação do património habitacional. Foi definido como objetivo manter a imagem exterior da fachada da rua da Senhora da Luz, tanto por uma questão de preservar o património, mas também por uma questão de comunicação com os já clientes do espaço comercial, a Ourivesaria. Esta decisão não funcionou como um capricho, mas como uma necessidade de respeitar o conceito que há cerca de 80 anos define este espaço, apesar de o mesmo não acontecer em relação aos restantes. É perceptível que, com o passar do tempo, já várias intervenções foram efetuadas, e a imagem original da construção foi adulterada. Assim, explorou-se novas hipóteses de organização possíveis até se chegar ao projeto final.

Podemos afirmar que a casa, no geral, foi construída em apenas um momento, apesar das alterações que já sofreu a nível de distribuição interior. No entanto, há um elemento que acreditamos ser recente, tendo sido efetivado já depois do último levantamento a que tivemos acesso, de 2005. Referimo-nos ao espaço junto à cobertura, para o qual foi necessário que se acrescentassem mais dois lanços de escada.

Relativamente à imagem exterior do edificado, entendemos que era necessário efetuar pequenas alterações ao seu desenho, sem comprometer, contudo, a sua imagem. A altura da montra que pertence ao estabelecimento do piso térreo já tinha sido modificada desde a sua construção. Propomos assim que retorne à sua altura inicial, alinhando a sua cantaria com a da porta de entrada. A cantaria que delimita este vão passa então a ser do mesmo material que os restantes – granito. Propomos também que os azulejos que se expressam na sua fachada sejam recuperados, procedendo à retirada dos mais recentes (estes têm um desenho diferente dos originais). Em relação à zona inferior da montra, que neste momento se encontra revestida com azulejos distintos de todos os outros, propomos que se proceda à sua retirada e que esta zona assuma o mesmo material que as restantes cantarias.

Já a fachada de tardoiz foi completamente alterada ao longo dos anos, e não nos foi possível recolher nenhum elemento que nos permitisse ter a ideia da sua expressão. Assim, e tendo em conta as alterações efetuadas no interior do edificado, entendemos que esta deveria ser reconstruída em estrutura de



77. Proposta de reordenamento de frações.

betão, sendo que o isolamento será efetivado pelo interior. Os seus vãos foram pensados tendo como módulo os presentes na fachada principal, de forma a que fosse possível garantir o equilíbrio entre aberturas e construído.

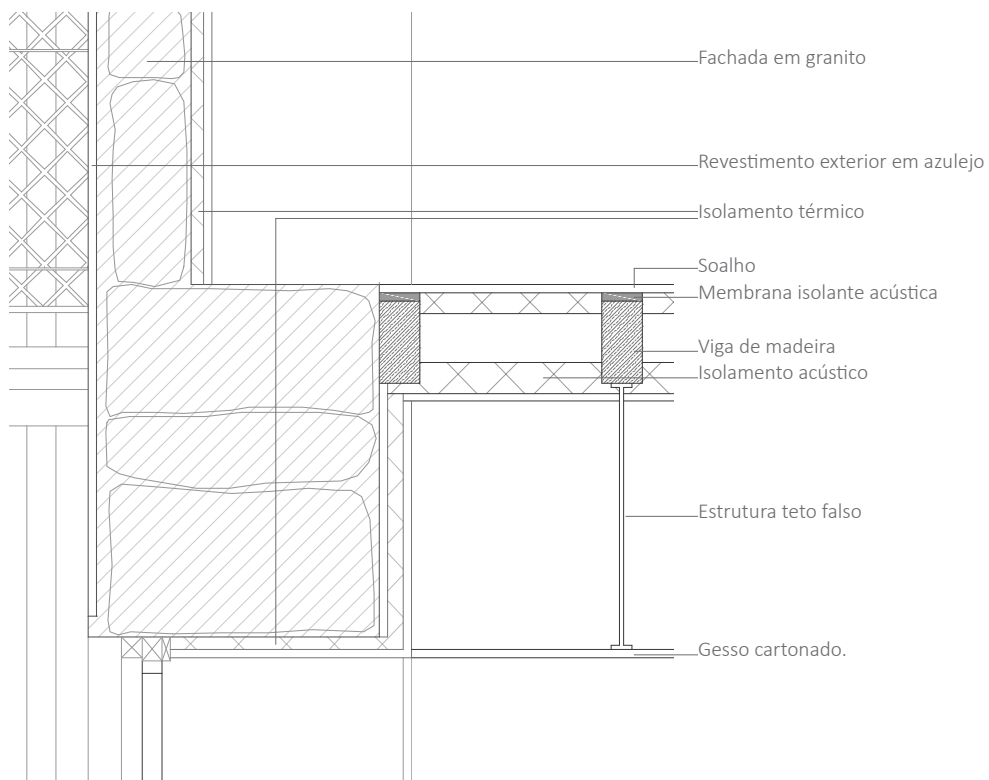
Em ambas as fachadas, propomos a alteração das caixilharias atuais (de alumínio), para caixilharias em madeira, de forma a que parte da sua linguagem original possa ser restabelecida. Juntamente com esta alteração, também propomos que estes elementos recuem em relação à fachada, de forma a que se possa atribuir a ambas uma certa profundidade que foi perdida com as diferentes intervenções que sofreram ao longo do tempo.

Tendo em conta que a intenção desde o início foi a de reorganizar os espaços interiores, de forma a que se conseguisse obter a melhor organização possível atendendo à especialização dos espaços, entendemos que alterações a nível de áreas atribuídas aos espaços, assim como à forma como estas se encontram distribuídas eram imperativas. Com esta ação, o nosso objetivo é que cada espaço esteja equilibrado com a sua função, assim como a área que lhe está associada, mas também que as condições de habitabilidade da casa sejam melhoradas. Assim, e com o propósito de melhorar as condições térmicas do interior das habitações e da loja, procedeu-se à introdução de um revestimento interior, que isola a estrutura pré-existente. Este é efetivado através de uma estrutura metálica, que no seu interior conta com isolamento térmico e acústico, sendo que o seu acabamento é efetivado em placas de gesso cartonado.

Executamos, portanto, uma reestruturação dos espaços internos da casa. O piso inferior mantém-se para habitação, e entendemos que deve ocupar a sua área na totalidade. O piso térreo passa a não ter contacto com o piso inferior – a loja, que detinha parte da área desse piso, deixa de contar com esse espaço, mas fica-lhe destinada todo o piso térreo para que possa fazer uma melhor distribuição das funções necessárias ao seu funcionamento. Já o primeiro piso passa a estar destinado apenas a habitação, mantendo o seu acesso através da porta do piso térreo. Um novo espaço é aqui pensado, a funcionar como mezzanine sobre o espaço das áreas comuns, inspirado no espaço que anteriormente se encontrava junto à cobertura.



78. Escadas de acesso ao piso da cave atualmente.

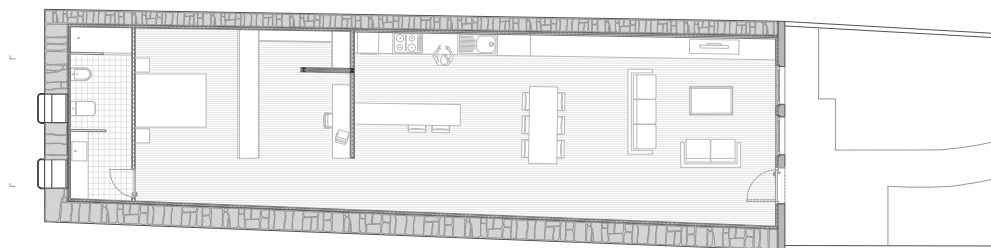


79. Pormenor da fachada principal - Corte 1:20.

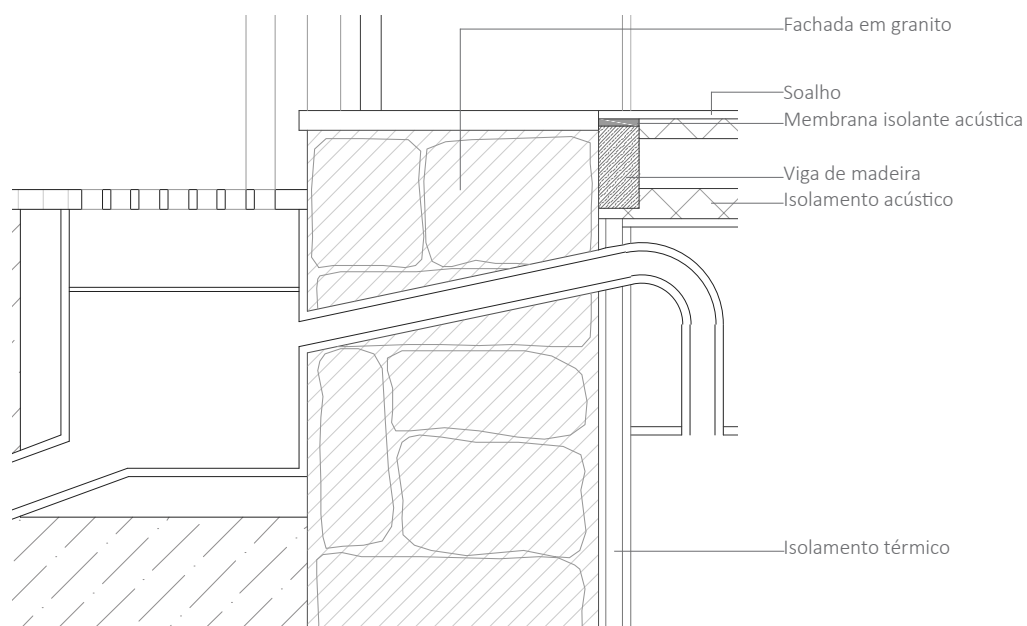
Em relação ao sistema construtivo original, procurou-se preservar os elementos pré-existentes, conjugando-os com elementos construtivos atuais. Em relação aos pisos, a nossa proposta mantém a sua estrutura – vigas de madeira esquadriadas – propondo apenas que sejam aplicadas camadas de isolamento acústico (assim como uma membrana isolante acústica por cima de todo o vigamento e tarugos) e, nas instalações sanitárias, também uma camada de impermeabilização – de forma a garantir a durabilidade destes elementos. Pela parte superior, propomos que toda a estrutura seja revestida por soalho. Já pela face inferior, propomos duas soluções – ou rematado com uma camada de estuque ou através da criação de teto falso.

Apesar de esta renovação do espaço da casa poder parecer, de certa forma, excessiva, a finalidade desta intervenção, que incidiu num espaço já muito alterado e despersonalizado, foi a de devolver ao objeto de estudo parte do que seria a vivência da habitação portuense. Ou seja, através de um redesenho dos espaços, mesmo que assumam outras formas e distribuições, procura-se que a vivência dos espaços e que a relação público/privado retorne à que seria na sua origem.

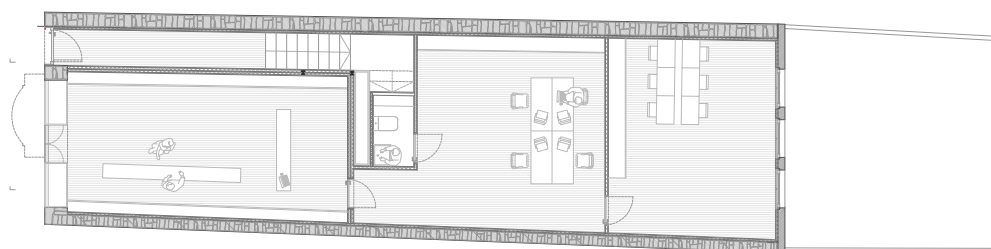
Uma das primeiras intervenções na casa foi a da eliminação das escadas que ainda permaneciam de acesso do piso térreo ao piso inferior. Estas já se encontravam desativadas e o seu acesso impossibilitado, devido à construção de uma parede divisória. Também decidimos que toda a zona da “cave” da loja iria abandonar esta cota e, portanto, procedemos à retirada de todas as divisões interiores deste piso.



80. Piso da cave.



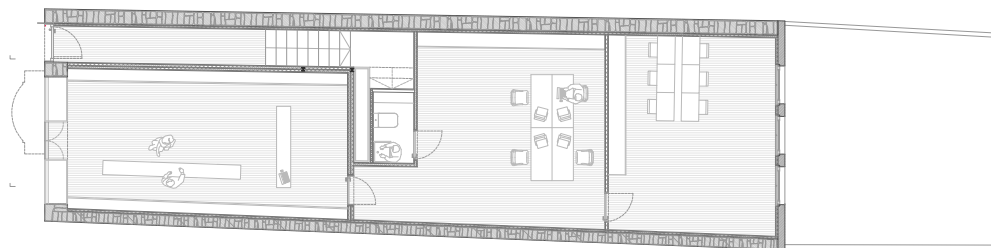
81. Pormenor do sistema de renovação de ar - Corte 1:20.



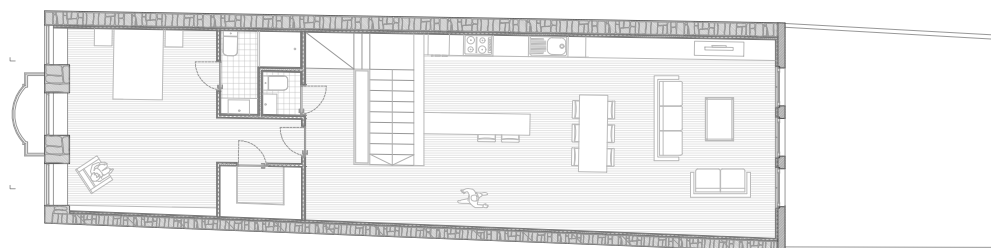
82. Planta do piso térreo.

Assim, através da rua Coronel Raúl Peres, acedemos ao interior do lote. Num primeiro momento, percorremos o logradouro da casa, um espaço amplo que funciona como jardim exterior para a habitação do piso da cave. Assim que entramos na casa, deparamo-nos com um espaço amplo, que irá receber as funções de sala e de cozinha, motivados pelo mobiliário que os distingue. Se seguirmos em direção ao extremo do lote, temos um espaço que fará a transição entre o anterior e o quarto – uma área destinada à zona de vestir. Junto à parede da fachada principal, está o quarto de banho, a única divisão que se encontra separada das restantes através de uma parede divisória. No entanto, esta conta com um sistema que permite a renovação do ar, assegurando assim que, apesar de separado das restantes divisões e sem aberturas diretas para o exterior, o ar que se encontra neste local é constantemente renovado.

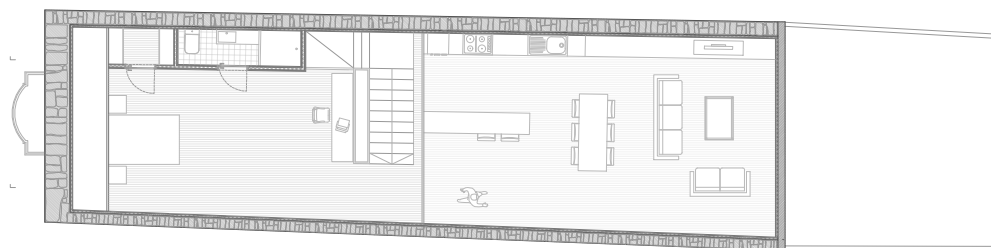
Relativamente ao piso térreo, iniciando o percurso pela loja, o espaço que estava anteriormente destinado a atendimento ao público e a trabalho de escritório funde-se num só, estando agora apenas destinado à primeira função. Mantém-se a organização simples interna, de forma a que os objetos expostos ganhem destaque, através de expositores em vidro. O acesso à zona de backoffice faz-se por uma pequena porta, sendo que aqui o restante espaço disponível foi subdividido em dois: uma área destinada a todo o trabalho de escritório necessário e uma outra que irá albergar a oficina, para fabrico de peças próprias e de consertos.



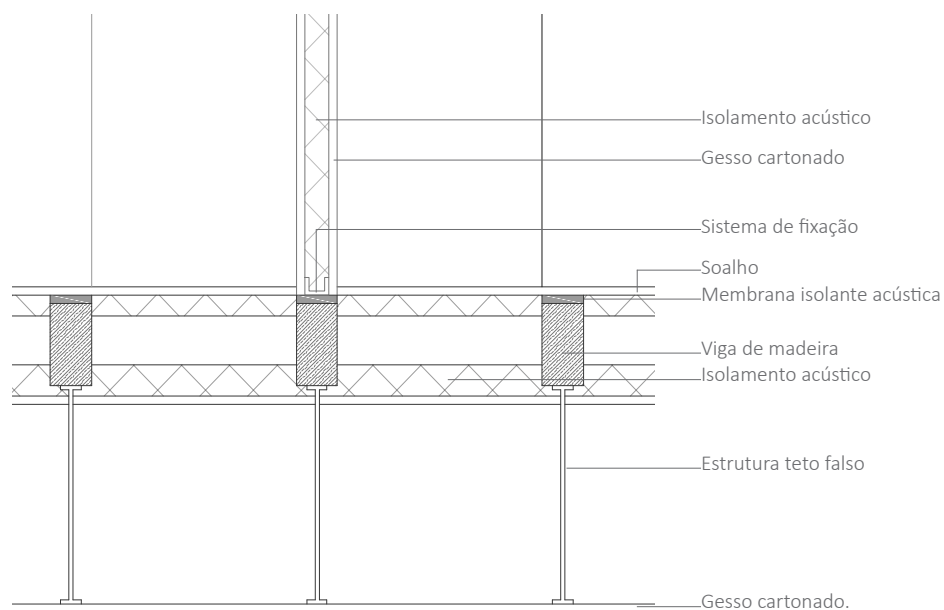
83. Planta do piso térreo.



84. Planta do primeiro piso.



85. Planta da mezzanine.



86. Estrutura dos pisos - Corte 1:20.

Se entrarmos na habitação pela porta da fachada principal, seguiremos por um corredor, onde se encontra uma escada de acesso ao piso superior. Aqui procedemos à colocação de uma estrutura em vidro, que delimita a bomba da caixa de escadas e que tem como função iluminá-las e servir como elemento modelador destas. Esta inicia-se no primeiro patamar do piso térreo e segue até à cobertura, tendo duas claraboias a iluminá-la.

Após subirmos as escadas, se virarmos à esquerda temos um espaço amplo, semelhante ao do piso da cave, que funciona como cozinha, sala de estar e sala de jantar. Contudo, se virarmos à direita, temos uma porta de acesso ao quarto (que conta com uma zona de vestir e um quarto de banho), uma porta de acesso ao quarto de banho de serviço ou podemos seguir pelas escadas e subir mais um piso. Chegando a este último, deparamo-nos novamente com um espaço amplo, que poderá albergar diferentes funções (como por exemplo, a de quarto ou de escritório) e que conta ainda com um quarto de banho de apoio.

Apesar de alterarmos as escadas do edifício, o seu desenho baseia-se nas escadas das casas burguesas, procurando que estas efetuassem as mesmas distribuições de forma central na sua organização interna.

Todas as paredes divisórias interiores são efetivadas em estrutura metálica e contam com isolamento acústico pelo interior e placas de gesso cartonado pelo exterior. Nas divisórias das instalações sanitárias, acrescentamos uma camada de forma a assegurar a resistência à presença de humidade, esta em azulejo.

Tendo em conta que foi necessário alterar as dimensões das paredes de meiação, de forma a que fosse possível acolher um novo piso no edifício, entendemos que a cobertura deveria também ser alterada. Através de um sistema de perfis metálicos, procurou-se manter a sua imagem original, tanto a nível volumétrico como em relação à sua expressão exterior, mantendo o seu revestimento em telha Marselha. Pelo interior, procedeu-se à colocação de um revestimento interior em madeira, que respeita a inclinação da mesma, sendo esta perceptível quando nos encontramos no primeiro piso nas zonas comuns e no piso em mezzanine.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“É rica em reflexos a designação deste lugar onde se juntam duas águas. Uma vindas de longe, esculpindo a paisagem, marcando-a com abismos e fulgores, dando-lhe o seu nome, a sua ascensão incompleta, os seus caprichos e acabando aqui, num adeus de areia, feito de tempo, pedra e água, num mar sem princípio nem fim porque sempre foi como o destino.”¹³⁶

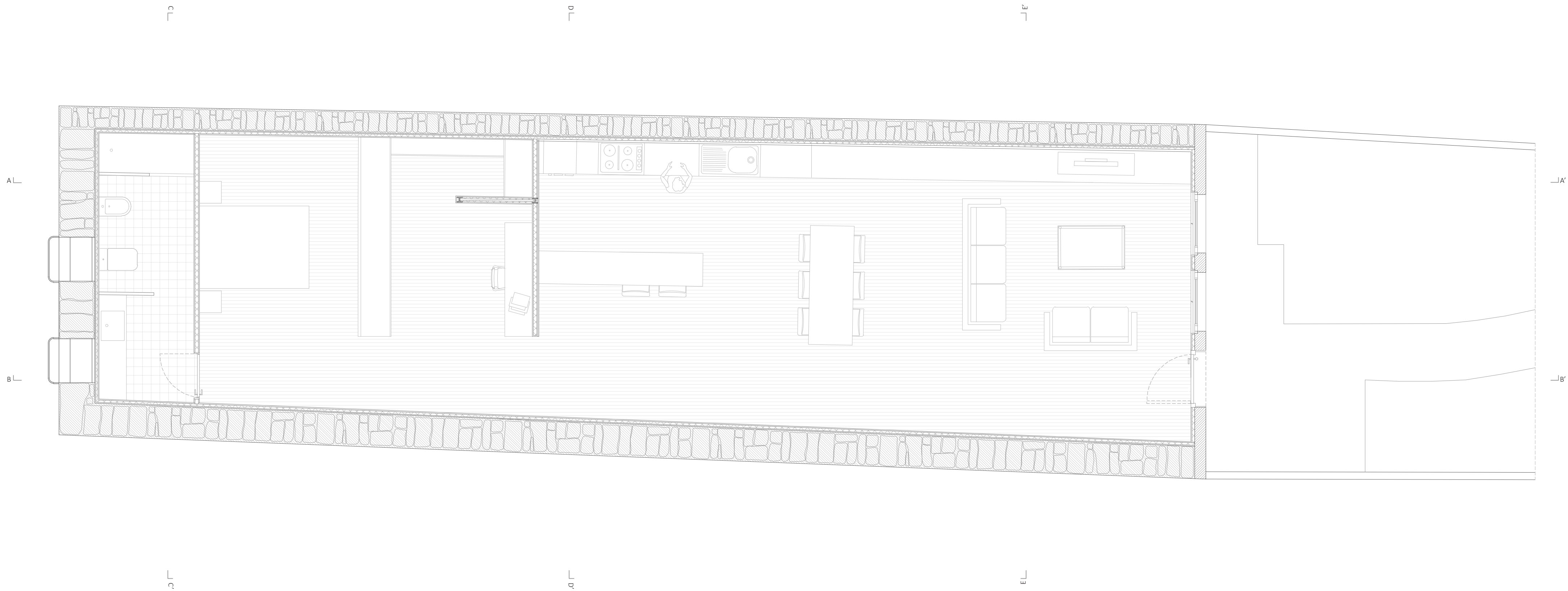
A temática da reabilitação tem vindo a ser desenvolvida nos últimos anos de forma mais expressiva, sendo que cada vez mais podemos observar património reabilitado, tanto nas ruas da baixa da cidade, como também nas ruas da Foz. Uma vez que são observáveis diferentes atitudes relativamente a este tema, tornou-se pertinente o estudo dos seus condicionalismos e da sua complexidade.

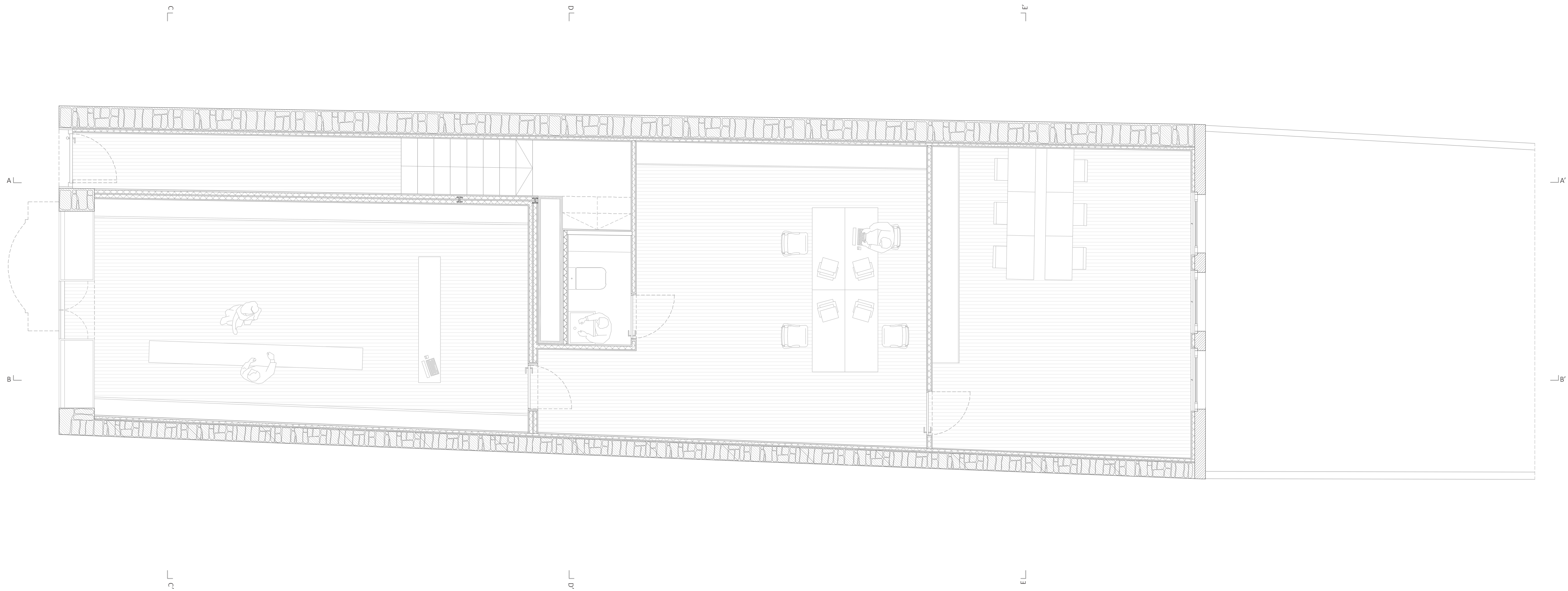
Esta dissertação, num ensaio de aproximação a um contexto real, constitui uma tentativa de adquirir conhecimentos no âmbito da reabilitação de edifícios, assim como no estudo das temáticas a si associadas. Como etapa final do meu percurso académico, o facto de o objeto de estudo estar tão diretamente ligado à minha história acabou por tornar decisiva esta escolha. Esta constitui assim uma etapa de aprendizagem, quer a nível da história do lugar, como a nível da história da edificação. Assim, de forma a compreender o edifício, torna-se imperativo conhecer as suas diferentes fases de construção, os seus levantamentos, o seu sistema construtivo e a envolvente em que se insere.

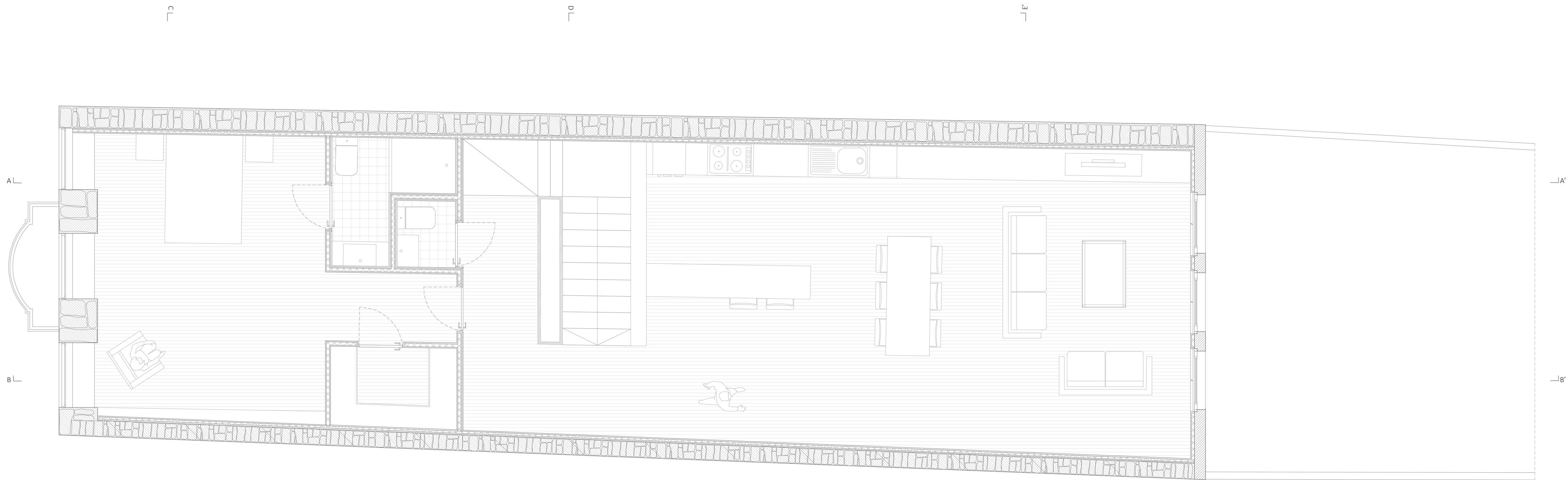
A proposta de intervenção surge, assim, como uma tentativa de resposta aos diferentes programas que o edifício engloba, de forma a retirar o maior partido possível dos espaços disponíveis e também de devolver ao edificado parte da sua linguagem original e da sua identidade. Sendo este um local tão identificável desta freguesia, que abarca um estabelecimento com tantos anos de história, seria de esperar que sua expressão visual acompanhasse o evoluir do tempo, e não que o evidenciasse – a sua degradação é, hoje em dia, bem visível na fachada principal.

¹³⁶ NAVARRO, António Rebordão, 1993, Op. Cit., p. 88

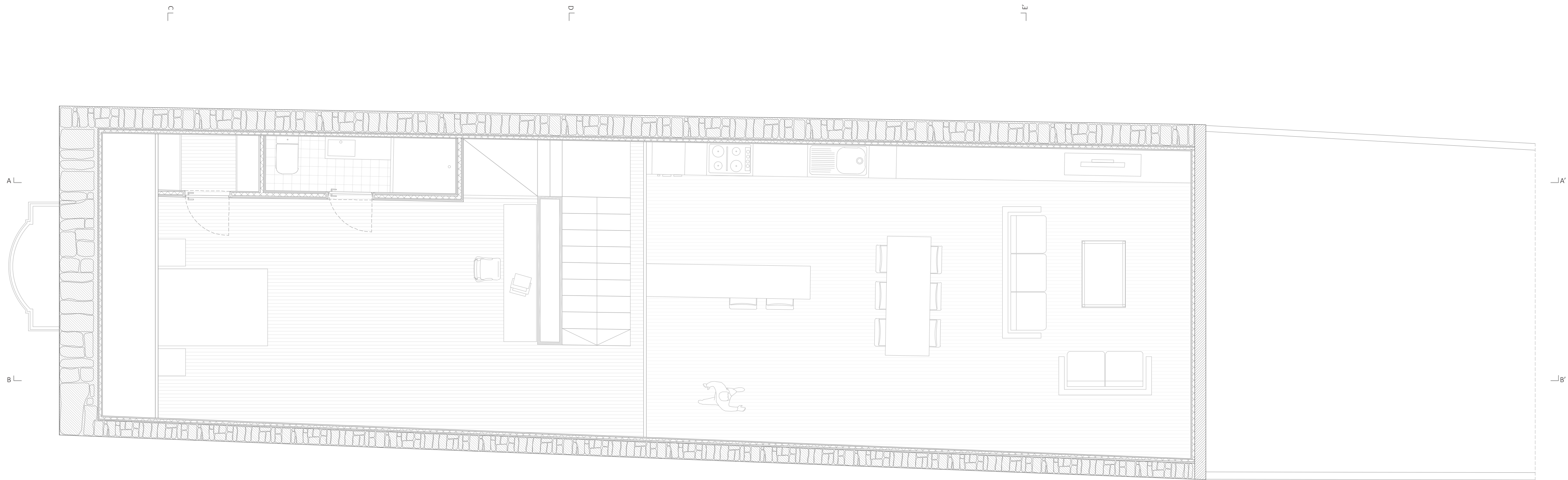
ANEXOS

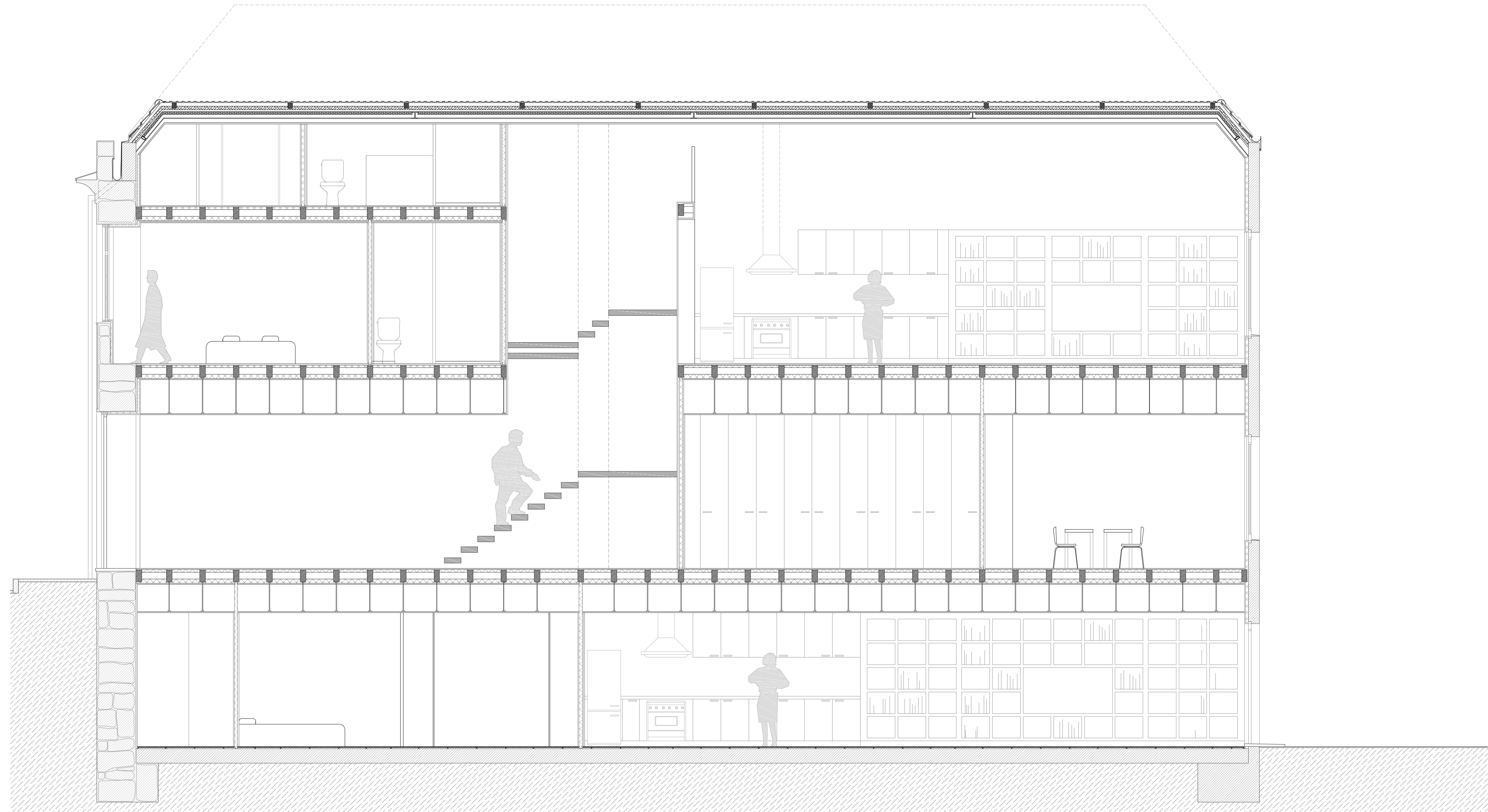




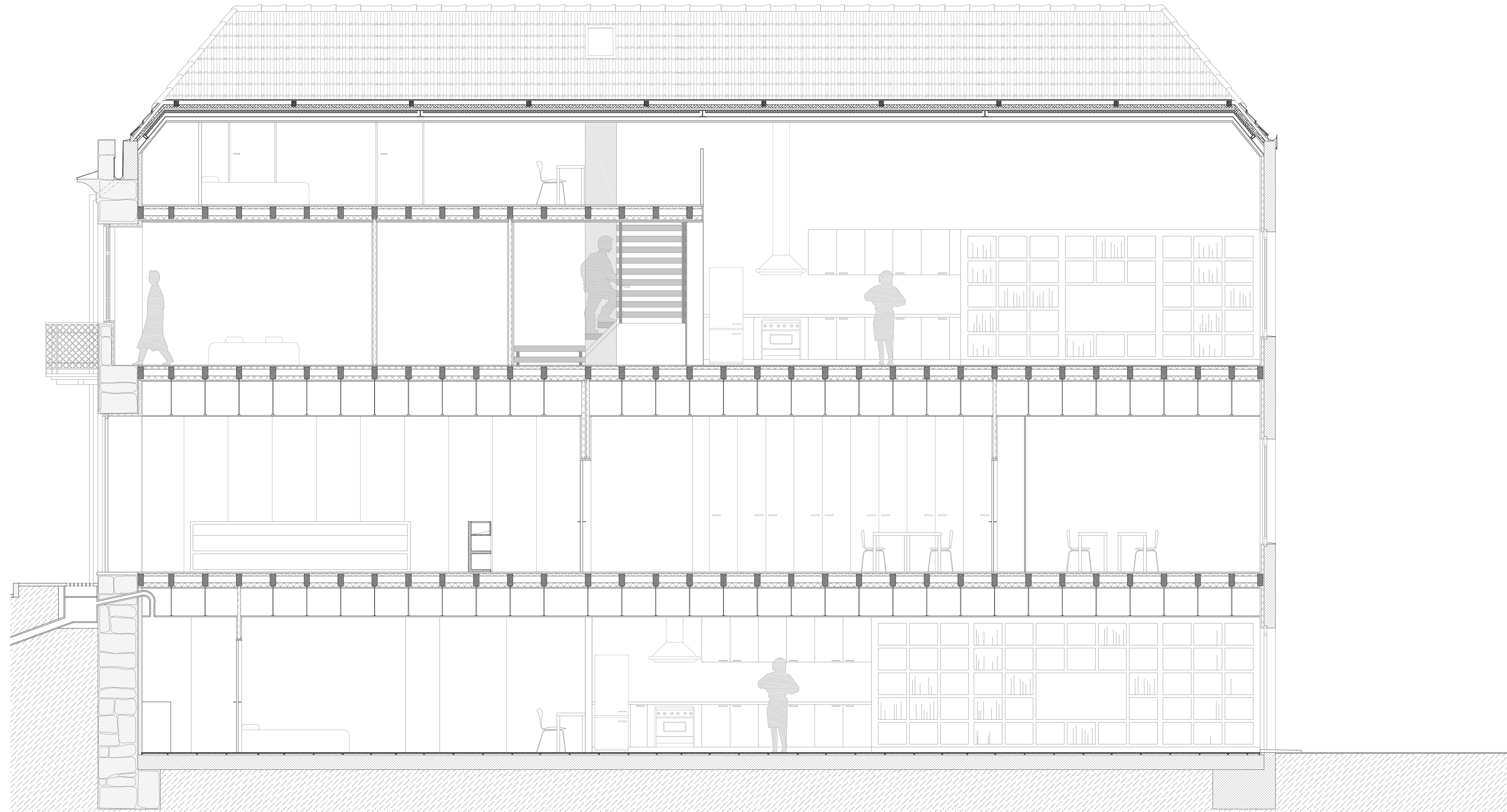


Planta do Primeiro Piso
Proposta de Intervenção - Escala 1:50

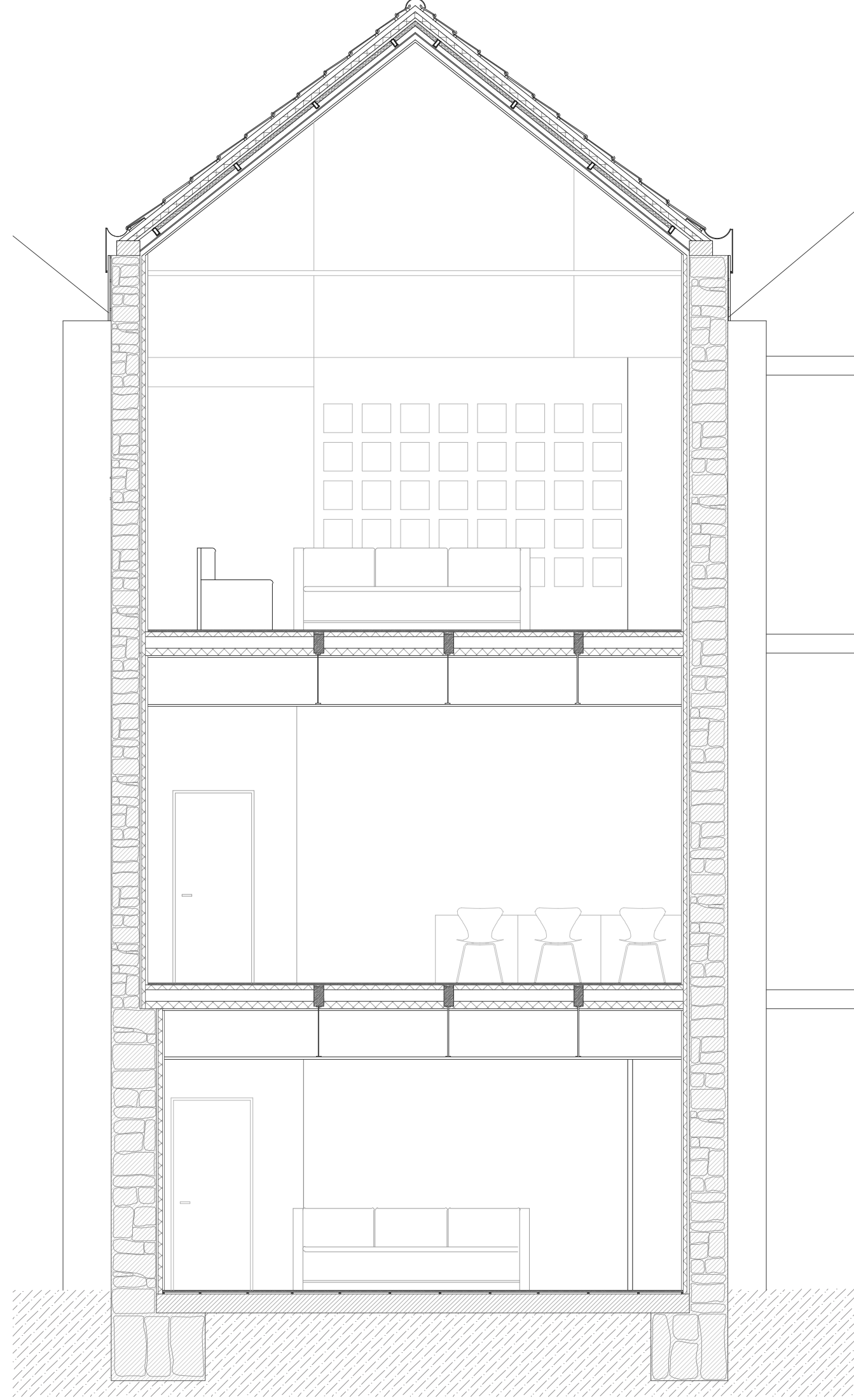
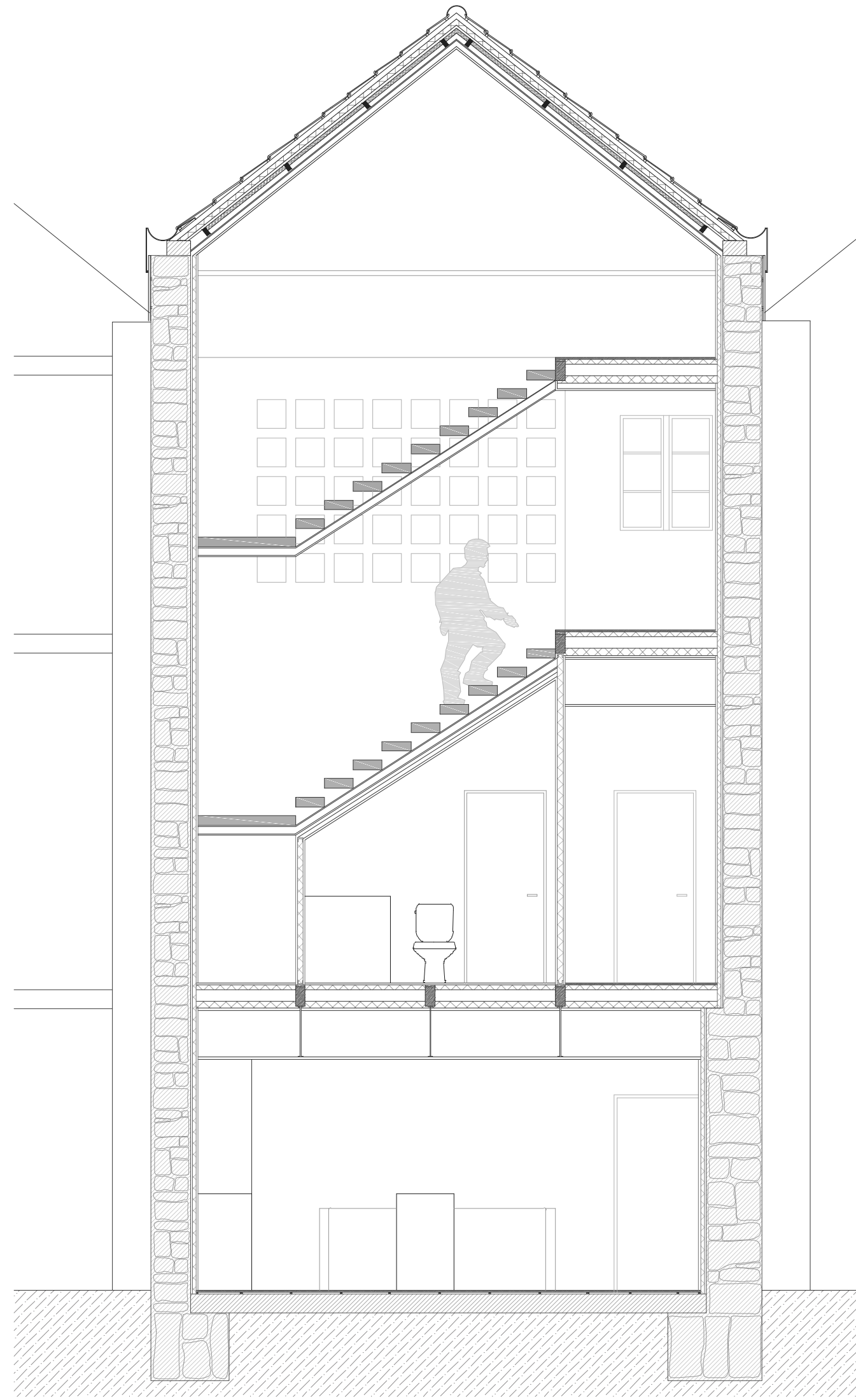
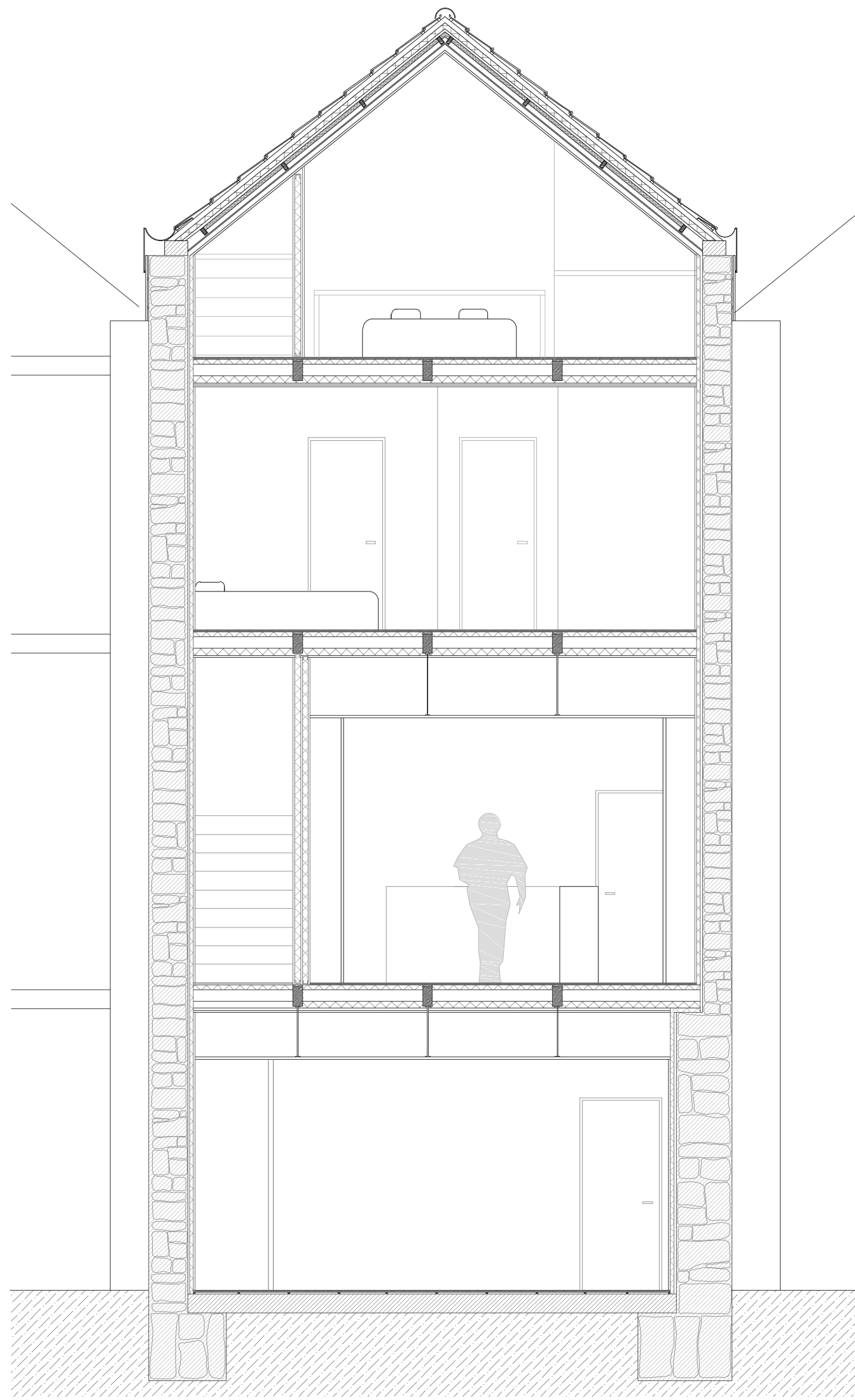




Corte A
Proposta de Intervenção - Escala 1:50

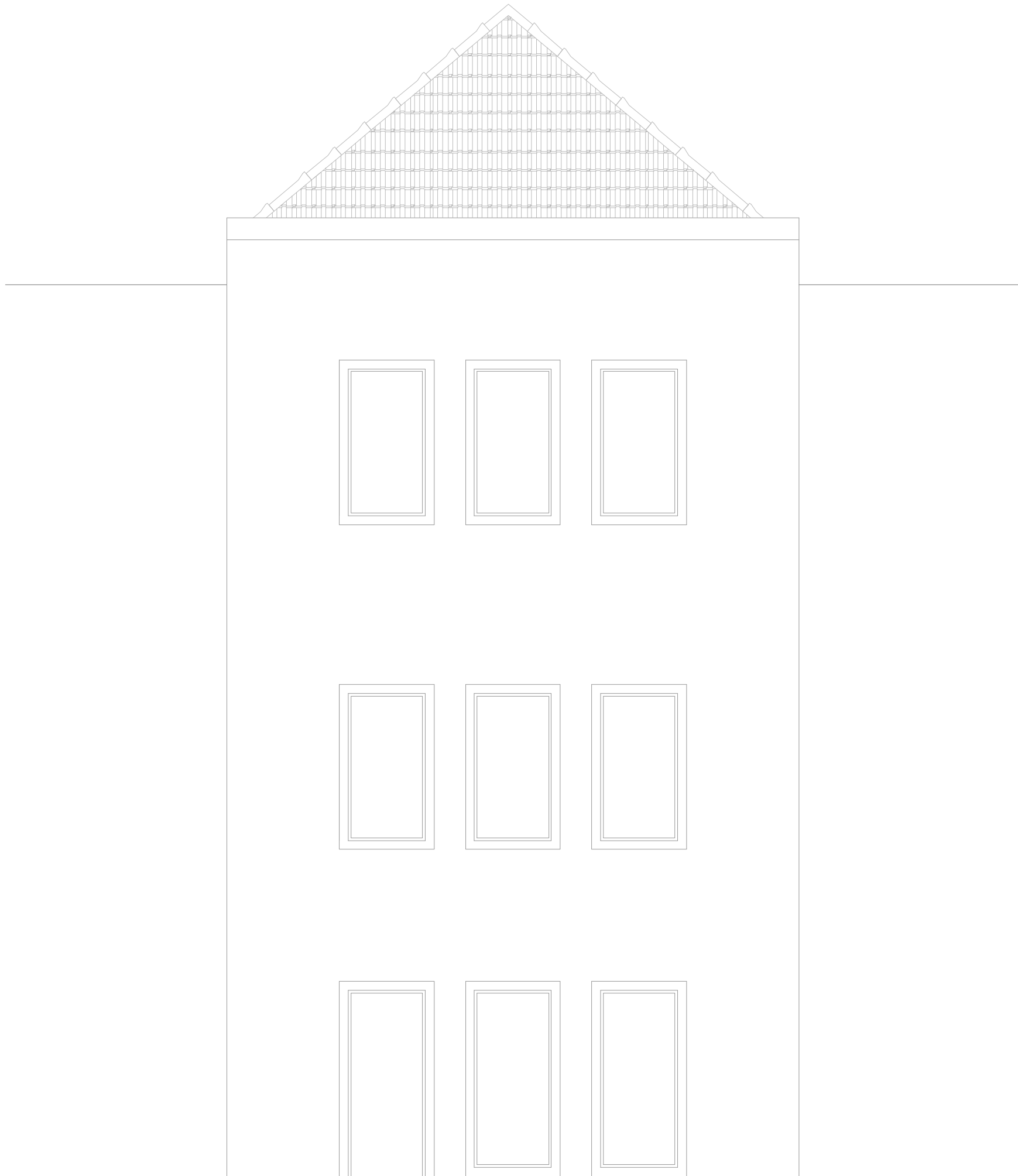


Corte B
Proposta de Intervenção - Escala 1:50



Corte C | Corte D | Corte E

Proposta de Intervenção - Escala 1:50



Bibliografia

BASTO, Artur Magalhães, *A Foz há 70 anos*, Edição Colégio Brotero, 2ª Ed., Porto, 1939

BRANDÃO, Raul, *Os Pescadores*, Paisagem Editora, Porto, 1982

CRUZ, António, *São João da Foz, Terra Milenária*, O Tripeiro, Série Nova, Ano III, nº 1, Porto, 1984

FERNANDES, Francisco Barata, *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*, FAUP Publicações, 2ª edição, Porto, 1999

FERNANDES, José Alberto, *A Foz*, Revista da Faculdade de Letras-Geografia, I Série, Vol. III, Porto, 1987 (p. 13 a 56)

FERNANDES, José Alberto, *A Foz: Freguesias de Nevogilde e Foz do Douro: Contributo para o estudo do espaço urbano do Porto*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1985

FIEL, Jorge, *Um Século da Atribulada História dos Transportes Públicos do Porto*, O Tripeiro, série nova, nº 7-8, Porto, 1983

FREITAS, Vasco Manuel Araújo Peixoto de, *Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos*, Porto, Ordem dos Engenheiros da Região Norte, 2012

MAIA, Sebastião Oliveira, *Foz do Douro: Espaços, tradições e memórias*, Orfeão da Foz do Douro, 1ª Ed, Porto, 2005

MAIA, Sebastião Oliveira, *Onde o rio acaba e a Foz do Douro começa*, O Progresso da Foz (Grupo Cultural), 1ª Ed, Porto, 1988

NAVARRO, António Rebordão, *Foz do Douro, A Letra e o Lugar*, O Progresso da Foz (Grupo Cultural), 1ª Ed, Porto, 1993

PACHECO, Hélder, *Porto*, Editorial Presença Lisboa, 1984

PESSANHA, Saul, *Porto – Solo Sagrado*; Baltazar e Cerqueiras, Lda, 1ª Ed., Porto, 2003

RAMOS, Luís, *História do Porto*, Porto Editora, 2ª Ed, 1994

TÁVORA, Fernando, *Da organização do espaço*, FAUP Publicações, 8ª Ed, Porto, 2008

TEIXEIRA, Joaquim José Lopes, *Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica: descrição do sistema construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séc. XVII e XIX*, Porto, 2004

Dissertações

COSTA, Ana Rita, *Um Hotel a que o rio dá sentido*, FAUP, Porto, 2017. Dissertação de Mestrado Integrado

GOMES, Mauro, *A Casa Burguesa na Contemporaneidade: Um Projeto de Reabilitação na Foz do Douro*, FAUP, Porto, 2016. Dissertação de Mestrado Integrado

VASQUES, Bárbara, *Escola-Museu: Reabilitação e Ampliação do edifício da Estação de Caminhos de Ferro de Mirandela*, FAUP, Porto, 2017. Dissertação de Mestrado Integrado

Índice das imagens

Fig. 1: Mosaicos romanos casa do Infante.

Fonte: Sousa, Manuel [Consultado em 25 Agosto de 2018 20:41]

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_Porto#/media/File:Casa_Infante_1_\(Porto\).JPG](https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_Porto#/media/File:Casa_Infante_1_(Porto).JPG)

Fig. 2: Maqueta do Morro da Sé rodeado pela Cerca Velha.

Fonte: Sousa, Manuel [Consultado em 25 Agosto de 2018 20:32]

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2f/Maqueta_cidade_medieval_3_%28Porto%29.JPG

Fig. 3: Gravura do Condado Portucalense.

Fonte: Câmara do Porto [Consultado em 25 Agosto de 2018 20:35]

http://www.cm-porto.pt/assets/misc/img/Hist%C3%B3ria%20Cidade/condado_portucalense.jpg

Fig. 4: Aguarela por Manuel de Gouveia Coutinho de Tovar. Muralha fernandina: muralha dos guindais: postigo da areia.

Fonte: [Consultado em 27 Agosto de 2018 10:56]

<http://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/332983/?>

Fig. 5: Entrada de D. João I no Porto a celebrar o seu casamento com Filipa de Lencastre (século XIV), mosaico na Estação de São Bento, no Porto. Painel de Jorge Colaço (1864-1942)

Fonte: [Consultado em 25 Agosto de 2018 21:03]

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/54/Entrada_de_D._Jo%C3%A3o_I_no_Porto_%28detalhe%29.JPG/1024px-Entrada_de_D._Jo%C3%A3o_I_no_Porto_%28detalhe%29.JPG

Fig. 6: R. Nova dos Ingleses – foto do Barão de Forreester

Fonte: Cunha, Rui [Consultado em 26 Agosto de 2018 19:13]

<http://1.bp.blogspot.com/-9ZYDHJJ42b8/UABp6OnvqXI/AAAAAAAAAVY/8UrdJd4Eojs/s1600/image085.jpg>

Fig. 7: O Porto em 1669 por Pier Maria Baldi, um pintor florentino.

Fonte: Calçada da Miquinhas [Consultado em 27 Agosto de 2018 11:09]

[http://2.bp.blogspot.com/--l8rtjVvqOM/T8am2Wni3LI/AAAAAAAAAgo/HqOg1t450HM/s640/Porto+e+Vila+Nova+\(Baldi+1669\)+-+C%C3%B3pia.jpg](http://2.bp.blogspot.com/--l8rtjVvqOM/T8am2Wni3LI/AAAAAAAAAgo/HqOg1t450HM/s640/Porto+e+Vila+Nova+(Baldi+1669)+-+C%C3%B3pia.jpg)

Fig. 8: O Porto em 1669 por Pier Maria Baldi, um pintor florentino.

Fonte: Calçada da Miquinhas [Consultado em 27 Agosto de 2018 11:09]

[http://2.bp.blogspot.com/--l8rtjVvqOM/T8am2Wni3LI/AAAAAAAAAgo/HqOg1t450HM/s640/Porto+e+Vila+Nova+\(Baldi+1669\)+-+C%C3%B3pia.jpg](http://2.bp.blogspot.com/--l8rtjVvqOM/T8am2Wni3LI/AAAAAAAAAgo/HqOg1t450HM/s640/Porto+e+Vila+Nova+(Baldi+1669)+-+C%C3%B3pia.jpg)

Fig. 9: Gravura do Porto de 1736 de H. Dunkalf – 1736.

Fonte: Cunha, Rui [Consultado em 27 Agosto de 2018 11:17]

https://1.bp.blogspot.com/-i0v6czEKqu0/W1-LYeBCe8I/AAAAAAAAI8E/npPyvAqU1SUtfpXyW_VCYMT95I6eUom8ACLcBGAs/s400/GRAVURA%2BDE%2B%2BH.%2BDuncalf%2B-%2B1736%2B-%2BV%25C3%258A-SE%2BO%2BMONTE%2BDOS%2BJUDEUS%2B.png

Fig. 10: Igreja e Torre dos Clérigos.

Fonte: Wikipédia [Consultado em 26 Agosto de 2018 17:52]

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3b/Porto%2C_Domingos_Alv%C3%A3o_28a_%289292237124%29.jpg

Fig. 11: Planta do bairro das laranjeiras e rompimento da rua do Almada por Francisco Xavier do Rego, 1761.

Fonte: Cunha, Rui [Consultado em 26 Agosto de 2018 18:55]

http://3.bp.blogspot.com/-z8M5qKcVeDE/UEt9B7RxvNI/AAAAAAAAA_8/UMoznKczPQo/s1600/PLANTA+DO+BAIRRO+DAS+LARANJEIRAS+E+ROMPIMENTO+DA+RUA+DO+ALMADA.jpeg

Fig. 12: O Palácio da Bolsa. Foto de Aurélio Paz dos Reis, 1880.

Fonte: Cunha, Rui [Consultado em 26 Agosto de 2018 19:04]

http://3.bp.blogspot.com/-KUY72sjMhJA/Vjp-rP_suvl/AAAAAAAX7k/7ctUsdoDWF4/s1600/PAL%25C3%2581CIO%2BDA%2BBOLSA%2B-%2BAUR%25C3%2589LIO%2BPAZ%2BDOS%2BREIS%2B-%2BC.%2B1880.jpg

Fig. 13: Planta da Cidade do Porto de 1865 por Vidal, F. Perry.

Fonte: Wikipédia [Consultado em 25 Agosto de 2018 20:15]

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/3/35/Planta_da_cidade_do_Porto_1865_Perry_Vidal.jpg/1024px-Planta_da_cidade_do_Porto_1865_Perry_Vidal.jpg

Fig. 14: Vista aérea da foz do rio Douro.

Fonte: [Consultado em 28 Agosto de 2018 13:23]

<https://lh3.googleusercontent.com/-QJ7pMVe5SMg/VJLUNm70JVI/AAAAAAAAAOY/3WJlcyLA9A/w530-h398-n/porto%2Bafurada2.jpg>

Fig. 15: Gravura do padre Juan de Pineda [Libro de descripción de verdaderos retratos de ilustres y memorables varones, Madrid, Biblioteca de la Fundación Lázaro Galdiano] por Francisco Pacheco (1564-1644). Realizada entre 1599 e 1644.

Fonte: Wikipédia [Consultado em 28 Agosto de 2018 13:30]

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/c/cf/Francisco_pacheco-pineda.jpg/800px-Francisco_pacheco-pineda.jpg

Fig. 16: Couto de São João da Foz do Douro - Mapa da Foz do Douro de Teodoro de Sousa Maldonado

Fonte: [Consultado em 28 Agosto de 2018 13:36]

<http://3.bp.blogspot.com/-mmVlkd3Yyk0/U82Dz8RWwLI/AAAAAAQfc/LxJ6m5NxCd4/s1600/RIO+DOURO+-+MAPA+DA+BARRA+-+mapa+de+Teodoro+de+Sousa+Maldonado.jpeg>

Fig. 17: Mapa do Porto e arredores- c. 1830.

Fonte: Cunha, Rui [Consultado em 28 Agosto de 2018 13:46]

http://3.bp.blogspot.com/-c4V4TlzlKil/Vgl6WBLy3kl/AAAAAAAW9U/Y_qoi2Ndl3Q/s1600/MAPA%2BDO%2BPORTO%2BE%2BARREDORES%2B-%2BC.%2B1830.jpg

Fig. 18: Dom Miguel da Silva (detalhe) in Cristo na Casa de Marta e Maria, c. 1530, alt. 1,981 m x 2,043 m. Vasco Fernandes, Museu Grão Vasco, Viseu, Portugal

Fonte: Cunha, Rui [Consultado em 27 Agosto de 2018 12:36]

<https://4.bp.blogspot.com/-N-SIKhcX06A/VreNped-3dl/AAAAAAAAaAM/QUOPEQ0cWRo/s640/D.%2BMIGUEL%2BDA%2BSILVA%2B-%2BBISPO%2BDE%2BUISEU.jpg>

Fig. 19: Capela-Farol de S. Miguel-o-Anjo.

Fonte: Cunha, Rui [Consultado em 27 Agosto de 2018 12:34]

<https://1.bp.blogspot.com/-OGYHRDi0M64/VrePz9hzmWI/AAAAAAAAaAU/RG5QEzVhJEk/s1600/CAPELA%2BDE%2BS.%2BMIGUEL%2BO%2BANJO%2B-%2BGOUVEIA%2BPORTUENSE.jpeg>

Fig. 20: Capela-Farol de S. Miguel-o-Anjo no interior.

Fonte: Cunha, Rui [Consultado em 27 Agosto de 2018 12:40]

https://2.bp.blogspot.com/-Y8pHkUO1WTM/VreP_XyM5bl/AAAAAAAAaAY/pEqVvMtNsRw/s400/CAPELA%2BDE%2BS.%2BMIGUEL%2BO%2BANJO%2B-%2BINTERIOR%2B-%2BGOUVEIA%2BPORTUENSE.jpeg.jpeg

Fig. 21: Fotografia da Capela-Farol de S. Miguel-o-Anjo.

Fonte: Moutinho, José [Consultado em 27 Agosto de 2018 12:48]

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d7/Capela_Farol_de_S._Miguel_o_Anjo.jpg

Fig. 22: Gravura da Torre da Marca por Marques de Aguilar e impressa em 1793.

Fonte: Cruz, Nuno [Consultado em 27 Agosto de 2018 12:54]

https://c1.quickcachr.fotos.sapo.pt/i/G5307695d/20555889_zk6Hc.jpeg

Fig. 23: O farol da Senhora da Luz. Desenho antigo. José Fernando Magalhães

Fonte: Magalhães, Fernando [Consultado em 27 Agosto de 2018 12:59]

<https://aviagemdosargonautasdotcom.files.wordpress.com/2013/11/farol-da-senhora-da-luz-3.jpg?w=710&h=400>

Fig. 24: A Cantareira no século XIX.

Fonte: Cunha, Rui [Consultado em 28 Agosto de 2018 13:55]

https://1.bp.blogspot.com/-WsFD6VVgw5w/VleDBsDDoRI/AAAAAAAYks/oWhTGQ_jfCE/s400/CANTAREIRA%2B-%2BCES%25C3%2581RIO%2BAUGUSTO%2BPINTO%2B-%2B1849.jpg

Fig. 25: “Secando e tratando das redes- Ouro – Porto”. Foto de Emílio Biel- c. 1900

Fonte: Cunha, Rui [Consultado em 28 Agosto de 2018 13:54]

<https://1.bp.blogspot.com/-ERkl-di8Ars/VleH7Huwj5I/AAAAAAAYIY/Nu14i1bPwxQ/s640/SECANDO%2BE%2BTRATANDO%2BDAS%2BREDES%2B-%2BOURO%2B-%2BPORTO%2B-%2BFOTO%2BEM%25C3%258DLIO%2BBIEL%2B-%2BC.%2B1900.jpg>

Fig. 26: O Molhe de Felgueiras.

Fonte: Silva, Carlos [Consultado em 27 Agosto de 2018 13:08]

https://farm8.staticflickr.com/7473/16022035352_4872af025a_b.jpg

Fig. 27: Planta e perspectiva da Real Casa de Asilo dos Náufragos.

Fonte: [Consultado em 28 Agosto de 2018 14:03]

<https://3.bp.blogspot.com/-okEUlg471Wc/WNK2QciCzml/AAAAAAAAApvs/OHsT6TtMdA47FdKXGqE9hZs-F6cY-L5TwCEw/s640/fr5.jpg>

“D. Miguel como vimos por uma Resolução de 21 de Abril de 1828, e como resposta a esta solicitação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, manda edificar a Real Casa d’Asylo dos Naufragados na Foz do Douro. O Inventário do Arquivo da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro confirma que esta casa/asilo localizada em S. João da Foz, foi criada por resolução régia de 21 de Abril de 1828, na sequência da consulta efectuada pela Companhia nesse sentido, propondo tal estabelecimento para salvar a vida aos naufragados na barra do Porto, cujas obras estavam cometidas à Junta da Companhia. A construção foi da responsabilidade da Junta, que pagou a mesma, assim como o salva-vidas, passando as despesas do estabelecimento a serem pagas pelo cofre das obras da barra do Douro. A Junta da Companhia foi encarregada, em 1807, de construir um barco salva-vidas, utilizando como modelo outros da mesma natureza que o cônsul inglês Guilherme Warre havia mandado vir de Inglaterra. Em 1828, foi novamente incumbida a Junta de construir outro barco semelhante ao primeiro, que tinha ido para Lisboa, o qual foi executado por Manuel Gomes da Silva, mestre da Ribeira do Douro, na cidade do Porto.”

Fig. 28: O Jardim do Passeio Alegre. Foto de Emílio Biel.

Fonte: Administrador [Consultado em 27 Agosto de 2018 13:55]

http://4.bp.blogspot.com/-YYg9Ag3M_Gs/VVIXlQY3eI/AAAAAAAAInw/s61kiqkEVCw/s400/Passeio%2BAlegre%2C%2BFoz.%2BEm%C3%ADlio%2BBiel.jpg

Fig. 29: O Jardim do Passeio Alegre.

Fonte: Cunha, Rui [Consultado em 27 Agosto de 2018 13:58]

http://1.bp.blogspot.com/-QY0QOVK1VQY/Vly35Q_5RnI/AAAAAAAYqg/OzD_ZB-eOco/s1600/PASSEIO%2BALEGRE%2B-%2BPIR%25C3%2582MIDES%2BQUE%2BERAM%2BDA%2BPRELADA.jpg

Fig. 30: Um “Americano” na Foz do Douro - Ed. MonumentosDesaparecidos, propriedade dos STCP.

Fonte: Conceição, Américo; Gomes, Simão [Consultado em 27 Agosto de 2018 14:07]

<https://1.bp.blogspot.com/-iWWiwG-SUE8/WPpL3AN2IMI/AAAAAAACUA/SOUlSmVml7gEahvaW8utCn3Z1bd72vGRAClCb/s320/image2.jpeg>

Fig. 31: Praia dos Ingleses – à direita a casa dos banhos quentes.

Fonte: Cunha, Rui [Consultado em 27 Agosto de 2018 14:22]

<http://3.bp.blogspot.com/-rt9iKa7GvA4/VmTYfjSTWbl/AAAAAAAYzg/idswsE35aHM/s400/A%2BDOS%2BINGLESES%2B.%2B%25C3%2581%2BDIREITA%2BA%2BCASA%2BDOS%2BBANHOS%2BQUENTES.jpg>

Fig. 32: A Praia dos Ingleses em 1890.

Fonte: Conceição, Américo; Gomes, Simão [Consultado em 27 Agosto de 2018 14:03]

https://3.bp.blogspot.com/-84au7N_p5Is/WYcgKMHJfeI/AAAAAAAEgw/pSomE5YMKWQM3rUjReFNVRk4Wtmqbg6jAClCBGAs/s400/image25.jpeg

Fig. 33: Foz do Douro – Planta de Telles Ferreira – 1892.

Fonte: Cunha, Rui [Consultado em 27 Agosto de 2018 14:12]

<http://3.bp.blogspot.com/-3lQFfAKtMW0/Vlyzvb4fEMI/AAAAAAAAAYpg/kOdRnYxp-ks/s640/FOZ%2BDO%2BDOURO%2B-%2BMAPA%2BTELES%2BFERREIRA%2B-%2B1892.jpeg>

Fig. 34: Casas burguesas na Ribeira.

Fonte: Administrador [Consultado em 28 Agosto de 2018 14:33]

<http://1.bp.blogspot.com/-VK9rz2S4r0c/UR1-RqtOkqI/AAAAAAAHOA/jtx71MTv7o0/s400/RIBEIRA+-+CASAS+RESTAURADAS+-+FOTO+FRANCISCO+OLIVEIRA.jpg>

Fig. 35: Casas burguesas sobre arcos na Rbeira.

Fonte: Administrador [Consultado em 28 Agosto de 2018 14:34]

<http://1.bp.blogspot.com/-KW-iCvA7-8w/UR6chEo2YJI/AAAAAAAHHR4/n1z80my0uFg/s400/RIBEIRA+-+CASAS+SOBRE+OS+ARCOS.jpg>

Fig. 36: Casas burguesas na Rua das Flores.

Fonte: Administrador [Consultado em 28 Agosto de 2018 14:34]

http://1.bp.blogspot.com/-iRA1lpQscKw/UR2DemmMVYI/AAAAAAAHO8/yJ0dutj_uAo/s400/RUA+DAS+FLORES+-+VARANDAS+DE+FERRO+-+BLOG+VIDA+EM+FOTOS+2.jpg

Fig. 37: Casas burguesas na Rua Alvares Cabral.

Fonte: Administrador [Consultado em 28 Agosto de 2018 14:34]

http://4.bp.blogspot.com/-juHtxDLkzms/UR6LIRlqNDI/AAAAAAAHHPw/_q4hk82OGlo/s400/RUA+ALVARES+CABRAL.jpg

Fig. 38: Casa Burguesa Mercantil de uma só frente, sem logradouro, com caixa de escadas nas traseiras e fachada de dois vãos.

Fonte: FERNANDES, Francisco Barata; *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*; FAUP Publicações, 2ª edição, Porto, 1999, p. 132

Fig. 39: Casa Burguesa Mercantil de uma só frente, sem logradouro, com caixa de escadas nas traseiras e fachada de três vãos.

Fonte: FERNANDES, Francisco Barata; *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*; FAUP Publicações, 2ª edição, Porto, 1999, p. 134

Fig. 40: Casa Burguesa Mercantil de uma só frente, sem logradouro, com escada de tiro e fachada de três vãos.

Fonte: FERNANDES, Francisco Barata; *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*; FAUP Publicações, 2ª edição, Porto, 1999, p. 136

Fig. 41: Casa Burguesa Mercantil de duas frentes para duas ruas, com caixa de escadas central e fachada de dois vãos.

Fonte: FERNANDES, Francisco Barata; *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*; FAUP Publicações, 2ª edição, Porto, 1999, p. 138

Fig. 42: Casa Burguesa Mercantil de duas frentes, com logradouro, com caixa de escadas central e fachada de três vãos.

Fonte: FERNANDES, Francisco Barata; *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*; FAUP Publicações, 2ª edição, Porto, 1999, p. 139

Fig. 43: Fachada Sul da Rua dos Clérigos. Desenho de Luís Berrance.

Fonte: FERNANDES, Francisco Barata; *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*; FAUP Publicações, 2ª edição, Porto, 1999, p. 150

Fig. 44: Casa Burguesa Iluminista, de duas frentes com logradouro, caixa de escadas central e fachada de três vãos.

Fonte: FERNANDES, Francisco Barata; *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*; FAUP Publicações, 2ª edição, Porto, 1999, p. 156

Fig. 45: Casa Burguesa Iluminista, de duas frentes com logradouro, caixa de escadas central e fachada de três vãos.

Fonte: FERNANDES, Francisco Barata; *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*; FAUP Publicações, 2ª edição, Porto, 1999, p. 156

Fig. 46: Casa Burguesa Iluminista, de duas frentes com logradouro estilo saguão, caixa de escadas central e fachada de três vãos.

Fonte: FERNANDES, Francisco Barata; *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*; FAUP Publicações, 2ª edição, Porto, 1999, p. 157

Fig. 47: Casa Burguesa Iluminista, de duas frentes com logradouro estilo saguão, caixa de escadas central e fachada de três vãos.

Fonte: FERNANDES, Francisco Barata; *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*; FAUP Publicações, 2ª edição, Porto, 1999, p. 157

Fig. 48: Casa Burguesa Iluminista, de duas frentes com logradouro, com duas alcovas, uma de cada lado da caixa de escadas central, e fachada de dois vãos.

Fonte: FERNANDES, Francisco Barata; *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*; FAUP Publicações, 2ª edição, Porto, 1999, p. 158

Fig. 49: Casa Burguesa Iluminista, de duas frentes com logradouro, com duas alcovas, uma de cada lado da caixa de escadas central, e fachada de dois vãos.

Fonte: FERNANDES, Francisco Barata; *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*; FAUP Publicações, 2ª edição, Porto, 1999, p. 158

Fig. 50: Casa Burguesa Liberal, unifamiliar e monofuncional, rés-do-chão sobrelevado e cave iluminada.

Fonte: FERNANDES, Francisco Barata; *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*; FAUP Publicações, 2ª edição, Porto, 1999, p. 193

Fig. 51: Casa Burguesa que cruza características da época Iluminista e Liberal. O piso térreo pode ter outras funções.

Fonte: FERNANDES, Francisco Barata; *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*; FAUP Publicações, 2ª edição, Porto, 1999, p. 208

Fig. 52: Casa Burguesa com tipologia semelhante à anterior, na qual o logradouro está ocupado por uma “ilha”.

Fonte: FERNANDES, Francisco Barata; *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*; FAUP Publicações, 2ª edição, Porto, 1999, p. 209

Fig. 53: Corte por uma asna simples, sem nível.

Fonte: TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; *Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica: descrição do sistema construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séc. XVII e XIX*; Porto, 2004, p. 98

Fig. 54: Corte por uma asna simples, com nível.

Fonte: TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; *Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica: descrição do sistema construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séc. XVII e XIX*; Porto, 2004, p. 98

Fig. 55: Pormenor tipo de asna com pendural e escoras.

Fonte: TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; *Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica: descrição do sistema construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séc. XVII e XIX*; Porto, 2004, p. 100

Fig. 56: Estrutura tipo dos pisos.

Fonte: TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; *Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica: descrição do sistema construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séc. XVII e XIX*; Porto, 2004, p. 92

Fig. 57: Pormenor do teto.

Fonte: [Consultado em 28 Agosto de 2018 14:14]

http://www.carpe.pt/sites/carpe.pt/files/styles/gallery_large/public/Pormenor%20tecto%20Sala%20Branca.JPG?itok=O070iQ5x

Fig. 58: Fachada em alvenaria de granito.

Fonte: TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; *Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica: descrição do sistema construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séc. XVII e XIX*; Porto, 2004, p. 110

Fig. 59: Pormenor do encontro entre estrutura dos pisos e paredes interiores.

Fonte: TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; *Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica: descrição do sistema construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séc. XVII e XIX*; Porto, 2004, p. 122

Fig. 60: Parede de tabique interior, com duplo tabuado, sem frechal inferior, com prumos espaçados cerca de 1 metro e travessanhos pregados ao rodapé.

Fonte: TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; *Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica: descrição do sistema construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séc. XVII e XIX*; Porto, 2004, p. 123

Fig. 61: Parede de tabique interior, com duplo tabuado e frechal inferior elevado, apoiado em prumos espaçados cerca de 1 metro.

Fonte: TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; *Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica: descrição do sistema construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séc. XVII e XIX*; Porto, 2004, p. 123

Fig. 62: Pormenor tipo de uma parede de tabique da caixa de escadas.

Fonte: TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; *Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica: descrição do sistema construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séc. XVII e XIX*; Porto, 2004, p. 128

Fig. 63: Parede da caixa de escadas em tabique simples, escadas e claraboia.

Fonte: TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; *Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica: descrição do sistema construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séc. XVII e XIX*; Porto, 2004, p. 130

Fig. 64: Pormenor de lanço de escadas interiores.

Fonte: TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; *Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica: descrição do sistema construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séc. XVII e XIX*; Porto, 2004, p. 131

Fig. 65: Corte por uma claraboia quadrangular com a pendente da cobertura.

Fonte: TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; *Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica: descrição do sistema construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séc. XVII e XIX*; Porto, 2004, p. 137

Fig. 66: Pormenor de uma claraboia circular.

Fonte: TEIXEIRA, Joaquim José Lopes; *Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica: descrição do sistema construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séc. XVII e XIX*; Porto, 2004, p. 130

Fig. 67: Localização do objeto de estudo.

Fonte: Criado pela própria.

Fig. 68: Desenhos da proposta enviada à Câmara em 1934.

Fonte: Arquivo da Casa do Infante.

Fig. 69: Panfleto.

Fonte: MAIA, Sebastião Oliveira; *Foz do Douro: Espaços, tradições e memórias*; Orfeão da Foz do Douro, 1ª Ed, Porto, 2005, p. 59

Fig. 70: Desenho da proposta enviada à Câmara em 1962.
Fonte: Arquivo Municipal da Câmara do Porto.

Fig. 71: Planta de frações do levantamento efetuado em 2005.
Fonte:

Fig. 72: Desenhos de levantamento efetuados em 2005.
Fonte:

Fig. 73: As fachadas do edifício e do estabelecimento comercial.
Fonte: Criadas pela própria.

Fig. 74: A fachada principal e o interior do escritório.
Fonte: Criadas pela própria.

Fig. 75: O interior do escritório.
Fonte: Criadas pela própria.

Fig. 76: Proposta de alçados.
Fonte: Criada pela própria.

Fig. 77: Proposta de reordenamento de frações.
Fonte: Criada pela própria.

Fig. 78: Escadas de acesso ao piso da cave atualmente.
Fonte: Criada pela própria.

Fig. 79: Pormenor da fachada principal - Corte 1:20.
Fonte: Criada pela própria.

Fig. 80: Piso da cave.
Fonte: Criada pela própria.

Fig. 81: Pormenor do sistema de renovação de ar - Corte 1:20.
Fonte: Criada pela própria.

Fig. 82: Planta do piso térreo.
Fonte: Criada pela própria.

Fig. 83: Planta do piso térreo.
Fonte: Criada pela própria.

Fig. 84: Planta do primeiro piso.
Fonte: Criada pela própria.

Fig. 85: Planta da mezzanine.
Fonte: Criada pela própria.

Fig. 86: Estrutura dos pisos - Corte 1:20
Fonte: Criada pela própria.